

FUNDAÇÃO CULTURAL DR. PEDRO LEOPOLDO
FACULDADES INTEGRADAS DE PEDRO LEOPOLDO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

VELCIMIRO INÁCIO MAIA

**EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: a contribuição da
Faculdade de Pará de Minas**

PEDRO LEOPOLDO
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VELCIMIRO INÁCIO MAIA

**EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: a contribuição da
Faculdade de Pará de Minas**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração das Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Gestão da Inovação e Competitividade

Orientador: Prof. Dr. Domingos Antônio Giroletti

PEDRO LEOPOLDO
2006

Dissertação intitulada EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: a contribuição da Faculdade de Pará de Minas, de autoria do mestrando Velcimiro Inácio Maia, aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Domingos Antônio Giroletti (Orientador) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo

Profa. Dra. Maria Celeste Reis Lobo Vasconcelos – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo

Profa. Dra. Vera Lúcia Alves de Brito – Faculdade de Educação - UFMG

Pedro Leopoldo, 28 de agosto de 2006.

Este trabalho é dedicado à Faculdade de Pará de Minas e a todos os que vêm na educação o futuro do país.

AGRADECIMENTOS

As agruras e dificuldades enfrentadas durante esta caminhada foram diminuídas pela ajuda de pessoas que com sabedoria e paciência souberam transmitir, pelo exemplo, suas experiências. Agradeço especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Domingos Antônio Giroletti, que por muitas vezes me indicou o “caminho das pedras”, sendo além de orientador um referencial de conhecimento intelectual.

Meus sinceros agradecimentos também à Diretoria da Fapam, em especial à Diretora Dra. Euza Arruda de Oliveira Teixeira Silva e ao Vice-Diretor Sr. Hernando Fernandes da Silva, por permitir e incentivar esta pesquisa.

Aos funcionários da Fapam, por indicar as fontes de dados para a pesquisa com boa vontade e prontidão.

E um agradecimento especial à Sílvia, minha esposa, e aos meus familiares, pela paciência e pela compreensão que tiveram nestes meses de ausência.

“A doutrina materialista que advoga serem os homens produto das circunstâncias e da educação e que, por conseguinte, os homens novos serão o produto de novas condições e de uma nova educação, esquece que são os homens, precisamente, os que alteram as circunstâncias e que também os educadores têm que ser educados.”

Karl Marx

RESUMO

O objetivo principal deste estudo foi analisar a contribuição da Faculdade de Pará de Minas (Fapam) para o desenvolvimento econômico, social e humano da cidade de Pará de Minas e sua área de influência. Por meio de uma pesquisa exploratório-descritiva, levantaram-se as cidades que formam a área de atuação da Fapam e procurou-se investigar o modo como a instituição contribuiu para o desenvolvimento da região. A pesquisa valeu-se de dados primários e secundários coletados por meio de levantamentos documentais e bibliográficos realizados na própria instituição e na literatura. Entrevistas do tipo semi-estruturadas foram realizadas com pessoas importantes no contexto da instituição, visando a uma complementação qualitativa desses dados. A partir de um referencial teórico acerca da relação entre educação e desenvolvimento e desses levantamentos de dados, foi possível analisar o desenvolvimento socioeconômico e humano da região e a contribuição dada pela instituição. Concluiu-se que a principal contribuição para o desenvolvimento econômico se deu indiretamente, por meio da formação de professores que atuaram nas escolas da região, elevando a qualidade do ensino básico e, com isso, aumentando o capital intelectual das pessoas. Quanto ao desenvolvimento social, concluiu-se que a atuação da instituição foi importante para a formação da cidadania e para a preparação das pessoas para o convívio social. A análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios da região permitiu constatar que a dimensão educação foi componente de destaque no aumento do desenvolvimento humano regional.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, desenvolvimento socioeconômico, desenvolvimento humano, educação e desenvolvimento, instituição de ensino superior.

ABSTRACT

The main objective of this study was to analyze the contribution of Pará de Minas College to the economic, social, and human development in Pará de Minas town and its area of influence. Through an explanatory-descriptive research, it surveyed the cities that are part of this region where this institution works and how it has contributed to the development of those cities. The research was made of primary and secondary data collected through document and bibliographic survey conducted at the institution itself and through literature. Semi-structured interviews were conducted with important people to the institution context so as to acquire a qualitative complement to these data. Therefore, it was traced a theoretical referential about the relationship between education and development. Through these surveys it was possible to analyze the social economic and human developments in the region as well as the contribution given by the institution. It has been concluded that the main contribution to the economic development was directly due to the formation of teachers that worked in that region schools, improving the quality of basic teaching and therefore, increasing people's intellectual capital. As far as the social development, it was concluded that the institution's work was important to the citizen hood formation and the preparation of people for social living. Finally, according to the Human Development Index (HDI) in these towns, it was possible to find out that the education dimension was an outstanding component in the increasing of regional human development.

Key words: regional development, social economic development, human development, education and development, College education institution.

LISTA DE SIGLAS

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
CES – Conselho de Educação Superior
CFE – Conselho Federal de Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
FAPAM – Faculdade de Pará de Minas
FJP – Fundação João Pinheiro
FINEP – Fundo de Infra-estrutura de Pesquisa
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES – Instituição de Ensino Superior
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério da Educação e do Desporto
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONU – Organização das Nações Unidas
PISA – (*Programme for International Student Assessment*)
PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE TABELAS

1 Evolução de matrículas no ensino superior 1961 – 1980.....	41
2 Evolução de matrículas no ensino superior 1981 – 2004	42
3 Evolução do número de matrículas no Brasil	46
4 Crescimento do número de IES, vagas, matrículas e concluintes no Ensino Superior – Minas Gerais – 1994 a 2004	52
5 Dinâmica populacional	61
6 Dinâmica populacional na região de atuação da Fapam	61
7 Taxa de fecundidade total	63
8 Produção agrícola de Pará de Minas segundo os principais produtos - 1975 a 2003.....	67
9 Evolução das matrículas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria por ano e curso – 1969 a 1984	74
10 Evolução das matrículas da Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas por ano e curso – 1985 a 1998.....	75
11 Evolução do número de alunos formados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, por ano e curso - 1971 a 1984.....	75
12 Evolução do número de alunos formados na Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas, por ano e curso - 1985 a 1998.....	76
13 Matrículas no 1º período por ano e curso 1999 a 2005.....	81
14 Evolução do número de alunos formados da Faculdade de Pará de Minas por ano e curso – 1999 a 2005.....	83
15 Alunos ingressantes e formados pela Fapam por períodos de análise.....	84
16 Taxa de evasão da fapam por períodos de análise.....	85
17 Avaliação dos cursos da Fapam.....	85
18 Total de alunos do Curso Superior por municípios e por instituição – 1991 e 2000.....	91
19 Relação de alunos matriculados na Fapam segundo sua residência – 1º sem. 2005.....	93
20 Setor de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, segundo os municípios – 1970.....	99
21 Setor de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, segundo os municípios – 1980.....	100
22 Setor de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, segundo os municípios – 1990.....	101
23 Setor de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, segundo os municípios – 2000.....	102
24 Evolução dos setores da economia, por mão-de-obra empregada (pessoas com 10 anos ou mais) na região de Pará de Minas.....	104
25 PIB <i>per capita</i> a preços correntes dos Municípios da região (R\$).....	105
26 % de docentes com ensino superior completo no ensino médio por municípios– 1999 a 2003.....	107

27	Rendimento médio do setor formal (R\$).....	108
28	Indicadores econômicos, sociais e político-administrativos	112
29	Melhoria dos Indicadores de longevidade e mortalidade em Pará de Minas, região e em Minas Gerais.....	114
30	Crescimento do acesso aos serviços prioritários em Pará de Minas, região e Estado - 1991 e 2000.....	116
31	Óbitos por causas externas - Região de Pará de Minas.....	117
32	Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Pará de Minas e região de influência da Fapam.....	119
33	IDHM de Pará de Minas, municípios da área de influência e Minas Gerais 1991 e 2000	132
34	Indicadores utilizados no IDHM - Educação de Pará de Minas, municípios da área de influência e Minas Gerais, 1991 e 2000.....	134
35	Índice Mineiro de Responsabilidade Social.....	161

LISTA DE FIGURAS

1 Causalidade mútua entre educação e desenvolvimento.....	29
2 Vistas da Fapam	89
3 Índice de Educação do IDHM.....	136
4 Índice de Longevidade do IDHM.....	137
5 Índice de Renda do IDHM.....	138
6 Mesorregiões.....	158
7 Municípios por Mesorregiões.....	159
8 Mapa rodoviário da região.....	160

LISTA DE QUADROS

1 Número de estabelecimentos em 1978.....	64
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

1 Evolução do número de matrículas no Brasil.....	46
2 Evolução das matrículas no ensino superior no Brasil e na Fapam - 1969 a 2004.....	83
3 Duração do contrato de trabalho dos docentes admitidos de 1969 a 1997.....	87
4 Duração do contrato de trabalho dos docentes admitidos a partir de 1998.....	88
5 Contribuição para o crescimento do IDH - %.....	135

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	22
2.1 Crescimento, desenvolvimento e progresso: uma breve revisão conceitual.....	25
2.2 A causalidade entre educação e desenvolvimento.....	28
2.3 Como medir o desenvolvimento econômico, social e humano.....	32
3 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E EM MINAS GERAIS.....	35
3.1 Da instauração do ensino superior no Brasil à República Velha.....	36
3.2 O ensino superior de 1930 a 1985.....	39
3.3 O ensino superior de 1986 a 2005.....	42
3.4 O ensino superior em Minas Gerais.....	48
3.5 Universidade, instituição social ou organização privada?.....	52
3.6 Contextualização para a pesquisa.....	56
4 IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM PARÁ DE MINAS E REGIÃO.....	58
4.1 Breve história de Pará de Minas e região.....	58
4.2 Ensino superior em Pará de Minas e no oeste mineiro.....	68
4.2.1 Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria à Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas (1ª Fase).....	71
4.2.2 Da criação da Faculdade de Pará de Minas (Fapam) à atualidade (2ª Fase).....	79
4.2.3 A situação atual dos cursos da Fapam.....	85
4.3 Os professores e a infra-estrutura da Faculdade de Pará de Minas.....	86
4.4 Definição da área de influência da Fapam.....	90
5 A FAPAM E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE PARÁ DE MINAS E REGIÃO.....	96
5.1 O desenvolvimento econômico de Pará de Minas e região de influência da Fapam.....	97
5.2 O desenvolvimento social de Pará de Minas e região de influência da Fapam.....	106
5.3 A contribuição da Fapam ao desenvolvimento econômico e social de Pará de Minas e região de influência.....	119
6 A FAPAM E O DESENVOLVIMENTO HUMANO DE PARÁ DE MINAS E REGIÃO.....	122
6.1 Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).....	123
6.2 A contribuição da Fapam para o desenvolvimento humano de Pará de Minas e região.....	129

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	151
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas semi-estruturadas.....	156
ANEXO A – Área de atuação por mesorregiões.....	158
ANEXO B – Detalhamento da área de atuação por mesorregiões.....	159
ANEXO C – Acessos rodoviários da região.....	160
ANEXO D – Índice Mineiro de Responsabilidade Social.....	161

1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico sempre foi uma preocupação para os países em desenvolvimento. Gerar e acumular riqueza foi uma receita amplamente defendida por diversos economistas, para alcançar o desenvolvimento. Havia uma lógica aparente nessa relação: o acúmulo de capital, ou seja, um alto nível de poupança, devido à postergação do consumo, é sempre necessário para aumentar os investimentos. Entretanto, simplesmente fazer “crescer o bolo” não se mostrou suficiente para mudar as condições desses países. Assim, passou-se a discutir e relevar outras questões que até então não tinham destaque.

A partir da década de 90, organismos, tanto internacionais quanto nacionais, passaram a realizar estudos visando a investigar o que realmente traria o pleno desenvolvimento para os países. Novos conceitos e novas abordagens resultaram desses estudos, marcados sobretudo pela interdisciplinaridade entre as ciências. A constatação da insuficiência das análises econômicas abriu espaço para as análises sociais, humanas e ambientais. Conceitos como o de sustentabilidade e de responsabilidade social entraram em pauta nas discussões e nos planejamentos dos países e das diversas organizações no mundo inteiro.

Outros fatores deveriam ser considerados na busca pelo desenvolvimento: não só a economia precisaria estar bem, mas também as pessoas e o meio-ambiente. Desse modo, ética, responsabilidade social, equilíbrio ambiental, educação, liberdade e tolerância passaram a ser considerados como fatores relevantes para o desenvolvimento. Em especial, a educação passou a ser merecedora de atenção e preocupação, por ser ela a base de sustentação para todos os outros fatores e um dos sustentáculos do desenvolvimento.

Pensar a relação entre educação e desenvolvimento não é assunto novo. Adam Smith, ainda no século XIX, apontava o treinamento da mão-de-obra como causa do aumento da produtividade. Depois dele, considerar a educação como um ingrediente essencial para o progresso tornou-se fato notório e quase sempre consensual.

O progresso evidente de certos países nas últimas décadas, como é o caso da Coréia do Sul, corrobora a tese de que a educação é um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento econômico das nações. Mesmo assim, estudos quantitativos que buscam uma relação causal entre as variáveis educação e desenvolvimento são, ainda, objetos de críticas e polêmicas, principalmente devido à falta de estudos científicos mais aprimorados.

Neste estudo, partiu-se do pressuposto de que a educação é componente necessário para o desenvolvimento de um país ou de uma região, embora ela não seja o único fator gerador do desenvolvimento. A educação foi aqui considerada como uma alavanca para o progresso. A relação entre desenvolvimento e educação foi tratada como uma via de mão dupla: a educação é fator de desenvolvimento, e é beneficiada por este, numa relação de causalidade mútua, em que mais educação gera mais desenvolvimento e mais desenvolvimento gera mais educação.

O desenvolvimento regional foi analisado sob a ótica econômica, social e humana. Delimitou-se então, como objeto deste estudo, a contribuição da Faculdade de Pará de Minas (Fapam) para o desenvolvimento econômico, social e humano da cidade de Pará de Minas e região, desde sua criação, em 1969, até 2005. O impacto que essa instituição de ensino teve na região, economicamente, socialmente e na elevação da capacidade humana foi a questão que suscitou esta pesquisa.

Esta pesquisa, quanto aos fins, foi classificada como exploratória e descritiva. Exploratória, porque há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre a contribuição das instituições de ensino superior para o desenvolvimento econômico, social e humano das regiões, em especial acerca do caso da Fapam. Descritiva, à medida que compreende a obtenção e exposição de dados representativos acerca do objeto de estudo.

O objetivo geral deste estudo foi analisar a contribuição da Fapam para o desenvolvimento econômico, social e humano de Pará de Minas e região. Para atingir esse

objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos intermediários:

- Descrever os conceitos básicos sobre desenvolvimento e a relação causal entre educação e desenvolvimento;
- Descrever a evolução do ensino superior no Brasil, em Minas Gerais e na região da Fapam;
- Descrever a história da Fapam e sua área de influência;
- Analisar a contribuição da Fapam para o desenvolvimento econômico e social da região;
- Analisar a contribuição da Fapam ao desenvolvimento humano da região.

Para responder à questão geradora, utilizaram-se basicamente três conjuntos de fontes de dados primários e secundários: (1) os arquivos da Fapam; (2) dados estatísticos extraídos de publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A (BDMG) e Fundação João Pinheiro (FJP), do Atlas do Desenvolvimento Humano, do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – MS/DataSUS, do Índice Municipal de Responsabilidade Social (IMRS) – FJP e do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA); e (3) dados provenientes de entrevistas qualitativas com ex-alunos, diretores, ex-funcionários e funcionários da Fapam. Esses três conjuntos de fontes forneceram dados essenciais para a compreensão do objeto deste estudo e foram coletados e analisados da forma apresentada a seguir.

O **primeiro conjunto de fontes** de dados secundários constituiu-se pelo levantamento documental realizado na própria instituição. A primeira fonte desse conjunto foram os Livros de Matrículas de Alunos, desde o ano de 1969 até 2003. São livros manuscritos e encadernados que se encontram arquivados na Secretaria da Fapam. Foi contado, ano a ano, o total de alunos matriculados no primeiro período de cada curso, desde a primeira turma de 1969 até 2003. A partir de 2003 o registro de matrículas na instituição passou a ser

informatizado, portanto, a partir desse ano até 2005, o número de alunos matriculados no primeiro período foi extraído de relatórios do sistema. Esses dados permitiram o levantamento do número de alunos ingressantes nos cursos da Fapam e foram comparados, posteriormente, com o número de alunos formados, para que se realizassem as devidas análises sobre o desenvolvimento interno da instituição e seu histórico.

Ainda desse conjunto de fontes, foram extraídos os dados referentes ao total de alunos formados. Esses dados foram coletados numa segunda fonte: os Livros de Atas de Colação de Grau, que são manuscritos e arquivados na Secretaria da Fapam. Foram examinados os livros de 1971, ano de formatura das primeiras turmas, a 2005.

Também foram pesquisados, como uma terceira fonte, os Livros de Registro de Empregados, arquivados no Departamento Financeiro da Fapam. Nesses livros, estão registrados os professores que a instituição contratou desde sua fundação até o ano de 2005. Por meio deles foi possível verificar o tempo médio de contratação dos professores, com a finalidade de entender o índice de rotatividade do pessoal docente (*turn-over*), além da cidade de residência destes.

Uma quarta fonte de dados secundários, para descrever o histórico da instituição, foram os documentos e correspondências expedidos e recebidos pela diretoria da Fapam e pela Confraria Nossa Sra. da Piedade, sua mantenedora. Trata-se de documentos relativos ao convênio firmado entre a Confraria e a Universidade Católica de Minas Gerais para a criação da extensão da Faculdade de Filosofia em Pará de Minas, a alterações desse convênio e a sua rescisão entre outros. Tal material encontra-se arquivado na Secretaria da Fapam.

O **segundo conjunto de fontes** de dados secundários foi constituído, em primeiro lugar, pelos censos demográficos e agropecuários de Minas Gerais realizados pelo IBGE nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Deles foram extraídos os dados populacionais, dados sobre os setores econômicos e dados sobre a produção agrícola dos municípios da região.

Em segundo lugar, coletaram-se dados do Censo da Educação Superior de 2004, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sobre a evolução do número de instituições de ensino superior, o número de matrículas, de inscrições no vestibular e de vagas oferecidas no sistema e a distribuição das matrículas por localização (capital/interior) das instituições de ensino superior no Brasil.

Em terceiro lugar, dados sobre o desenvolvimento dos municípios mineiros foram extraídos de publicações do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Em quarto lugar, por meio do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um *software* de domínio público disponível na Rede Mundial (Internet), desenvolvido em uma parceria entre a Fundação João Pinheiro (FJP), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foram obtidos os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios de Pará de Minas e região, para a análise do desenvolvimento humano da região. O Atlas também forneceu outros dados importantes para a análise, como os componentes do IDH: Renda, Educação e Longevidade; os índices de Pobreza, de Desigualdade e de Exclusão Social e o Índice de Qualidade Institucional do Município.

Em quinto lugar, através dos Censos Demográficos e Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000, foram levantados os dados sobre a população dos municípios da região, o pessoal empregado segundo os setores da economia e a produção agrícola da região. Esses dados foram coletados diretamente, por levantamento documental, na Biblioteca do IBGE em Belo Horizonte, onde foram selecionados os dados referentes aos municípios da região de Pará de Minas determinados para o escopo deste estudo. Também se utilizou o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), disponível no seu sítio na Internet.

Dados secundários para esta pesquisa, sobre a mortalidade por agressões ocorridas nos

municípios da região estudada, foram obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – MS/DataSUS. Esses dados serviram para entender a situação social da região nos últimos anos quanto à violência.

Por fim, o *software* do Índice Municipal de Responsabilidade Social (IMRS), versão 1.0, disponível para *download* na Internet e de responsabilidade da Fundação João Pinheiro, forneceu dados sobre o desenvolvimento dos municípios estudados.

Utilizou-se, ainda, uma **terceira e última fonte de dados primários**, as entrevistas. Elas complementaram qualitativamente os dados documentais e estatísticos. As entrevistas foram realizadas com três ex-alunos, uma ex-funcionária, com a diretora e com o vice-diretor da instituição. Estas pessoas foram selecionadas utilizando-se o método não-probabilístico de escolha intencional. As relações com a faculdade e com a cidade de Pará de Minas, além da acessibilidade às mesmas por parte do pesquisador, foram os critérios que definiram esta amostra.

A percepção desses atores sociais, que residem e trabalham na cidade de Pará de Minas e atuaram ou atuam na instituição, contribuiu para a análise crítica dos documentos levantados, complementando a análise obtida com os dados quantitativos. Essas entrevistas foram importantes para reconstruir o desenvolvimento da instituição e da cidade de Pará de Minas, pelo conhecimento, experiência e participação dos entrevistados.

Esta dissertação está dividida em sete capítulos. O primeiro capítulo consistiu na presente introdução, onde se delimitou o objeto de estudo, a questão geradora da pesquisa e descreveu-se a metodologia utilizada. No segundo capítulo, apresenta-se uma revisão teórica sobre a relação entre educação e desenvolvimento. Nesse capítulo, por meio de uma revisão da literatura econômica e sociológica, passa-se pelos conceitos de crescimento econômico e progresso até chegar-se ao conceito atual de desenvolvimento sustentável. Também nesse capítulo são definidos os pressupostos teóricos sobre a relação de causalidade entre educação

e desenvolvimento e a situação do Brasil quanto à educação e ao desenvolvimento. As definições e conceitos trabalhados nesse capítulo servirão para embasar a discussão dos dados coletados para a pesquisa.

Os capítulos terceiro e quarto são dedicados a uma contextualização do objeto de estudo, neles procura-se descrever a evolução da educação superior no Brasil, em Minas Gerais e na cidade de Pará de Minas e região. Também é descrito, no quarto capítulo, o processo de evolução da Fapam e de sua atuação regional, traçando-se as cidades do entorno de Pará de Minas que constituem sua área de atuação, a fim de tecer o cenário no qual o objeto de estudo se encontra.

No quinto capítulo, analisa-se a contribuição da Fapam para o desenvolvimento regional nos aspectos econômicos e sociais. Nesse capítulo, são descritos os aspectos do desenvolvimento socioeconômico de Pará de Minas e região antes da existência da Fapam e a partir da atuação da mesma na região. O período de análise compreendeu as décadas de 1970, 1980, 1990 e de 2000 até 2005.

O sexto capítulo destina-se à análise da contribuição da Fapam para o desenvolvimento humano de Pará de Minas e região. O desenvolvimento humano é um novo conceito, introduzido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para aquilatar o desenvolvimento dos países, que não pode ser avaliado apenas pelo seu lado econômico. O Índice de Desenvolvimento Humano tem sido mensurado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir da década de 1990. Esses dados estão disponíveis no Brasil, por município, a partir desta época.

Finalmente, nas considerações finais, é realizada uma avaliação crítica da atuação da Fapam e de sua contribuição para o desenvolvimento da região, retomando sua importância, seus problemas e os desafios para o presente e o futuro da instituição. Também são apresentadas as limitações deste estudo e sugestões para novas pesquisas.

2 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os efeitos econômicos, sociais e humanos da educação têm sido amplamente divulgados e defendidos não somente por especialistas, mas também por organizações internacionais como UNESCO e OCDE. Nenhum país conquistou o desenvolvimento sem uma educação básica de qualidade e amplamente democratizada, como corroboram os dados estatísticos. Num mundo em que o conhecimento é o motor das economias, mesmo os países agro-exportadores não conseguem obter a competitividade necessária sem uma força de trabalho bem qualificada. A educação é imprescindível para o desenvolvimento sustentável dos países e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A UNESCO e a OCDE, em pesquisa divulgada em junho de 2003, por meio do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)¹, trouxe à tona não só as discrepâncias na área educacional entre países ricos, pobres e em desenvolvimento, como também mostrou, principalmente, as diferenças significativas entre algumas nações que enfrentaram o desafio da educação, da ciência e da tecnologia e as que deixaram de fazer os investimentos necessários nessas áreas.

Países como Irlanda, Espanha e Coréia do Sul, há 30 anos enfrentavam sérias dificuldades socioeconômicas, mas priorizaram uma educação de qualidade para sua população. Como recompensa, esses países registram hoje alto nível educacional, crescimento econômico, aumento da renda da população, maior volume de exportações e melhoria no nível do emprego, além de respeito internacional. Já países como o Brasil e o Peru, que deixaram de promover as reformas educacionais em épocas oportunas, apareceram nessa pesquisa com resultados insatisfatórios e preocupantes.

¹ O PISA consiste em uma avaliação realizada em 41 países, sobre o desempenho de estudantes na faixa de 15 anos de idade que é aplicada em países membros da OCDE e alguns países convidados desde o ano de 2000.

O relatório da OCDE serve como mais um indicador da contribuição da educação para o desenvolvimento humano, social e econômico de um país. Mesmo com as dificuldades econômicas vividas pelos países em desenvolvimento, o investimento em educação, como demonstram os dados do PISA, deveria ser prioritário. Além de a educação ser um fator de desenvolvimento, a distribuição de renda depende, diretamente, do crescimento econômico e, indiretamente, da educação.

Segundo a UNESCO e a OCDE, a educação é um fator primordial para os países, pois auxilia na competitividade mundial, promove o desenvolvimento social e humano, qualifica as pessoas para o trabalho, melhora a gestão pública e privada e possibilita o exercício da plena cidadania das pessoas, tornando-as conhecedoras de seus direitos e deveres.

A melhoria da educação tem um efeito social amplo: reflete-se diretamente na cultura, na tecnologia, na economia e no desenvolvimento como um todo. A educação, em todos os seus níveis – ensino fundamental, médio, técnico e superior – é imprescindível para tornar um povo evoluído cultural e economicamente.

A educação, como as pesquisas evidenciam, é fator que contribui para uma distribuição de renda mais igualitária, é promotora da cidadania, da saúde e da proteção do meio ambiente. A educação promove a vida ou, nas palavras do representante da UNESCO no Brasil, Jorge Werthein (2003, p.7): “Quanto vale a educação de uma jovem mãe que salva o seu bebê da morte por diarreia, e que ajuda essa criança, mais tarde, a alcançar escolaridade superior à dela?”.

A educação é uma maneira de dotar cada nova geração com aquilo de que necessitará para o futuro. Por meio dela, as novas gerações tornam-se mais aptas para o convívio social e para a tolerância às diferenças pessoais e de grupos, os valores sociais importantes para uma sociedade mais harmoniosa podem ser transmitidos. Melhores condições de vida nas sociedades têm, na educação, um importante pilar. No entanto, é uma falácia a afirmação de

que a educação, por si só, resolverá todas as diferenças e injustiças sociais. Como ressaltou Trier (2002), na realidade as sociedades influenciam a educação mais do que a educação influencia a sociedade.

Entretanto, tem-se na educação um fator de mudança social, na medida em que ela fornece para as pessoas o poder de entender as realidades e exigir melhorias sociais. A importância da Fapam, nesse contexto, reside na formação que esta dá a seus alunos e no modo como essa formação se reproduz quando estes aplicam os conhecimentos adquiridos na faculdade nas diversas escolas ou empresas onde atuam.

A educação deve, portanto, ser tratada não só como uma questão estratégica, mas também como uma questão de soberania nacional, pela sua importância para o desenvolvimento autônomo de qualquer país. Dela depende a riqueza da nação. Muito tem sido feito nos últimos anos para reverter o quadro preocupante da educação no Brasil, mas a questão está longe de ser resolvida, carecendo-se assim de sérios estudos e propostas para uma rápida implementação de melhorias qualitativas no ensino em todos os seus níveis.

Neste capítulo discutir-se-á a relação existente entre educação e desenvolvimento, buscando a elaboração das bases conceituais que darão suporte ao estudo aqui desenvolvido.

2.1 Crescimento, desenvolvimento e progresso: uma breve revisão conceitual

A idéia de desenvolvimento quase sempre vem associada à idéia de acumulação de capital, crescimento econômico, aumento da renda, da produção e do consumo, aumento da produtividade, evolução tecnológica, entre outros componentes econômicos. No entanto, nas últimas décadas, o conceito de desenvolvimento, além das questões econômicas, passou a abarcar também os aspectos culturais, sociais e ambientais.

Crescimento, progresso e desenvolvimento econômico são conceitos comumente

usados para determinar se um país é ou não desenvolvido, ou se está em vias de desenvolvimento. Todavia, esses três conceitos, mesmo tendo estreita relação, têm significados diferentes. Por **crescimento**, entende-se o aumento da quantidade de bens e serviços, ou seja, da riqueza gerada no país de um ano para outro. Sendo assim, há crescimento quando o PIB, o PIB *per capita*, a Renda Nacional e a Renda *per capita* estão aumentando no decorrer do tempo. O **progresso** está também ligado aos indicadores econômicos e, portanto relaciona-se diretamente com o conceito de crescimento, mas implica a idéia de linearidade no tempo e uma constante evolução ao longo dos anos em todos os campos da vida humana. Já o conceito atual de **desenvolvimento**, supõe crescimento econômico, mas com aumento da qualidade de vida das pessoas e sustentabilidade ambiental.

A ONU utiliza atualmente o IDH para mensurar o desenvolvimento. Este índice, além do PIB e da Renda, também inclui a taxa de alfabetização e a expectativa de vida ao nascer, numa tentativa de incluir também os benefícios do crescimento econômico para o conjunto da população de um país.

A visão de progresso como uma evolução linear das realizações humanas, como um processo contínuo ao longo dos tempos, é relativamente recente no imaginário social. Segundo Buarque (1993), essa idéia não poderia existir antes da revolução industrial e capitalista, que ocorreu há duzentos anos. No entanto essa concepção encontra-se tão arraigada na consciência ocidental que seria difícil acreditar em um passado no qual a humanidade não fosse movida em direção a um progresso contínuo, onde o futuro não fosse sinônimo de mais produção.

O progresso é um conceito comum para as pessoas da civilização contemporânea. A própria bandeira nacional brasileira traz os dizeres “Ordem e Progresso”. Se se perguntar a um homem comum de qualquer parte do mundo ocidental o que é o progresso, certamente ele responderá que o conceito tem relação com a evolução e o crescimento econômico. Mas nem

sempre foi assim. Os filósofos gregos, por exemplo, analisavam o progresso como um sentimento de aperfeiçoamento cultural do homem; a visão cristã, como ascensão espiritual do homem. Mesmo entre os reformistas do século XV, que forneceram a base ética para o capitalismo, ainda não se encontrava a idéia de produção crescente: “Para Lutero e todos os protestantes, o trabalho, a abstinência e a frugalidade tinham por objetivo o sacrifício que levaria ao céu, e não a criação de uma base de progresso” (BUARQUE, 1993, p. 46-47). Até o início do século XX, a visão de produção e consumo estava associada aos ciclos repetidos das estações do ano, safras, festas religiosas, vida e morte, e não a uma visão de evolução linear do tempo.

Segundo Furtado (1978, p.132), “a acumulação de capital acompanha todas as formas de desenvolvimento e se pode dizer que ela é condição necessária ao desenvolvimento”. Entretanto, ressalta ele, a acumulação funciona mais como um limite às possibilidades de desenvolvimento. Para ocorrer o desenvolvimento é preciso uma combinação de acumulação de capital, progresso tecnológico e uma modificação estrutural decorrente das transformações no perfil da demanda e também da renda.

Ainda segundo Furtado (1978, p.132), o progresso tecnológico é quase uma pré-condição do desenvolvimento econômico: “[...] é porque existe progresso tecnológico em certas áreas, que são os pólos de desenvolvimento mundial, que a acumulação alcança os elevados níveis que conhecemos e que as alterações no perfil da demanda abrem caminho a significativas elevações de produtividade”. Em outra passagem, ele é ainda mais explícito na definição do desenvolvimento autônomo, não dependente:

Poderíamos definir o processo de desenvolvimento autônomo como aquele no qual a ordenação dos fatores primários de impulsão seria a seguinte: progresso tecnológico – acumulação de capital – modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda. No extremo oposto, teríamos o processo de desenvolvimento essencialmente dependente, no qual a seqüência é inversa: modificação na composição da demanda – acumulação de capital – progresso tecnológico. (FURTADO, 1978, p. 133, grifos nossos).

O desenvolvimento divide o mundo em países dominantes e em países de economias

especializadas na exportação de produtos primários. Entre esses dois pólos há as economias em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, país que passou no último século pela transição do modelo colonial ao industrial sem, contudo, quebrar os elos de dependência.

Paul Singer (1982) concorda com Celso Furtado (1978) na distinção entre crescimento e desenvolvimento. Por crescimento entende-se o aumento contínuo do Produto Nacional Bruto, no sentido mais amplo; e, no sentido restrito, o aumento do Produto *per capita*. Já o conceito de desenvolvimento econômico envolve uma transformação qualitativa da estrutura econômica, social e cultural do país:

No processo de desenvolvimento, assim definido, já se acham implícitos os fenômenos sócio-econômicos que necessariamente o acompanham: transferência de grandes massas da população do campo para as cidades, constituição de um parque industrial mais ou menos amplo, aumento da produtividade do trabalho, melhoria do padrão de vida tanto da população urbana como da rural, elevação do seu nível cultural, etc. (SINGER, 1986, p. 38).

Assim, o desenvolvimento depende do crescimento, pois o aumento do Produto Nacional Real (total ou *per capita*) é o fator que, historicamente, caracteriza a passagem dos países da condição de subdesenvolvidos para a de desenvolvidos, mas esse crescimento por si só não é suficiente.

O conceito de crescimento, segundo Furtado (1986, p. 78), “deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico”. Mas, na verdade, desenvolvimento é mais do que crescimento.

Podemos, portanto, admitir que o crescimento é o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado, e que o desenvolvimento é o mesmo fenômeno quando observado do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui o referido setor especializado. (FURTADO, 1986, p. 79, grifo do autor).

Como ressaltou Bresser Pereira (1997), dois problemas fundamentais surgem em uma democracia recente e incompleta como a brasileira: um de governabilidade, e o outro, de cidadania. Ambos estão inter-relacionados, pois a cidadania incompleta, resultante do baixo nível cultural e econômico do povo, da baixa capacidade de organização da sociedade civil e da grande heterogeneidade da sociedade, gera dificuldades de governabilidade: “Em

sociedades em que as diferenças de educação, renda e poder são enormes, o contrato social clássico é insuficiente, sendo necessário um pacto político e uma correspondente coalizão de classes em torno de um projeto de desenvolvimento econômico e social” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 63).

Esse é outro argumento para mostrar a importância da educação no desenvolvimento da democracia, um componente essencial para garantir uma cidadania completa e, conseqüentemente, eliminar os entraves ao desenvolvimento do país no seu sentido pleno.

Por fim, ao conceito de desenvolvimento deve ser acrescentada a idéia de sustentabilidade. Por **desenvolvimento sustentável** entende-se não somente o crescimento dos índices econômicos e de qualidade de vida, mas também a preservação e a manutenção da possibilidade de vida na Terra. Nesta dissertação, na análise da relação entre Desenvolvimento e Educação Superior, serão contemplados os três aspectos que o definem: crescimento econômico, mudança estrutural que altera o social e sustentabilidade ambiental.

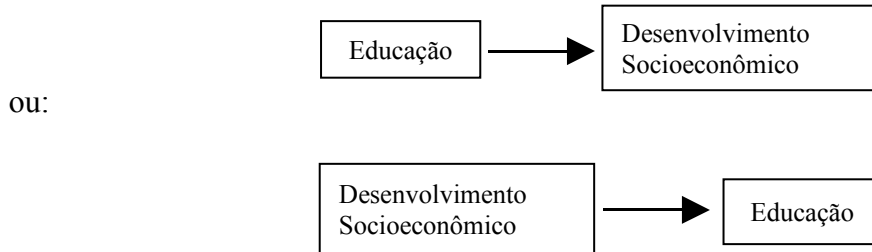
2.2 A causalidade entre educação e desenvolvimento

A análise da relação de causalidade entre educação e desenvolvimento, empregada neste estudo, baseou-se nos sistemas de causalidade mútua. Esse tipo de análise foi descrito por Morgan (1996) como importante para a compreensão de acontecimentos e processos que determinam o funcionamento das organizações no seu contexto atual.

“Em sistemas complexos há sempre causas que fazem com que causas causem outras causas” (WILDEN *apud* MORGAN, 1996, p. 260). Assim, as relações causa-efeito, em sentido linear, não são muito confiáveis. Uma opção é a utilização de sistemas circulares. Nestes, a relação de causalidade não se dá simplesmente pela idéia de que A causa B, mas de que A e B podem definir-se um ao outro pelo fato de pertencerem ambos ao mesmo sistema

de relações circulares.

Nesse sentido, a idéia linear de causalidade, como nos esquemas abaixo:



é substituída por uma análise circular de causalidade mútua, com processos de *feedback* positivo ou *negativo*, como na FIGURA 1.

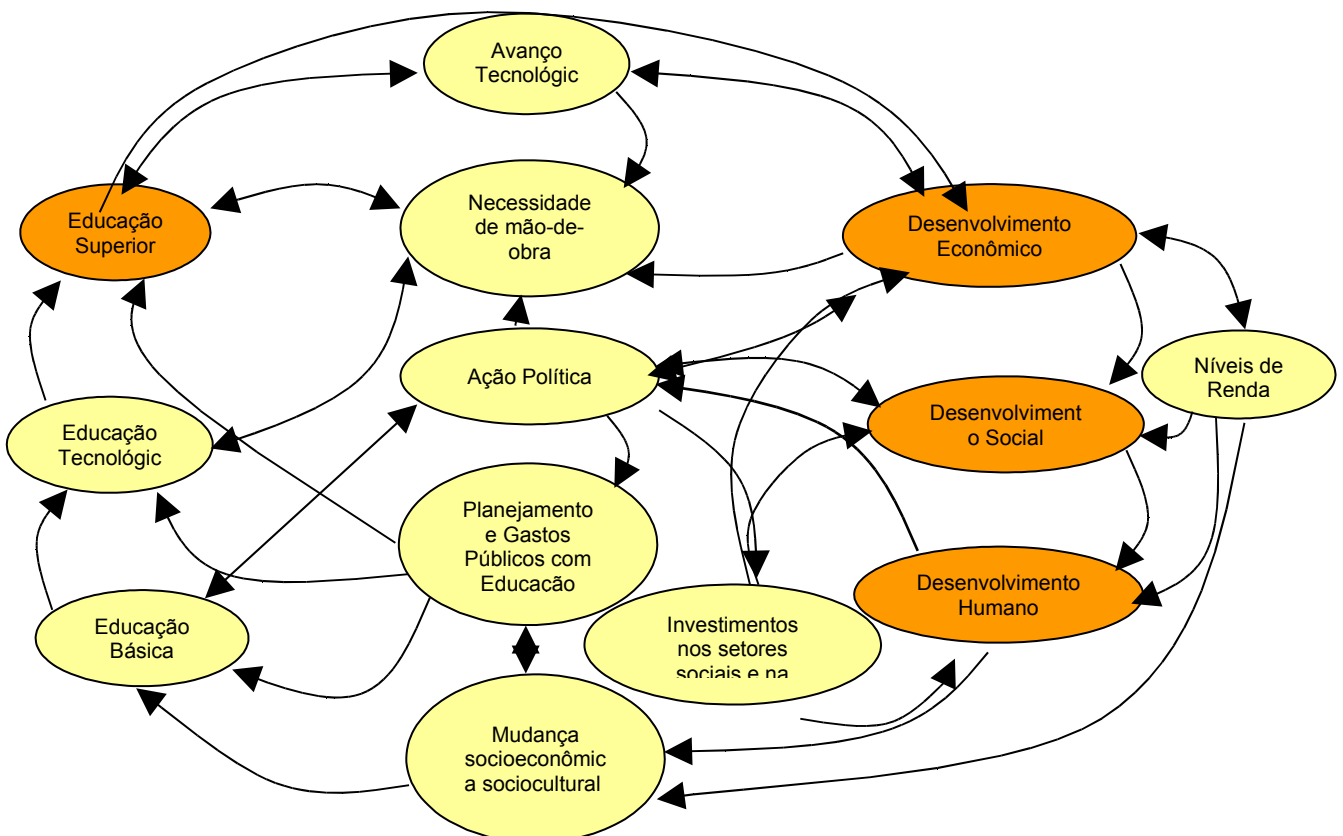


FIGURA 1 – Causalidade mútua entre educação e desenvolvimento
FONTE: Elaborado pelo autor

Nessa análise, os fatores são causas e conseqüências ao mesmo tempo. A educação superior não é causa única do desenvolvimento socioeconômico, assim como o

desenvolvimento socioeconômico não é causa única da elevação da qualidade da educação superior. A postulação da existência de uma causalidade linear entre esses dois fatores conduziria a um sistema de análise que redundaria em um dilema insolúvel: quem veio primeiro, o ovo ou a galinha?

Neste estudo, a educação superior fornecida pela Fapam será analisada não como fator único que gera o desenvolvimento regional, mas ela é, por sua vez, indutora de melhoria nos diversos níveis de ensino. Os fenômenos são causa e efeito de um mesmo sistema complexo que é o desenvolvimento regional. Ressalta-se, ainda, que no esquema mostrado na FIG.1 não estão todos os fatores que poderiam, de alguma forma, influenciar o desenvolvimento socioeconômico e o desenvolvimento da educação superior, nem contempla todas as articulações entre eles.

São vários os autores que pensam a educação como fator de desenvolvimento. Para Durkheim (1978, p. 41):

Educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine.

Segundo ele, a educação visa uma socialização metódica. Em todas as pessoas haveria dois seres, um individual, baseado nas experiências próprias, e outro social, oriundo dos grupos aos quais se pertence. O fim da educação é gerar esse ser social em cada pessoa. Sem a educação, a ação socializadora que a humanidade exerce em cada um, a acumulação e o desenvolvimento da sabedoria humana não seriam possíveis. A educação é, portanto, a forma pela qual a humanidade evolui, e sem ela não seria possível a manutenção da civilização. A educação torna-se assim pedra fundamental para o desenvolvimento, tanto do indivíduo quanto da sociedade. Seja pelos fins a que visa, seja pelos meios que emprega a educação sempre atende às necessidades sociais (DURKHEIM, 1978).

A educação é um fator estratégico para o desenvolvimento das nações. O conhecimento é, sem dúvida, um dos componentes mais importantes para o crescimento econômico sustentável e para o aumento da competitividade no mundo atual. Diversos países passaram a tratar a educação como um dos principais tópicos do planejamento para o desenvolvimento econômico e social. É necessariamente por meio da educação que a economia e as condições de vida nos países e no mundo terão condições de evoluir. Especificamente, a educação superior tornou-se uma pedra fundamental para o desenvolvimento da tecnologia e do capital intelectual dos países; aumentar e melhorar esse nível de ensino revela-se, assim, imprescindível.

Segundo Scheinkman (2006), estudos mostram que as diferenças de investimento na educação superior ajudam a explicar os hiatos de crescimento econômico e de ganhos de produtividade, o que se evidencia, por exemplo, pela comparação entre os Estados Unidos, que investem 3% do PIB, e a Europa, que investe apenas 1,1%. Para Scheinkman (2006) há uma evidência empírica da conexão entre educação e desenvolvimento que não pode ser desconsiderada pelos governantes brasileiros. Casos como o da Coréia do Sul, que investiu maciçamente em educação, constituem evidências empíricas que não podem ser negadas.

“É ponto pacífico que o maior desenvolvimento brasileiro está na dependência da melhoria do ensino superior, fazendo-o sair do faz-de-conta, característico, em sua grande maioria, do nosso sistema” (COUTINHO, 1977, p. 13) – com estas palavras Afrânio Coutinho inicia o prefácio de seu livro *Universidade, instituição crítica*. Ainda nas décadas de 60 e 70, o autor já ressaltava a necessidade de o Brasil criar uma infra-estrutura de ensino superior séria e capaz de tirar o país do atraso. Em outra passagem, o autor afirma: “E onde existe a universidade em pleno funcionamento, ela é um organismo vivo e atuante no desenvolvimento dos países, seja no que respeita ao homem, seja em proveito da sociedade na

educação, na tecnologia, na saúde, na economia, e em tudo mais [...]” (COUTINHO, 1977, p. 13).

O ensino superior tem grande importância para o desenvolvimento, diante disso, fazem-se necessários investimentos maciços no aumento de sua qualidade, e esses devem ser resultantes de medidas oriundas tanto do setor público quanto do privado. A tríade ensino, pesquisa e extensão, se levada a sério pelas instituições, possibilita um enorme avanço em todos os setores da sociedade e pode contribuir ao pleno desenvolvimento econômico, social e humano, de forma sustentável.

A educação, segundo muitos economistas, por si só, não provoca o desenvolvimento, mas a sua falta, inevitavelmente, é empecilho para que este possa ocorrer. Os problemas de produtividade e competitividade oriundos de uma educação deficiente freiam o crescimento econômico e, por fim, o pleno desenvolvimento. A educação de alta qualidade aumenta a qualificação profissional das pessoas, eleva o poder de crítica e de visão da realidade, amplia a cidadania, a responsabilidade social e ambiental e acaba se refletindo no aumento da renda e do consumo. A educação é, portanto, imprescindível para o pleno desenvolvimento socioeconômico sustentável.

2.3 Como medir o desenvolvimento econômico, social e humano

Para analisar o desenvolvimento de uma região faz-se necessário o estabelecimento de alguns indicadores. Haddad (2004) explica que, após a crise dos anos 30, Estados Unidos, França, Inglaterra e outros países viram que não se tinha um sistema de informações capaz de acompanhar a conjuntura econômica e os níveis de atividade da economia. Surgiram assim os primeiros indicadores de acompanhamento da conjuntura econômica e do ambiente macroeconômico dos países, com a contribuição teórica de diversos economistas, como

Keynes. A partir da década de 50, as Nações Unidas assumem a responsabilidade técnica de normatização desses indicadores. Com isso, surge a primeira geração de indicadores.

A partir dos anos 70, com o grande avanço da economia mundial ocorrido no período pós-guerra, surge uma segunda geração de indicadores, diante da necessidade de se dispor de informações atualizadas, desagregadas e relevantes para a concepção e a implementação de políticas públicas para os países e regiões. Diversos organismos públicos foram criados para suprir essa demanda. Em Minas Gerais, a Fundação João Pinheiro, em convênio com o IPEA e o PNUD, produz indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Com a nova concepção de desenvolvimento sustentável, principalmente após a ECO-92, novos indicadores foram surgindo, constituindo uma terceira geração. No Brasil, o IBGE, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Meio Ambiente e outras organizações têm gerado um conjunto desses indicadores.

Diversos indicadores têm sido usados para mensurar o desenvolvimento em seus diversos aspectos. Todos esses indicadores possuem vantagens e desvantagens, por isso, uma análise que vise contemplar todas as formas de mensuração, além de impraticável pode não tornar-se conclusiva. Desta forma, o desenvolvimento de Pará de Minas e região será mensurado estabelecendo-se alguns parâmetros e indicadores quanto aos aspectos do desenvolvimento econômico, social e humano.

a) Desenvolvimento econômico – será medido analisando-se a evolução dos setores primário, secundário e terciário da economia. A transposição da mão-de-obra do setor primário para o secundário e terciário serve como um indicador do desenvolvimento econômico, pois mostra como as parcelas da população economicamente ativa deixam de ser empregadas em atividades ligadas à agropecuária, silvicultura e extração vegetal e são empregadas em atividades industriais, comerciais e de serviços. Segundo Machado Neto (1963), um dos indicadores de desenvolvimento pode ser medido pelo deslocamento de frações crescentes da

população economicamente ativa de uma sociedade do setor primário para o secundário e o terciário. Isto porque em todas as sociedades desenvolvem-se primeiro a agricultura e a pecuária e, em momentos distintos, a indústria e os serviços.

b) Desenvolvimento social – será medido pela evolução da educação nas cidades de Pará de Minas e região e por indicadores de qualidade de vida, renda *per capita*, índice de pobreza, índice de desigualdade, índice de exclusão social, índice de qualidade institucional do município, taxa de crescimento da renda, índice de potencial de desenvolvimento do município, indicadores sobre saúde e qualidade de vida, índice de violência e índice mineiro de responsabilidade social serão utilizados para essa análise.

c) Desenvolvimento humano – o índice de desenvolvimento humano será analisado tentando compreender sua composição e a importância da educação para o mesmo.

Neste capítulo, foram discutidos os conceitos de crescimento, progresso e desenvolvimento econômico. Passou-se de uma visão meramente econômica para uma ótica mais abrangente do desenvolvimento, que inclui novos parâmetros, como a sustentabilidade, a responsabilidade social e a proteção ambiental.

Apresentou-se também uma relação positiva entre educação e desenvolvimento. A educação superior tem uma responsabilidade ímpar na formação e na qualificação da mão-de-obra, no aumento da capacidade produtiva e da tecnologia, mas, também, na elevação da capacidade humana, no sentido de promover a integração das pessoas na sociedade e o respeito à diversidade cultural. A educação passa a ter um papel cada vez mais importante para o sucesso dos indivíduos e das nações. O desenvolvimento do capital humano é um fator-chave no combate ao desemprego e aos baixos salários, mas também está associado a uma série de benefícios não econômicos, incluindo-se as melhorias no setor de saúde e o maior sentimento de bem-estar.

Estabelecidos os pressupostos teóricos, far-se-á, nos próximos capítulos, uma

descrição da evolução da educação superior no Brasil, em Minas Gerais e na região de Pará de Minas, finalizando com um histórico da Fapam.

3 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

O ensino superior no Brasil só veio a adquirir cunho universitário a partir dos anos 30 do século XX, ao contrário do que se deu em alguns países da América espanhola, que tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial, como o México e o Peru, ou no período pós-independência, como o Chile. Por mais de um século, de 1808, quando foram criadas as primeiras escolas superiores, até 1934, o modelo de ensino superior foi o de estabelecimento de faculdades isoladas dedicadas à formação de profissionais liberais em, Direito, Medicina e Engenharia. A vinda da corte portuguesa, em 1808, marca o início da constituição do núcleo de ensino superior no Brasil, cujo padrão de desenvolvimento teve como características principais a orientação profissional e o controle do Estado sobre o sistema.

Neste capítulo, analisa-se a constituição do ensino superior no Brasil, iniciando pelo período colonial, Império e República. Num segundo momento examina-se o desenvolvimento do ensino superior a partir de 1930, da criação da universidade no Brasil até o fim do regime militar na década de 1980. Num terceiro momento, analisa-se o crescimento do ensino superior a partir do fim do regime militar marcado pela Constituição de 1988 e pela LDB de 1996, até 2005. A exposição será feita nessa ordem e foi inspirada na periodização dada por José Silvério Bahia Horta no texto: “Plano Nacional de Educação: da tecnocracia à participação democrática” (CURY; HORTA; BRITO, 1997).

Após a contextualização do desenvolvimento da educação superior no Brasil, se descreverá a dinâmica deste em Minas Gerais. Será apresentada uma breve descrição da instauração do ensino superior no Estado e sua evolução quantitativa, que será importante para a descrição da evolução do ensino superior na região do oeste mineiro. O capítulo será finalizado com uma discussão sobre a função social da universidade e uma contextualização

para a pesquisa.

3.1 Da instauração do ensino superior no Brasil à República Velha

Segundo Fernandes (1986), a universidade é uma sociedade em miniatura: possui uma estrutura, pessoal e cultura próprias; e conta com padrões organizatórios específicos, que regulam sua capacidade de atender aos fins e às necessidades sociais que dão sentido à sua existência, continuidade e transformação. As instituições compõem ou formam a sociedade e são influenciadas por ela. A universidade brasileira, como instituição, não pode ser entendida com um mundo em si e para si, mas como uma realidade histórico-social.

O ensino superior no Brasil teve suas raízes no modelo transplantado das instituições européias. A vinda da Corte portuguesa para o Brasil e a conseqüente elevação da colônia a Reino Unido criaram uma nova demanda pelo ensino superior. Visando a atender a essa demanda, instalou-se um modelo de ensino superior que, segundo Fernandes (1986), transcendia às exigências educacionais da situação. Na verdade, o que se implantou não foi a universidade portuguesa da época, mas um modelo adaptado aos interesses colonialistas da Coroa e ao atraso cultural imperante. Fernandes (1986) destaca três tipos de empobrecimento estrutural-funcional no modelo transplantado.

Primeiro, a criação de “unidades intermediárias”, as faculdades e escolas superiores, que não representavam a universidade portuguesa da época, mas eram fruto de uma política estreita e imediatista. O resultado foi uma instituição limitada a si mesma, fechada em sua auto-suficiência educacional e estiolante do ponto de vista intelectual.

Segundo, o despojamento da escola superior transplantada de funções que pudessem trazer uma autonomia cultural. A universidade portuguesa, mesmo assolada pela crise do século XVIII, interagiu de certa forma com os dinamismos culturais da Europa. No Brasil,

entretanto, a orientação inelutavelmente colonialista impediu a implantação de um modelo mais aberto e voltado para a modernização cultural.

Terceiro, um empobrecimento funcional, devido às restritas possibilidades de absorção da sociedade brasileira, que impunha a formação de um letrado habilitado para preencher papéis específicos na burocracia, na estrutura de poder político e nas profissões liberais.

Dessa forma, o modelo de ensino superior criado no Brasil foi voltado para a formação de profissionais liberais, principalmente nas áreas de medicina e engenharia. As escolas superiores eram dotadas de um ensino de caráter dogmático e, quase sempre, os formados se viam obrigados a uma complementação dos estudos por meio da prática.

Em análise desenvolvida por Fernandes (1986), tomando como referência o período de 1808 a 1827, o ponto de partida e de formação do padrão brasileiro de escola superior foi uma instituição de espírito retrógrado, com fortes e insanáveis tendências ao verbalismo e ao dogmatismo. Isso gerou uma situação paradoxal, pois um ensino superior basicamente profissionalizante não combina com uma escola destituída de cunho prático e de qualquer pragmatismo. Fernandes (1986) ressalta três razões fundamentais para explicar como e por que o tipo de escola superior que se implantou nas três primeiras décadas do século XIX tornou-se o padrão cultural dessa instituição educacional. **Primeiro**, o número insuficiente de escolas superiores, isoladas, dotadas de um corpo discente e docente característico de um pequeno grupo das elites dominantes, que criou um padrão cultural bem definido e de alto poder coercitivo. **Segundo**, o valor dado ao ensino superior não pelo seu rendimento ou qualidade, mas sim pela titulação obtida e pelo reconhecimento social de jovens já participantes da elite. **Terceiro**, a transplantação de um modelo inercial e dogmático.

Dessa análise pode-se inferir que a instituição do ensino superior no Brasil não nasceu para romper os laços de dependência econômica e cultural com o exterior, mas, pelo

contrário, serviu como alicerce para a manutenção de um *status quo* retrógrado, característico da sociedade escravocrata e arcaica brasileira. Tal fato torna-se um complicador quando se chama a educação superior para alavancar o desenvolvimento social e econômico da nação. Como ressalta Fernandes (1986), o rompimento dessa situação de dependência cultural imposta de fora para dentro, que marcou profundamente a estrutura do ensino no Brasil, é ponto-chave para que a universidade brasileira transforme-se em uma instituição que possa realmente servir como fator de desenvolvimento sustentável e independente.

Após a proclamação da Independência, o Brasil enfrentou problemas urgentes, e a fundação de uma universidade ou o estabelecimento de uma rede de ensino primário e secundário ficaram para segundo plano. O sistema de ensino básico continuou sendo o de aulas avulsas, que vinha sendo utilizado até então, e o ensino superior sofreu poucas mudanças.

Não houve grandes transformações até a proclamação da República, em 1889, quando o Brasil entrou em um período de grandes mudanças sociais, acompanhadas pela educação superior. A Constituição da República descentralizou o ensino superior, que era privativo do poder central, aos governos estaduais, e permitiu a criação de instituições privadas, o que teve como efeito imediato a ampliação e a diversificação do sistema. Entre 1889 e 1918, 56 novas escolas de ensino superior, na sua maioria privadas, foram criadas no país.

Com a proclamação da República, a discussão sobre a importância da educação no Brasil, que aflorou no final do Império, caiu no esquecimento quase total. Foi criado um Ministério da Educação, mas que durou apenas dois anos, pois o motivo de sua criação foi, sobretudo, impedir que Benjamin Constant se tornasse o Ministro da Guerra.

A primeira universidade do Brasil, a do Paraná, foi inaugurada em 1912. Oito anos mais tarde, foi inaugurada a do Rio de Janeiro. Entre 1920 e 1930, várias reformas estaduais, com novas propostas pedagógicas, eclodiram: Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro,

Anísio Teixeira na Bahia e Francisco Campos em Minas Gerais foram expoentes dessa nova empreitada por mudanças na educação brasileira. Em 1922, o Manifesto da Educação Nova, da Fernando de Azevedo e outros educadores, condenou o elitismo na educação brasileira, preconizando uma escola pública e gratuita, leiga e obrigatória. Nesse cenário conturbado e de evolução latente, transcorreram-se os anos 20 para a educação superior.

3.2 O ensino superior de 1930 a 1985

Nos anos 30, uma nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e, para tanto, era preciso investir na educação. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sancionou decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras. Estes Decretos² constituíram a "Reforma Francisco Campos" que previa duas modalidades de ensino superior: o sistema universitário oficial, mantido pelo governo federal ou estadual, e o livre, mantido por particulares. Em síntese, a criação da universidade no Brasil foi um processo de sobreposição de modelos, mais do que propriamente de substituição dos modelos. O antigo modelo de formação profissional foi preservado, e o modelo de universidade de pesquisa acabou sendo institucionalizado parcialmente apenas nas regiões mais desenvolvidas (SAMPAIO, 1991).

O “Manifesto dos Pioneiros” de 1932, trouxe a idéia da elaboração de um plano educacional para o Brasil. As discussões que marcaram esse período acabaram por influenciar o texto da nova constituição de 1934, que cria a atribuição da União para definir um Plano Nacional de Educação. Com a constituição de 1934 surge também o Conselho Nacional de

² O **Decreto nº.19.850**, de 11 de abril, criou o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (que passaram a funcionar em 1934). O **Decreto nº.19.851**, de 11 de abril, instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário. O **Decreto nº.19.852**, de 11 de abril, dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. O **Decreto nº.19.890**, de 18 de abril, dispôs sobre a organização do ensino secundário. O **Decreto nº.20.158**, de 30 de julho, organizou o ensino comercial, regulamentou a profissão de contador e deu outras providências. O **Decreto nº.21.241**, de 14 de abril, consolidou as disposições sobre o ensino secundário.

Educação, com poderes para elaborar o Plano Nacional de Educação, no entanto, o órgão se torna mais consultivo e técnico do que deliberativo. A proposta inicial era da criação de um órgão deliberativo independente das freqüentes mutações do cenário político, coisa que realmente não ocorreu. O conselho é instalado em 1937, mas o Plano Nacional de Educação, preparado na época, ficou emperrado nos tramites políticos até o Estado Novo de Getúlio Vargas.

O período 1937-1945 é marcado pelo Plano Quinquenal de Educação (1939-1943) executado pelo ministro Capanema, que prevaleceu até as pressões pela redemocratização, marcada pelo “Manifesto dos Mineiros”, em 1943, e pelo fim do Estado Novo. Durante este período a repressão, justificada pela segurança nacional, freou a planificação da Educação no Brasil.

A partir da Constituição de 1946, desaparece a idéia de plano como havia sido concebida no texto de 1934. O Brasil começava a passar por planejamentos setoriais que visavam a uma aceleração do desenvolvimento nacional. A educação, marcadamente no governo Kubitscheck, com o “Plano de Metas”, segue a linha da educação para o desenvolvimento. A vinculação entre educação e desenvolvimento passa a ser considerada apenas no sentido da qualificação técnica exigida para o crescimento econômico.

Em 1961 foi aprovada uma LDB, a Lei nº. 4.024, mas a partir de 1964, com o início do governo militar e a rápida expansão do setor industrial, a lei teve de ser reformulada. O governo militar preocupou-se em estabelecer uma escola média profissionalizante que suprisse a mão-de-obra necessária ao esforço desenvolvimentista e, conseqüentemente, freasse a demanda no ensino superior. Criou-se então uma nova lei para o ensino superior, a Lei nº. 5.540, de 1968.

Em 1971 uma nova LDB, a Lei nº. 5.692, impõe a profissionalização no ensino de 2º grau. Essa obrigatoriedade se estendeu até 1982, quando se torna opcional. Durante o período

militar a expansão do setor privado de ensino ganha força, com isso há uma alavancagem da oferta de vagas, mas sem, contudo, exigir grandes investimentos governamentais.

A grande expansão do ensino superior iniciou-se nos anos 60 e 70. Nesses vinte anos as matrículas do ensino superior cresceram de 93.902 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo que os anos de 1968, 1970 e 1971 são os que apresentaram as maiores taxas de crescimento. Nota-se já na década de 70 um crescimento grande do ensino privado, igualando-se em matrículas com o ensino público e ultrapassando-o em 1970, como se vê na TABELA 1.

TABELA 1
Evolução de matrículas no ensino superior 1961 - 1980

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS	% CRESC. DE MATRÍCULAS	PRIVADAS	% SOBRE TOTAL
1961	98.892	6,0	43.560	44,0
1962	107.299	9,0	43.275	40,3
1963	124.214	16,0	47.428	38,2
1964	142.386	15,0	54.721	38,4
1965	155.781	9,0	68.194	43,8
1966	180.109	16,0	81.667	45,3
1967	212.882	18,0	91.608	43,0
1968	278.295	31,0	124.496	44,7
1969	342.886	23,0	157.826	46,0
1970	425.478	24,0	214.865	50,5
1971	561.397	32,0	309.134	55,1
1972	688.382	23,0	409.971	59,6
1973	772.800	12,0	472.721	61,2
1974	937.593	21,0	596.565	63,6
1975	1.072.548	14,0	662.323	61,8
1976	1.044.472	0,0	648.862	62,1
1977	1.137.070	9,0	708.554	62,3
1978	1.267.559	11,0	779.592	61,5
1979	1.298.331	2,0	808.253	62,3
1980	1.377.286	4,0	852.000	63,3

FONTE: INEP/MEC, 1990.

Durante este período o setor privado ganha força, passando a ser o detentor do maior número de matrículas. A classe média, que até então tinha grande dificuldade de acesso a este nível de ensino, tem uma nova oportunidade, mas não sem custos. O setor privado torna-se assim uma opção para as parcelas reprimidas da demanda por esse nível do ensino. A partir do fim do regime militar e da redemocratização do país, o sistema passa por novas mudanças e novo processo de expansão.

3.3 O ensino superior de 1986 a 2005

Na década de 80, houve uma estagnação no número de matrículas e na expansão do ensino superior: as matrículas entre 1981 e 1994 tiveram um incremento de apenas 19,77% . A partir de 1994 teve início uma segunda expansão do ensino superior, com sucessivos e expressivos aumentos de matrículas, principalmente no setor privado, como mostra a TABELA 2.

TABELA 2
Evolução de matrículas no ensino superior 1981 - 2004

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS	% CRESC. DE MATRÍCULAS	PRIVADAS	% SOBRE TOTAL
1981	1.386.792	3,10	850.982	61,36
1994	1.661.034	19,77	970.584	58,43
1995	1.759.703	5,9	1.059.163	60,18
1996	1.868.529	6,2	1.133.102	60,64
1997	1.945.615	4,1	1.186.433	60,98
1998	2.125.958	9,3	1.321.229	62,15
1999	2.369.945	11,5	1.537.923	64,96
2000	2.694.245	13,7	1.807.219	66,67
2001	3.030.754	12,5	2.091.529	69,01
2002	3.479.913	14,8	2.428.258	69,78
2003	3.887.022	11,7	2.750.652	70,76
2004	4.163.733	7,1	2.985.405	71,7

FONTE: INEP/MEC, 2005.

Pode-se notar que a evolução do total de matrículas entre 1994 e 2004 foi de 150,67%, muito superior ao crescimento no período 1981 – 1994, que foi de apenas 19,77%. Em 2004, essa tendência acelerada do crescimento parece que chegou ao final, pois as matrículas cresceram somente 7,1%.

A educação superior no Brasil, nas duas últimas décadas, exibiu um crescimento sem precedentes em sua história. De acordo com dados do INEP (1999), o período de 1980 a 1998 registrou uma evolução surpreendente do número de instituições de ensino e de cursos; das matrículas, dos alunos ingressantes e concluintes; dos professores e funcionários; das vagas oferecidas e das inscrições no vestibular. O período de 1980 a 1994 apresentou um crescimento de 20,6% das matrículas, já entre 1994 e 1998 este crescimento foi de 28%, o que mostra uma elevação surpreendente nos últimos anos (INEP, 1999). Essa tendência evolutiva

do ensino superior adentrou o século XXI, mas com novas configurações. A rápida expansão de instituições e cursos tende, nos próximos anos, a se estabilizar, de acordo com a demanda do mercado e com a competência administrativo-pedagógica das instituições, como já foi demonstrado pela evolução reduzida das matrículas em 2004.

A expansão da educação superior no país reflete o crescimento do número de concluintes do ensino médio e a incorporação de novos públicos, que até então não tinham acesso ao ensino superior. A nova demanda é formada não somente pelo alunado recém-formado no ensino médio, mas também por pessoas mais velhas, que sofrem agora uma pressão do mercado e da sociedade para que obtenham uma titulação superior. Essa nova demanda tem aumentado o número de inscrições nos vestibulares das universidades, especialmente das públicas e gratuitas.

De acordo com estudo do INEP (1999), as inscrições nos vestibulares das instituições públicas federais, estaduais e municipais cresceram 86,8% no período de 1980 a 1998, contra apenas 27,9% nos vestibulares das instituições particulares. Em 1998, a relação candidatos/vaga no segmento público foi de 7,7 candidatos por vaga, enquanto no segmento particular foi de 2,2 por vaga.

O Ministério da Educação adotou várias medidas nos últimos anos que favoreceram tanto a expansão quanto a diversificação do sistema de ensino superior. A criação de uma nova modalidade de instituição de 3º grau - o **Centro Universitário** - e a regulamentação dos **cursos sequenciais** são exemplos disso. Uma terceira providência no sentido de ampliar e facilitar a absorção de novos públicos foi a flexibilização curricular. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - **Lei nº.9.394**, de dezembro de 1996 - assegura ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos, visando atender à necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que “burocratiza” os cursos, e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a formação em nível de

graduação como uma etapa inicial da formação continuada, bem como com a crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos.

A expansão das instituições de educação superior apresenta uma tendência muito relevante no tocante ao desenvolvimento regional, que é o acelerado processo de **interiorização** do ensino de graduação. Nos anos 90, o crescimento da matrícula foi mais expressivo no interior, invertendo a direção que prevalecia até 1990, quando a maioria dos alunos estava concentrada nas capitais. Em 1998, as instituições instaladas nas cidades do interior já possuíam mais alunos (1.103.808) do que as das capitais (1.022.150). Os números revelam uma nova tendência de distribuição espacial da oferta de vagas, embora a interiorização ainda apresente uma grande concentração nas Regiões Sul e Sudeste, onde se observa, também, maior concentração populacional.

A qualificação dos professores, que atuam na graduação, também tem mudado. O número de professores com mestrado, no conjunto das instituições públicas e privadas, cresceu de 27.753, em 1990, para 45.482, em 1998, tendo havido, portanto, um aumento de 63,9% no período. O número de professores com doutorado, por sua vez, subiu de 16.939 para 31.073, um salto de 83,4 %.

Uma análise quantitativa desses dados pode indicar que o crescimento do ensino superior não vem ocorrendo à custa da deterioração da sua qualidade. Entretanto, cabe ressaltar que as deficiências de qualidade nos ensinos fundamental e médio fazem com que os novos públicos atendidos pelo sistema carreguem para o ensino superior alguns vícios de origem. Essas deficiências oriundas dos níveis anteriores podem comprometer a qualidade da educação superior no Brasil.

Cunha (2004) mostra que a improvisação de professores no setor privado produz efeitos negativos na qualidade do ensino superior. As instituições privadas têm dificuldade de institucionalizar a profissão docente e, por conseqüência, dificilmente encontram professores

com os requisitos exigidos pela lei, o que gera a disposição de se aceitar qualquer título de mestre ou de doutor como adequado para a função do magistério.

A expansão da oferta de vagas no ensino superior é benéfica e importante para o desenvolvimento das regiões e do Brasil como um todo. No entanto, o investimento quantitativo e qualitativo, não somente no superior, mas também nos níveis anteriores, é imprescindível para a formação completa dos profissionais e cidadãos que serão produtos da escola brasileira. Cunha (2004, p.814) propõe que “ao invés da expansão quantitativa, para cuidar, depois, da qualidade, o que precisamos é providenciar a multiplicação da qualidade, a custos cada vez mais baixos e para cada vez mais gente”. Ou seja, a simples expansão do sistema de ensino superior nada quer dizer se não vier acompanhada da qualidade.

Só para exemplificar uma possibilidade bem prática, uma alta proporção de jovens no ensino superior pode significar que, no país em foco, prevalece (i) o adiamento da idade de entrada no trabalho por causa do desemprego; e/ou (ii) a elevação dos requisitos educacionais, de modo que é preciso ter cada vez mais escolaridade para se ocupar os mesmos postos de trabalho. (CUNHA, 2004, p.815).

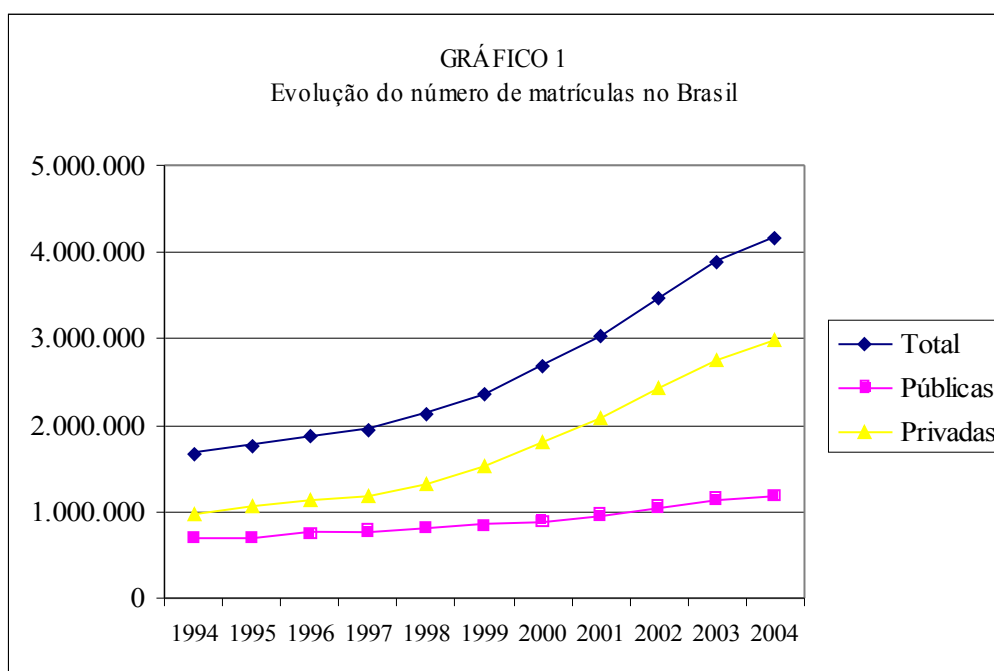
Pode-se inferir que não é o bastante ter crescimento do número de matrículas no ensino superior, mas também ter um crescimento da renda, uma diminuição da taxa de desemprego e uma melhoria das condições de vida para que se alcance o pleno desenvolvimento.

A TABELA 3 e o GRÁFICO 1 mostram como evoluíram as matrículas no ensino superior do setor público, e do setor privado no período de 1994 a 2004. Nota-se claramente uma explosão no setor privado. O setor privado, principalmente nos anos compreendidos entre 1998 e 2003 apresentou um crescimento surpreendente, sempre mais elevado que o setor público. Pelo GRÁFICO 1, nota-se claramente esta expansão a partir de 1999.

TABELA 3
Evolução do número de matrículas no Brasil

Ano	Total	Crescimento Anual %	Públicas	Crescimento Anual %	Privadas	Crescimento Anual %
1994	1661034	-	690450	-	970584	-
1995	1759703	5,9	700540	1,5	1059163	9,1
1996	1868529	6,2	735427	5,0	1133102	7
1997	1945615	4,1	759182	3,2	1186433	4,7
1998	2125958	9,3	804729	6,0	1321229	11,4
1999	2369945	11,5	832022	3,4	1537923	16,4
2000	2694245	13,7	887026	6,6	1807219	17,5
2001	3030754	12,5	939225	5,9	2091529	15,7
2002	3479913	14,8	1051655	12,0	2428258	16,1
2003	3887022	11,7	1136370	8,1	2750652	13,3
2004	4163733	7,1	1178328	3,7	2985405	8,5

FONTE: Adaptado do Censo 2004 - MEC/INEP.



FONTE: Adaptado do Censo 2004 - MEC/INEP.

A expansão da pós-graduação também tem sido expressiva no país. O número de alunos de mestrado cresceu 79,4% entre 1987 e 1999, atingindo um total de 56,9 mil estudantes nesse último ano. No caso do doutorado, o número de alunos mais do que triplicou, atingindo 29,9 mil estudantes em 1999. Esse crescimento, que começou nas universidades estaduais paulistas, tem ganhado força com a crescente participação das universidades

federais (INEP/MEC, 2001).

O Brasil possui diferenças sociais marcantes em termos de riqueza e bem-estar, conseqüência da alta concentração da renda do país. Em certas regiões, as desigualdades sociais chegam a patamares absurdos. A educação é fundamental para enfrentar esse problema, auxiliando na criação de uma nova estrutura social, com melhores oportunidades para o desenvolvimento pessoal de todos os brasileiros e, por fim, uma melhoria na distribuição de renda.

O aprimoramento do sistema educacional brasileiro deve começar pelo ensino fundamental. Atualmente, a matrícula nesse nível de ensino é de quase 100% do total de crianças na faixa etária adequada. Ainda assim, existem problemas de ineficiência interna em algumas regiões. Há, porém, claras indicações de aprimoramento desse quadro. Um importante passo foi a ampliação da educação básica para nove anos, incluindo a pré-escola. Mas a baixa qualificação e remuneração dos docentes, e as más condições materiais das escolas ainda constituem um enorme desafio a ser superado pelas autoridades brasileiras.

O ensino médio tem uma importante relação com a qualificação da força de trabalho. Para uma grande parte da população, ele fornece um treinamento profissional para a busca de melhores oportunidades. Essencialmente, há duas formas de se produzir riqueza. A primeira é vender diretamente recursos naturais renováveis e não renováveis; a segunda, é agregar valor a um produto ou serviço. É fato incontestável que a riqueza oriunda de transações com produtos de alto valor agregado depende do preparo das pessoas. A riqueza das nações, portanto, está intimamente ligada à qualidade de sua força de trabalho.

Em termos de recursos naturais, por exemplo, o Japão e a Coreia são países pobres. Sua riqueza origina-se da qualidade de seu sistema educacional, que resulta em uma população altamente qualificada. Num mundo de rápidas mudanças como o atual, ninguém tem conhecimento perfeito das qualificações necessárias em um futuro próximo; assim, a

capacidade para treinar a população é de fundamental importância (ONU, 2001).

Comparando o Brasil com países mais desenvolvidos, e mesmo com outros países da América Latina, podem-se extrair algumas conclusões sobre os principais desafios a serem enfrentados na área de educação e, particularmente, sobre as mudanças estruturais pelas quais o ensino superior no Brasil deve passar para alcançar um nível mais elevado.

A educação superior não pode ser entendida de forma isolada, sem se avaliarem os problemas oriundos dos ensinos fundamental e médio. Os grandes desafios para o Brasil no setor educacional estão em transformar as esferas de ensino, do fundamental ao superior, em verdadeiros propulsores do desenvolvimento econômico, social e humano. Muito tem sido feito, mas ainda não é o suficiente. A educação deve ser tratada como uma questão não somente de soberania, mas também de segurança nacional, visto que somente por meio de uma educação de qualidade os direitos dos cidadãos estarão assegurados no atual mundo globalizado.

3.3 O ensino superior em Minas Gerais

Como foi ressaltado no início deste capítulo, o ensino superior no Brasil tem sua origem no século XIX. O ensino superior surgiu na República como continuação de um processo iniciado no Império, com a abertura das primeiras escolas de nível superior no país.

A primeira instituição de nível superior criada em Minas Gerais foi a Escola de Farmácia, na cidade de Ouro Preto, fundada em 1839. Em 1875 foi criada a Escola de Minas e, em 1892, já no período republicano, a antiga capital do Estado ganhou também a Faculdade de Direito (UFMG, 2006).

Em 1898, a capital de Minas Gerais passou de Ouro Preto para Belo Horizonte, e a Faculdade de Direito foi transferida para a nova capital. Em 1907, criou-se a Escola Livre de

Odontologia e, quatro anos mais tarde, a Faculdade de Medicina e a Escola de Engenharia. Em 1911, instalou-se o curso de Farmácia, em anexo à Escola Livre de Odontologia.

A criação de uma universidade no Estado já fazia parte do projeto político dos Inconfidentes. A idéia, porém, só veio a concretizar-se em 1927, com a fundação da Universidade de Minas Gerais (UMG), instituição privada, subsidiada pelo Estado, surgida a partir da união das quatro escolas de nível superior existentes até aquela época em Belo Horizonte. A UMG permaneceu na esfera estadual até 1949, quando foi federalizada. Ainda na década de 40, foi incorporada ao patrimônio territorial da universidade uma extensa área, na região da Pampulha, para a construção da Cidade Universitária. Os primeiros prédios erguidos foram o do Instituto de Mecânica (atual Colégio Técnico) e o da Reitoria, ambos no atual *campus* da Pampulha. O *campus* só começou a ser efetivamente ocupado pela comunidade universitária nos anos 60, com o início da construção dos prédios que hoje abrigam a maioria das unidades acadêmicas. O nome atual, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi adotado a partir de 1965.

Na época da federalização, já estavam integradas à UFMG a Escola de Arquitetura e as faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas. Depois, como parte de sua expansão e diversificação, a universidade incorporou e criou novas unidades e cursos. Surgiram então, sucessivamente, a Escola de Enfermagem (1950), a Escola de Veterinária (1961), o Conservatório Mineiro de Música (1962) e as escolas de Biblioteconomia (1962), Belas-Artes (1963) e Educação Física (1969).

Em 1968, a Reforma Universitária impôs profunda alteração à estrutura orgânica da UFMG. Dessa reforma resultou o desdobramento da antiga Faculdade de Filosofia em várias faculdades e institutos. Surgiram, assim, a atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, o Instituto de Ciências Biológicas, o Instituto de Ciências Exatas e seus respectivos ciclos básicos, o Instituto de Geociências e as faculdades de Letras e de Educação.

A expansão da UFMG continuou, e mais cinco cursos foram criados nos últimos quatro anos: o curso de Agronomia, em Montes Claros, e os de Artes Cênicas, Engenharia de Controle e Automação, Matemática Computacional, Fonoaudiologia e Nutrição, em Belo Horizonte.

Em 1989, pelas disposições da nova Constituição do Estado, foi criada a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). As fundações educacionais de ensino superior instituídas pelo Estado ou com sua colaboração puderam optar por serem absorvidas como unidades da UEMG. As instituições que passaram a fazer parte da UEMG foram: Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola; Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, de Diamantina; Fundação de Ensino Superior de Passos; Fundação Educacional de Lavras; Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas, de Varginha; Fundação Educacional de Divinópolis; Fundação Educacional de Patos de Minas; Fundação Educacional de Ituiutaba e Fundação Cultural Campanha da Princesa, de Campanha. Na capital, foram incorporadas a Fundação Mineira de Arte Aleijadinho (Fuma), hoje transformada em duas escolas – Música e Design – a Fundação Escola Guignard; o curso de Pedagogia do Instituto de Educação, transformado na Faculdade de Educação; e o Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP) hoje, Centro de Psicologia Aplicada (Cenpa).

Em 1958, a Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) foi criada em Belo Horizonte por Dom Antônio dos Santos Cabral e um pequeno grupo de professores. Na década de 60, a UCMG implantou “extensões” em algumas cidades do interior, como foi o caso de Pará de Minas, e algumas dessas faculdades se tornaram independentes após o desmembramento da UCMG.

Em 1967, a UCMG criou o Departamento da Faculdade de Filosofia Santa Maria, que funcionaria a partir de 68, formando professores polivalentes do primeiro ciclo do ensino médio. A partir de 1968, foram inauguradas as faculdades polivalentes de 1º grau de Ciências,

Letras e Ciências Sociais em Curvelo, João Monlevade, Itabira, Pará de Minas, Mariana, Pedro Leopoldo e Ponte Nova. Esse processo de interiorização foi um marco importante para um desenvolvimento embrionário de faculdades que posteriormente surgiriam desta iniciativa da UCMG.

Em 1983, o Vaticano outorga o título de Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais à UCMG, passando assim a usar a nova denominação (PUC-Minas). A partir da década de 90, a PUC-Minas passou a oferecer cursos em outras cidades além de Belo Horizonte, estendendo-se para Contagem, Betim, Arcos, Poços de Caldas, Serro e Ganhães.

Além do crescimento do ensino superior público, através da UFMG, da UEMG e de outras universidades e faculdades públicas no interior do estado, o ensino superior privado também experimentou grande avanço nas últimas décadas, espelhando a expansão do sistema de ensino superior que se deu no país. Nesses anos, grande número de instituições privadas surgiu, além das universidades com sede no interior do estado, que se expandiram inaugurando *campi* em outras cidades. Houve a instalação, principalmente na capital mineira, de universidades com sede em outros estados.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC), no ano de 2003 existiam em Minas Gerais 265 instituições de ensino superior, sendo 15 federais, 4 estaduais e 242 privadas. O número de alunos matriculados em cursos de graduação era de 371.752, sendo 84.502 em instituições públicas e 287.250 em privadas. O número de cursos de graduação no Estado era de 1.726, sendo 371 em instituições públicas e 1.355 em unidades privadas. Das 265 instituições, 40 estavam na capital e 225 no interior do estado.

A TABELA 4 mostra a evolução do número de instituições de ensino superior, das vagas oferecidas, das matrículas no sistema e dos concluintes no estado de Minas Gerais. Nota-se que de 2000 a 2004 há uma aceleração do crescimento do número de instituições no

estado, passando de 135 instituições, em 2000, para 289, em 2004.

TABELA 4
Crescimento do número de IES, vagas, matrículas e concluintes no Ensino Superior - Minas Gerais – 1994 a 2004

ANO	IES	% CRESC.	VAGAS	% CRESC.	MATRÍCULAS	% CRESC.	CONCLUINTE	% CRESC.
1994	132	-	51.209	-	153.198	-	27.059	-
1995	132	0,00	52.031	1,61	162.349	5,97	27.540	1,78
1996	136	3,03	51.558	-0,91	172.797	6,44	28.338	2,90
1997	121	-11,03	56.425	9,44	177.804	2,90	30.471	7,53
1998	123	1,65	64.008	13,44	199.115	11,99	32.786	7,60
1999	135	9,76	70.559	10,23	216.215	8,59	34.944	6,58
2000	135	0,00	87.404	23,87	239.456	10,75	36.400	4,17
2001	160	18,52	102.422	17,18	269.019	12,35	41.737	14,66
2002	202	26,25	148.595	45,08	306.895	14,08	42.705	2,32
2003	265	31,19	177.080	19,17	371.752	21,13	49.946	16,96
2004	289	9,06	216.764	22,41	420.955	13,24	62.416	24,97

FONTE: Adaptado do Censo da Educação Superior 2004 – INEP/MEC

O percentual de crescimento do número de instituições apresentou um grande salto no período compreendido entre 2001 e 2003. Entretanto, a taxa de crescimento apresentou uma queda bastante sensível em 2004, revelando uma possível tendência à estabilização do sistema nos próximos anos.

3.5 Universidade, instituição social ou organização privada?

A palavra universidade é, muitas vezes, considerada como sinônimo de qualquer instituição de ensino superior, extravasando assim o conceito “legal” imposto pelo Ministério da Educação (MEC) no tocante à estrutura física e intelectual, ao número de cursos e às atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições. Segundo o Art. 52º da Lei nº. 9.394/96 (LDB):

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

- II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
- III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

O decreto nº. 2.306/97 classifica as instituições de ensino, quanto à organização acadêmica, em: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores. Esse decreto também determina que as entidades mantenedoras de instituições privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas ou constituídas como fundações, não podem ter finalidade lucrativa. Já as instituições privadas de ensino com finalidade lucrativa, mantidas e administradas por pessoa física ou jurídica ficam submetidas aos regimes jurídicos de seus mantenedores.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a aprovação do texto da Lei nº. 9.394/96 (LDB), há uma explosão de IES, principalmente no setor privado. São vários os fatores que explicam o seu crescimento: flexibilização dos exames vestibulares que permitiram outras formas de seleção; a criação de uma nova forma de organização – o centro universitário – que dá o privilégio da autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior; a flexibilidade na a criação de cursos, entre eles os seqüenciais e os tecnológicos.

A discussão sobre a universidade ser considerada uma instituição social ou uma organização privada é uma questão delicada. Chauí (1999) mostra que a universidade passou da condição de instituição social para a de organização. A autora considera que tal mudança se deu em três etapas sucessivas: primeiramente, a universidade se tornou **funcional**; depois se tornou uma **universidade de resultados**; e, por último, uma **universidade operacional**.

Durante a década de 70, no Brasil, a **universidade funcional** era, segundo Chauí (1999), o prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à classe média. Os esforços foram concentrados na abertura de cursos e faculdades, visando a formar os profissionais que o mercado de trabalho exigia, e o diploma universitário era um símbolo de prestígio e ascensão

social aspirado pela classe média. Na década de 80, passou-se, segundo a mesma autora, para a **universidade de resultado** – a expansão das escolas privadas continuava encarregada de alimentar o sonho social da classe média, mas agora surgia a idéia de parceria com as empresas privadas. Os empregos e a utilidade imediata das pesquisas davam à universidade o *status* de portadora de resultados, e esta era a forma de mensurar sua eficiência e eficácia. Durante a década de 90, surgiu, segundo Chauí (1999), a **universidade operacional**. Tornou-se organização e sua eficiência e eficácia são medidas em termos empresariais de produtividade e gestão.

Essa nova universidade, tratada como organização privada, como empresa, acaba por perder a sua funcionalidade clássica e principal: a geração de conhecimento. Ela passa a centrar-se em si mesma, continua preocupada, obviamente, com o ambiente no qual está inserida, mas unicamente com vistas a não perder a competitividade. A lógica de mercado passa a vigorar na instituição, transformando-a e mudando a atuação de seus integrantes, professores e alunos, que passam a ser avaliados por índices de eficiência. Seria, segundo Chauí (1999) a organização mecanizada idealizada pelo Taylorismo.

A análise descrita acima mostra um lado reducionista da universidade tratada apenas como empresa, ressaltando que, dessa forma, o objetivo maior do ensino superior, que é a elevação do conhecimento, seria renegado a um segundo plano, pois o que se almejaria seriam a eficiência e a eficácia, no sentido empresarial de lucro. Realmente, se uma instituição de ensino almejar somente o lucro financeiro, o retorno para seus proprietários, poderá comprometer suas responsabilidades no tocante à promoção do desenvolvimento social, econômico e humano. Entretanto, é possível que a universidade seja tratada como empresa e, mesmo assim, cumpra seu papel social. Esta é a concepção que entra em voga nos tempos contemporâneos – a responsabilidade social das organizações.

A chamada universidade mercantil, tratada como uma organização privada e movida

pela lógica comercial e pelo lucro, não está imune às críticas. Os esforços de redução de custos ou a utilização de métodos administrativos adaptados do mundo empresarial, como a contratação de professores em tempo parcial (horistas) e os programas de qualidade total, por exemplo, são pontos muito criticados, por comprometer sua função de ensino, pesquisa e extensão e passe a ser encarada como uma empresa competitiva, avaliado por sua eficiência e eficácia. Entretanto, na análise aqui desenvolvida, defende-se o ponto de vista da utilidade social de uma instituição bem administrada e que utiliza os métodos administrativos de gestão para atingir seus objetivos sociais.

Bok *apud* Masiero (2003) mostra que o sucesso de uma universidade depende de sua habilidade em combinar os ideais de racionalidade cognitiva, responsabilidade social e valores culturais com os sistemas políticos e econômicos. Para o autor, as instituições de ensino superior inseridas no mercado atual devem procurar a cooperação, e não a competição, pois pela competição estariam fadadas ao que ocorre com as empresas: perecer. O mundo competitivo atual exige das instituições uma gestão profissional e competente, mas sem que isto comprometa sua missão principal, que é o desenvolvimento do conhecimento e da cultura da humanidade.

Segundo Calderón (2004), o papel da universidade vem sofrendo grandes alterações ao longo das duas últimas décadas, decorrentes de mudanças sociais e econômicas. A educação superior continua sendo um poderoso espaço de transmissão de ideologia, mas o modelo atual, se comparado ao sistema educacional de 40 anos atrás, contém muitas concepções obsoletas. A universidade vem perdendo o caráter de instituição voltada para a construção de uma sociedade com respeito cultural e aos direitos humanos, para tornar-se uma instituição que está constantemente concorrendo para atrair clientes e consumidores, sendo gerida como empresa que oferece produtos e serviços de acordo com a demanda do mercado.

Diante disso, a expressão “Universidade” parece ter perdido seu sentido inicial, e é

difícil afirmar que ela continua sendo uma instituição social. Em função das diversas demandas, provenientes de diversos setores da sociedade, as universidades foram se tornando mais complexas, tendo de optar por missões específicas. Esse modelo de universidade guiada para atender as mais diversificadas demandas do mercado é duramente criticado pelos defensores da universidade como uma instituição de ensino. Para estes, a universidade não pode perder seu caráter público; aceitar essa comercialização do ensino é aceitar a destruição da universidade e da sua autonomia. A base da universidade como instituição deveria ser a produção do conhecimento humano puro, e não apenas a sua praticidade e utilidade de mercado.

3.6 Contextualização para a pesquisa

O breve histórico do desenvolvimento da educação superior no Brasil e em Minas Gerais visto neste capítulo, servirá como suporte para o entendimento da evolução da educação superior em Pará de Minas e região. O ensino superior em Pará de Minas e região refletiu as tendências verificadas no país e no estado, por esse motivo a contextualização apresentada até aqui se mostra relevante para a análise do objeto desse estudo.

A educação superior no Brasil, assim como em Minas Gerais, evoluiu de maneira desigual e os setores público e privado se combinaram de forma bastante conturbada durante todo seu processo evolutivo. As leis e normas que regem o sistema educacional brasileiro foram cercadas de interesses pessoais, políticos ou ideológicos que nem sempre serviram para a melhoria da educação e o setor privado da educação cresceu de forma mais acentuada que o setor público.

No próximo capítulo serão realizadas a apresentação e a análise dos dados sobre a educação superior em Pará de Minas e cidades da região de influência da Fapam. O processo

de evolução da Fapam não se deu de forma isolada, ele acompanhou as tendências vistas no país e no estado e se valeu das permissões da legislação e das demandas do mercado que incrementaram a oferta de vagas no ensino superior no Brasil. Entretanto, características próprias da instituição e de sua região de atuação marcaram sua história evolutiva, como será visto adiante.

4 IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM PARÁ DE MINAS E REGIÃO

Neste capítulo, será descrito o processo de evolução do ensino superior no oeste mineiro e em Pará de Minas. Inicia-se o capítulo por um breve histórico do surgimento e crescimento de Pará de Minas com o propósito de justificar a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, em 1969. Na segunda parte, analisa-se o desenvolvimento da faculdade em duas fases distintas: a primeira vai da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, em 1969, até 1998, ano em que é transformada em Faculdade de Pará de Minas (Fapam), nome que dá título ao presente trabalho. A segunda fase vai de 1999 até hoje, esta fase se inicia quando a Fapam é criada e surge uma diversificação dos cursos ofertados.

Na primeira fase, a Fapam dedicou-se à formação de professores através das licenciaturas curtas em Ciências, Letras e Estudos Sociais. Posteriormente, essas foram transformadas nas licenciaturas plenas em Matemática, Ciências Biológicas, História, Geografia e Letras. A partir de 1998, por opção da nova diretoria, iniciou-se a expansão da matrícula pela diversificação de cursos. Em 1999, inicia-se o curso de Administração, em 2004, o curso de Direito e, em 2005, os cursos de Enfermagem e Nutrição.

Encerra-se o capítulo com uma descrição da evolução da faculdade quanto ao corpo docente e à sua infra-estrutura física, ressaltando a importância destes fatores para o desenvolvimento da instituição.

4.1 Breve história de Pará de Minas e região

O início da povoação, que originou Pará de Minas, remonta aos fins do século XVII,

quando se dirigiam para as minas de Pitangui as “bandeiras paulistas”³. Entre os rios Paraopeba e São João estabeleceu-se um ponto de pouso, às margens do ribeirão da Paciência. Nesse local um mercador português de nome Manuel Batista fixou-se para explorar uma fazenda, após ter deixado o comércio com os bandeirantes.

Manuel Batista era também conhecido pelo apelido de “Pato Fofó”. Fundou na região a primeira capela, de Nossa Senhora da Piedade do Patafufo. O nome é uma alusão ao apelido de Manuel Batista, iniciando-se assim a formação do “Arraial do Patafufo”.

Em 1846, a capela do arraial passou à condição de Paróquia e, em 1848, o arraial deu lugar à Vila do Patafufo. Em 1850, perdeu a condição de Vila, para obtê-la novamente em 1958, já com a denominação de Vila do Pará. Em 1872, a condição de Vila do Pará foi suprimida, e, novamente, reestabelecida em 1874. Em 5 de novembro de 1877, a vila passou à categoria de cidade. Pela Divisão Territorial do Brasil, de 1911, o município do Pará era composto pelos seguintes distritos: o da sede e os de Mateus Leme, São José da Varginha, Santo Antônio do Rio, São João Acima, São Gonçalo do Pará, Bicas e Florestal.

Pela Lei nº. 806, de 22 de setembro de 1921, o município passou a denominar-se Pará de Minas. Na divisão territorial relativa a 1936 e 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-Lei estadual nº. 88, de 30 de março de 1938, o município passou a compreender os seguintes distritos: o da sede e os de Florestal, Igarapé, Igaratinga, Mateus Leme, São Gonçalo do Pará e São José da Varginha.

Em 1938, o município perdeu os distritos de Mateus Leme e Igarapé. Em 1948, perdeu também o distrito de São Gonçalo do Pará. Em 1962, Florestal, Igaratinga e São José da Varginha também foram emancipados, tornando-se novos municípios.

A economia local de Pará de Minas, de sua fundação até o final da década de 1930, era baseada principalmente na agricultura e na pecuária. A partir da década de 50, Pará de Minas,

³ Dados da Enciclopédia dos municípios brasileiros. Planejada e orientada por: Jurandir Pires Ferreira, Pres. do IBGE, 29 maio 1959. Rio de Janeiro: IBGE, v. XXVI, 1959. p. 256-260.

refletindo uma tendência do país e do estado de Minas Gerais, iniciou um processo de diversificação da industrialização via substituição dos produtos importados. As primeiras indústrias foram de pequeno e médio porte, e eram concentradas, principalmente, nos ramos de produtos alimentícios, têxteis e siderúrgicos.

Ainda nesta época, Pará de Minas beneficiou-se, entre outras cidades, pela expansão e melhoramento da infra-estrutura de energia e transportes implementada pelo governo estadual que foram frutos da criação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), em 1952 e do crescimento da malha rodoviária estadual. A inauguração da rodovia Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo, e da rodovia BR 262, que liga Belo Horizonte à região do Triângulo Mineiro, trouxe benefícios pelo movimento de cargas e passageiros provindos dos Estados do Centro-Oeste em direção ao Estado de Minas e aos litorais do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia.

Nos anos 60, a ação do Governo estadual continuou sendo decisiva no processo de industrialização, ao estabelecer o aparato institucional requerido para desencadear e sustentar o esforço de modernização da estrutura fabril mineira. A atração de investimentos, iniciada no final da década de 60, encontrou grande ressonância junto aos investidores nacionais e estrangeiros. Já no início dos anos 70, o Estado experimentou uma grande arrancada industrial, com a implantação de inúmeros projetos de largo alcance socioeconômico. O parque industrial mineiro destacou-se nos setores metal-mecânico, elétrico e de material de transportes. Pará de Minas beneficiou-se com esses incentivos e ganhou grande impulso no setor industrial e de serviços. Instalou-se na cidade e região indústrias de laticínios, de autopeças, agro-indústrias, siderúrgicas e empresas de extração mineral.

A região considerada neste estudo, para efeito de análise, foi a cidade de Pará de Minas e as demais cidades de seu entorno, nas quais o alunado atendido pela Fapam reside, conforme será descrito mais adiante. A TABELA 5 mostra a evolução demográfica dessas

idades durante as três últimas décadas.

TABELA 5
Dinâmica populacional

Região	População Total				Incremento Populacional (%)		
	1970 (1)	1980 (2)	1991	2000 (3)	70/80	80/91	91/2000
Pará de Minas	31.390	44.357	61.193	72.887	41.31	37.96	19.11
Itaúna	38.292	53.432	66.395	76.783	39.54	24.26	15.65
Papagaios	6.354	6.625	10.119	12.459	4.27	52.74	23.12
Pitangui	14.072	16.332	20.173	22.056	16.06	23.52	9.33
Maravilhas	4.532	4.810	5.406	6.223	6.13	12.39	15.11
Igaratinga	3.784	4.145	5.986	7.353	9.54	44.41	22.84
Juatuba (4)	-	-	-	15.755	-	-	-
Nova Serrana	6.577	9.273	17.913	37.429	40.99	93.17	108.95
Mateus Leme	12.096	18.657	27.033	24.124	54.24	44.89	-10.76
Pequi	3.132	2.943	3.187	3.712	-6.03	8.29	16.47
Florestal	4.441	4.796	5.053	5.636	7.99	5.36	11.54
Leandro Ferreira	4.365	2.768	2.928	3.208	-36.59	5.78	9.56
São José da Varginha	2.374	2.023	2.690	3.220	-14.79	32.97	19.70
Conceição do Pará	4.372	3.480	3.899	4.803	-20.40	12.04	23.19
Onça de Pitangui	2.495	2.778	3.022	2.985	11.34	8.78	-1.22
Martinho Campos	11.844	9.532	11.856	11.722	-19.52	24.38	-1.13
Fortuna de Minas	2.171	1.896	2.285	2.426	-12.67	20.52	6.17
Minas Gerais	11.487.415	13.378.553	15.743.152	17.835.488	16.46	17.67	13.29
Brasil	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169.544.443	27.77	23.38	15.47

(1) População recenseada por zonas em 1970

(2) População residente por municípios em 1980

(3) População residente em 01/08/2000

(4) Município emancipado de Mateus Leme na década de 90

FONTE: Adaptado dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 do IBGE.

Considerando a população total das cidades da região de atuação da Fapam, a situação ficaria conforme a TABELA 6.

TABELA 6
Dinâmica populacional na região de atuação da Fapam

Região	População Total				Incremento Populacional (%)			
	1970	1980	1991	2000	70/80	80/91	91/2000	70/2000
Atuação Fapam	152.291	187.847	249.138	312.781	23.35	32.63	25.55	105.38
Minas Gerais	11.487.415	13.378.553	15.743.152	17.835.488	16.46	17.67	13.29	55.26
Brasil	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169.544.443	27.77	23.38	15.47	82.03

FONTE: Adaptado dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000 do IBGE.

A partir desses dados podemos perceber que a população da região atendida pela Fapam cresceu, durante as décadas de 80 e 90, a taxas superiores às do estado e do país como

um todo. Exceção feita para a década de 70, em que o crescimento da região (23,35%) ficou aquém do crescimento do Brasil (27,77%). No entanto, é importante ressaltar que não se pode analisar a população dessas cidades pela hipótese de população fechada⁴, uma vez que a migração assume papel relevante na conformação da população da região e Minas Gerais era um estado que, até a década de 90, historicamente “expulsava” população.

Segundo a Fundação João Pinheiro e Brito⁵ *apud* Fundação João Pinheiro (2002), enquanto de 1960 a 1970 Minas Gerais expulsava cerca de 1,5 milhão de pessoas, número que se repete na década seguinte, no quinquênio de 1993 a 1998 estima-se que o estado tenha passado a apresentar pequeno saldo positivo migratório, em torno de 16 mil pessoas.

Grosso modo, pode-se verificar que a taxa de crescimento da população da região de atuação da Fapam durante as três últimas décadas foi superior à do estado e à do país, não pelo aumento da taxa de fecundidade (TABELA 7), mas pela “atração” que a cidade e região exerceu sobre os fluxos migratórios. Além da oferta de trabalho nos diversos setores da economia, uma educação em todos os níveis do ensino também contribuiu para a atração de pessoas. A existência de uma instituição de ensino superior na região aumenta a atratividade sobre as pessoas e as famílias para residir em Pará de Minas ou nas cidades circunvizinhas.

Pela TABELA 7, constata-se que as taxas de fecundidade total de Pará de Minas e cidades da região são declinantes se se tomar como parâmetros a última década do século XX. As taxas de fecundidade de 1991 e 2000 das cidades, equivalentes ao número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar seu período reprodutivo, não são demasiadamente superiores às do estado e do país.

⁴ Em uma população fechada as migrações entre a região e o resto do mundo são insignificantes.

⁵ Estimativas apresentadas em FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Migrações Internas em Minas Gerais na década 1980/1990**, Belo Horizonte, 1999 e em BRITO, Fausto. **Brasil, Final de século: a transição para um novo padrão migratório?** Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 2000 (mimeo).

TABELA 7
Taxa de fecundidade total

Municípios	1991	2000
Pará de Minas	2.71	2.21
Itaúna	2.32	1.92
Papagaios	2.88	2.27
Pitangui	2.82	2.42
Maravilhas	2.62	2.17
Igaratinga	2.26	2.27
Juatuba	2.52	2.46
Nova Serrana	2.51	2.16
Mateus Leme	2.62	2.46
Pequi	2.44	2.36
Florestal	2.65	2.56
Leandro Ferreira	2.46	2.32
São José da Varginha	2.80	2.30
Conceição do Pará	2.97	2.59
Onça de Pitangui	3.76	2.78
Martinho Campos	2.63	2.64
Fortuna de Minas	3.67	2.63
Média Região Fapam	2.74	2.38
Minas Gerais	2.53	2.12
Brasil	2.73	2.18

FONTE: Adaptado dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

É sabido que a taxa de fecundidade é menor nas regiões que possuem maior nível de escolaridade. Daí uma possível contribuição da Fapam para o futuro desenvolvimento social no tocante à dinâmica populacional. A educação tem papel importante na conscientização da população quanto ao planejamento familiar e ao controle de natalidade, que constituem pontos básicos para um desenvolvimento sustentável. Com a elevação da escolaridade, as taxas de fecundidade e de crescimento populacional tendem a cair e, depois, a se estabilizar.

Com este perfil da dinâmica demográfica para a região de 1970 a 2000, pode-se deduzir o aumento significativo da demanda por educação em todos os seus níveis, inclusive pelo ensino superior. A implantação e o crescimento da faculdade em Pará de Minas não seriam possíveis sem o crescimento populacional, mas também os fatores econômicos são decisivos para a implantação do ensino superior na região.

As principais atividades econômicas em Pará de Minas, pelo Recenseamento Geral de

1950, eram a agricultura, a pecuária e a silvicultura, que constituíam a ocupação de um quarto da população total. Dentro da atividade industrial, o principal tipo de indústria era a manufatureira e fabril, que representava mais da metade do número de estabelecimentos e empregava maior capital e maior número de pessoas.

A partir da década de 60, os setores secundários e terciários da economia regional passaram a crescer mais expressivamente do que o setor primário. A cidade contava com indústrias de tecelagem, uma cerâmica, siderúrgicas que iniciavam suas atividades e indústrias do agronegócio, principalmente relacionadas com a produção de leite e frangos. Segundo dados do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Prefeitura de Pará de Minas, de 1978, havia no município o seguinte quadro (QUADRO 1):

QUADRO 1
Número de estabelecimentos em 1978

<i>Estabelecimentos Industriais</i> – 136, sendo: 12 – grande porte 30 – médio porte 94 – pequeno porte
<i>Estabelecimentos Comerciais</i> – 276, sendo: 9 – atacadistas 267 – varejistas
<i>Estabelecimentos Agropecuários</i> – 933
<i>Estabelecimentos de Prestação de Serviços</i> – 345
<i>Estabelecimentos Granjeiros</i> - 186

FONTE: Arquivos da Prefeitura Municipal de Pará de Minas.

Pará de Minas é uma cidade polarizadora do desenvolvimento regional. As cidades menores do seu entorno, como Maravilhas, Papagaios, Conceição do Pará, Pitangui, Pequi, Onça de Pitangui, Florestal, Juatuba, Nova Serrana, Leandro Ferreira, Igaratinga e São José da Varginha têm em Pará de Minas uma polarização comercial, de prestação de serviços e agroindustrial. Também no tocante à educação, Pará de Minas tem papel importante na região. É comum o trânsito de alunos dessas cidades em direção a Pará de Minas para cursar o ensino médio, o técnico e o superior, visto que a cidade possui uma infra-estrutura mais

desenvolvida.

A microrregião de Pará de Minas constitui um *cluster* potencial de desenvolvimento em Minas Gerais no setor de avicultura/suinocultura. Um *cluster* pode ser entendido como um conjunto de organizações que, pela interação num mesmo setor, geram e capturam ações simultâneas, com potencial de atingir crescimento competitivo contínuo superior ao de uma simples aglomeração econômica. Na microrregião de Pará de Minas, as empresas ligadas à avicultura e suinocultura estão geograficamente próximas e pertencem a uma mesma cadeia de valor. Essa interação gera a redução dos custos operacionais e dos riscos, o aumento da qualidade dos produtos e serviços, a melhoria de qualificação da mão-de-obra, a atração de capital, a criação de empreendedores e melhor qualidade de vida.

Porter (1993) mostra como é importante para as empresas se localizarem em áreas onde possam receber fluxos atualizados de informações especializadas sobre tecnologia e características dos clientes, bem como se inter-relacionarem com outros participantes na promoção do desenvolvimento local. Trabalhadores qualificados, necessidades dos consumidores mais elevadas, fornecedores de insumos e serviços são alguns dos aspectos importantes para as empresas optarem por uma região.

Pará de Minas se tornou, nas últimas décadas, uma região muito atrativa, principalmente para o agronegócio relacionado com a avicultura e a suinocultura. Também o setor têxtil constituiu um fator de atração de pessoas para a região; em Pará de Minas muitas indústrias desse setor, como a Companhia de Tecidos Santanense, a FAMOTEC, a Horizonte Têxtil e a IBATEC, encontram-se em funcionamento.

Economicamente as cidades menores, descritas como integrantes da área de atuação da Fapam, têm, em Pará de Minas, uma polarização, pois as principais indústrias, empresas de prestação de serviços, rede bancária e comércio estão ali instalados.

A pecuária da região é baseada na bovinocultura, na suinocultura e na avicultura. O

ramo principal da bovinocultura se concentra na produção de leite. O leite é beneficiado principalmente pelas organizações Cooperará, Itambé, Sibeles Alimentos e Laticínios Champ (BDI, 2006, p.212), sendo que a Itambé não recebe o leite diretamente dos produtores, mas através da Cooperará. A Cooperará, em 2003, tinha uma produção de 80.000 litros/dia, sendo 82% repassado para a Itambé. Parte da produção é beneficiada e transformada em doces, queijos, requeijão, leite pasteurizado e manteiga (ARAÚJO, 2003).

A avicultura e a suinocultura são duas atividades que se complementam, e a região é uma das maiores produtoras de aves do país. A avicultura constitui o principal segmento agropecuário da microrregião de Pará de Minas. Na década de 60 surgiram alguns pequenos produtores de frango confinado no município. Já nos anos 70, Pará de Minas passou a destacar-se no Estado, contando com dois grandes abatedouros. Esse movimento de expansão da avicultura também se estendeu para os municípios do entorno de Pará de Minas, com a criação de granjas nas propriedades vizinhas a Pará de Minas.

A avicultura de corte de Pará de Minas tornou-se expressiva no Estado e também nacionalmente, a partir de 1980, ano em que é fundada a Cooperativa dos Granjeiros do Oeste de Minas (COGRAN). O mercado, que inicialmente era de frangos vivos comercializados para o Nordeste do país, principalmente Bahia, Alagoas e Pernambuco, foi diminuindo até se extinguir por completo. Atualmente o mercado consumidor de frangos vivos é muito pequeno, e o frango passou a ser comercializado abatido.

Atualmente, as principais indústrias do setor de abate de aves e derivados em Pará de Minas são a FRANCAP, a Pif-Paf e a COGRAN (BDI, 2006, p. 212). Mas o setor é constituído também pelos pequenos e médios granjeiros e pelas indústrias de rações e equipamentos, que, juntos, formam todo o ciclo produtivo do setor.

A suinocultura de Pará de Minas e região teve grande impulso a partir da criação da Cooperativa dos Suinocultores de Pará de Minas, que presta assistência técnica e veterinária,

comercializa matéria-prima para a ração e vende a produção dos cooperados para os frigoríficos da região. Os municípios da região que produzem suínos são: Conceição do Pará, Florestal, Igaratinga, Juatuba, Onça de Pitangui e São José da Varginha.

Essa atividade está intimamente relacionada com a avicultura, pois existe um ganho de escala com a utilização de insumos e dejetos compartilhados nas duas criações (frango e suíno). Os produtores também diversificam seus riscos econômicos ao manterem as duas criações ao mesmo tempo.

Os produtos agrícolas mais produzidos, atualmente, na região de Pará de Minas são: cana-de-açúcar, mandioca, milho e tomate. A produção de cana-de-açúcar está diretamente relacionada com a alimentação para o gado bovino, a de milho, com a avicultura, e a de tomate com os arrendatários que se instalaram na região para atender a região metropolitana de Belo Horizonte. São José da Varginha é a cidade que concentra a produção de tomate na região. A TABELA 8 mostra a evolução da produção agrícola.

TABELA 8
Produção agrícola de Pará de Minas segundo os principais produtos - 1975 a 2003

Anos	Alho (1)	Arroz (em casca) (1)	Cana- de- açúcar (1)	Feijão (em grão) (1)	Mandioc a (1)	Milho (em grão) (1)	Tomat e (1)	Banana (3)	Cafê (em côco) (1)	Laranja (2)
1975	-	480	1.485	282	2.808	1.505	1.320	96	33	7.200
1980	2	324	2.205	62	2.899	1.833	4.781	76	145	8.116
1990	27	518	1.500	354	660	3.019	4.605	27	396	825
2000	3	254	9.180	205	1.950	3.150	5.712	61	360	1.425
2003	3	80	4.860	174	2.175	2.310	4.140	28	122	1.077

FONTE: Adaptado dos Dados Básicos de Produção Agrícola Municipal, IBGE. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações.

- (1) Toneladas
- (2) Mil frutos
- (3) Mil cachos

A agricultura em Pará de Minas e região tem menor importância no contexto econômico do que a avicultura, a suinocultura e a bovinocultura, principalmente devido às características do solo, que segundo Araújo (2003, f. 83) é constituído por “solos de cerrado

com os Cambissolos, Latossolos e Podzólicos, que apresentam alta concentração de alumínio. Esses solos são ácidos, sendo necessária sua correção através da associação de cálcio, magnésio, potássio e fósforo”. Outro fator é de que a produção agrícola, com exceção da produção de tomate, é subsidiária à pecuária.

Percebe-se que o setor agropecuário de Pará de Minas e região é bem formado, tendo como atividades principais a avicultura, a suinocultura, a bovinocultura e a agricultura que complementa essas atividades.

Esta foi uma síntese da história de Pará de Minas e região que procurou descrever o contexto demográfico e econômico que justificou a criação das instituições de ensino superior na região, especialmente a Faculdade de Pará de Minas, conforme será analisado a seguir.

4.2 Ensino superior em Pará de Minas e no oeste mineiro

O ensino superior no oeste de Minas Gerais teve início na década de 1960 com a implantação de instituições em diversas cidades, concomitantemente. Na região próxima a Pará de Minas, as cidades de Divinópolis e Itaúna foram as primeiras que tiveram instituições inauguradas.

A Faculdade de Direito do Oeste de Minas, na cidade de Divinópolis, foi fundada em 1965 por iniciativa da Sociedade Educacional e Cultural de Divinópolis, sua mantenedora na época. A crescente demanda por cursos de graduação em outras áreas do conhecimento, adicionado ao incentivo do Ministério da Educação para o crescimento do Ensino Superior e a projeção do curso de Direito, fizeram com que a Faculdade de Direito do Oeste de Minas, atualmente denominada de Faculdades Integradas do Oeste de Minas (Fadom), implantasse outros cursos. Assim, no ano de 2000, iniciou-se o curso de Sistemas de Informação, em 2001, o curso de Comunicação Social com duas habilitações: Publicidade & Propaganda e

Jornalismo e o curso de Administração com habilitações em Marketing e Comércio Exterior. No ano de 2002, implantaram-se novas habilitações para o curso de Administração: Gestão do Turismo, Recursos Humanos e Gestão Ambiental e, no curso de Comunicação Social, a habilitação em Relações Públicas.

Também em Divinópolis, foram criadas a Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Divinópolis (FACED), em 1969, por iniciativa privada e, o Instituto de Ensino Superior e Pesquisa (INESP), em 1970.

Na cidade de Itaúna foi fundada a Faculdade de Itaúna, em 1965, por iniciativa privada. Essa foi a instituição que mais se expandiu. Atualmente, com a denominação de Universidade de Itaúna, oferece os cursos de graduação em: Administração com ênfase em Comércio Exterior, Engenharia de Produção, Administração com ênfase em Marketing, Farmácia e Bioquímica, Fisioterapia, Ciências Biológicas, Letras Português / Inglês, Ciências Contábeis, Matemática, Ciência da Computação, Normal Superior, Ciências Econômicas, Nutrição, Direito, Odontologia, Educação Física, Pedagogia, Enfermagem, Química, Engenharia Eletrônica com ênfase em Automação e Telecomunicações, Terapia Ocupacional e Engenharia Industrial Mecânica. Também possui *campi* em Almenara e Lagoa da Prata.

Mais recentemente, outras cidades da região próxima a Pará de Minas tiveram faculdades privadas instaladas. No município de Juatuba, emancipado de Mateus Leme em 1999, surgiu o Instituto João Alfredo Andrade, criado também nesse ano por iniciativa privada. Os cursos oferecidos por essa instituição são: Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social e Direito. Em Nova Serrana, em 2001, foi criada a Faculdade de Nova Serrana (Fans), com os cursos de Administração e Normal Superior. As instituições e cidades que foram descritas até aqui são as que estão mais próximas a Pará de Minas e possuem maior relevância para o contexto deste estudo, por isso outras instituições localizadas em cidades também do oeste mineiro, mas distantes da região analisada, não serão consideradas.

Em Pará de Minas o desenvolvimento do ensino superior se confunde com a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, criada em 1968 – naquela época uma extensão da Universidade Católica de Minas Gerais. Durante a época de criação da Fapam, muitas pessoas que residiam na sede de Pará de Minas e seus distritos não dispunham de meios que lhes permitissem o deslocamento para as faculdades de Itaúna e de Divinópolis. Diante disso, a inauguração de uma Faculdade em Pará de Minas gerou uma oportunidade ímpar para quem não podia se deslocar para cidades mais remotas a fim completar seus estudos. Além disso, os cursos oferecidos pelas instituições citadas não eram os mesmos que a faculdade de Pará de Minas iria oferecer.

A oferta inicial de cursos da Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas, que perdurou até 1998, consistia nas licenciaturas em Ciências, Letras e Estudos Sociais. Sendo assim, as profissões que demandavam outras formações não eram atendidas na cidade de Pará de Minas, e as pessoas que procuravam outros cursos superiores tinham que ir estudar na capital ou em faculdades localizadas em outras regiões ou mesmo fora do estado.

A partir de 1999, a Fapam experimentou um crescimento do número de cursos e de alunos inédito até então. Tal movimento de expansão acompanhou as tendências nacionais de crescimento do sistema da educação superior, mas também se deveu às novas orientações administrativas da instituição, que, sem perder suas características iniciais, procuraram diversificar a oferta de cursos em outras áreas do conhecimento.

O desenvolvimento do ensino superior em Pará de Minas e região refletiu as mesmas tendências que ocorreram no Brasil e em Minas Gerais. Entretanto, a dinâmica local possui características próprias decorrentes das necessidades locais e da iniciativa de pessoas que levaram à instalação da instituição. A análise da Faculdade de Pará de Minas será apresentada em duas fases marcantes de sua história, a primeira vai da fundação em 1968 a 1998; e a segunda de 1999 a 2005.

4.2.1 Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria à Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas (1ª Fase)

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria foi criada, em 1968, na cidade de Pará de Minas como extensão da Universidade Católica de Minas Gerais sediada em Belo Horizonte. Foi fruto de um convênio firmado entre a Sociedade Mineira de Cultura e a Confraria Nossa Sra. da Piedade⁶. Por ele, as funções técnico-pedagógicas eram de responsabilidade da Sociedade Mineira de Cultura, enquanto a Confraria Nossa Sra. da Piedade⁷ era responsável pela disposição e manutenção das instalações e dos equipamentos, bem como pela remuneração do pessoal docente e administrativo.

A criação de uma instituição de ensino superior em Pará de Minas procurou sanar uma deficiência do sistema de ensino local. Sua implantação, como uma extensão da UCMG, adveio dos esforços do cônego Gabriel Hugo da Costa Bitencourt, pároco da Igreja Nossa Sra. da Piedade de Pará de Minas, que, juntamente com o professor Melo Cançado, então secretário de educação do Estado e cidadão paraminense, pleiteou a formação de uma faculdade em Pará de Minas. A influência do cônego e a intenção da igreja católica em expandir sua atuação nas regiões mineiras, de forma a não ceder espaço para outras correntes ideológicas ou religiosas, foram decisivas na implantação da extensão em Pará de Minas.

Com isso, houve interesse da Universidade Católica em instalar uma extensão em Pará de Minas devido à demanda por professores com habilitação adequada, ou seja, licenciados, para lecionar nas escolas da região. Até esta época as escolas, principalmente as da zona rural, careciam de professores formados. Muitos deles eram “leigos”, ou seja, não haviam cursado

⁶ Convênio firmado em 25 de outubro de 1968 e registrado em 18 de junho de 1971 no Cartório do 2º Ofício de Pará de Minas.

⁷ A Confraria de Nossa Senhora da Piedade da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Pará de Minas foi reconhecida de utilidade pública federal pelo Decreto nº 62.712 de 16 de maio de 1968.

nenhum curso superior. Os primeiros cursos oferecidos pela extensão em Pará de Minas eram de licenciatura curta e visavam formar, inicialmente, professores para o ensino fundamental (1º grau na época).

A Faculdade iniciou seu funcionamento em fevereiro de 1969, com os cursos de licenciatura de 1º grau em Ciências, Estudos Sociais e Letras. Durante os quatro primeiros anos, a Faculdade funcionou no prédio do Colégio Normal Sagrado Coração de Maria, situado à Rua Dr. Higino, centro de Pará de Minas. O colégio era propriedade da Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria⁸.

Em 1º de fevereiro de 1970, a prefeitura de Pará de Minas cedeu à Faculdade a Biblioteca Pública Professor Melo Cançado, passando para esta a guarda e a conservação do acervo. Em 1973, a faculdade transferiu-se para o antigo Educandário Padre José Pereira Coelho, de propriedade da Paróquia Nossa Sra. da Piedade, à rua Ricardo Marinho, nº. 110, por meio de convênio firmado em 22 de novembro de 1972. Esse imóvel é situado num entroncamento rodoviário das MG 431 e BR 262 e 352 (ver ANEXO C), o que torna a localização muito estratégica para atender as demandas dos municípios ao redor de Pará de Minas.

No ano de 1976, os cursos inicialmente oferecidos foram reconhecidos⁹, tornando a instituição mais aceita e reconhecida na região. Entretanto, durante os anos de 1981, 1982 e 1983 as matrículas caíram demasiadamente e, durante este mesmo período, a UCMG começou a mostrar desinteresse em manter suas extensões no interior.

Em 1984, a PUC-Minas (ex UCMG) decidiu rescindir os convênios estabelecidos nas cidades do interior onde mantinha suas extensões. Nesse ano, ela comunicou tal decisão através de ofício encaminhado ao presidente da Confraria Nossa Sra. da Piedade. Em 12 de

⁸ A cessão desse imóvel foi firmada em convênio em 22 de novembro de 1971.

⁹ Parecer nº. 3.757 de 09/11/76, processo número 15.437/75, Decreto nº. 79.090, de 04/01/77, publicado no Diário Oficial em 05/01/77, pág. 67.

novembro do mesmo ano, a Confraria, concordou com a rescisão do Convênio¹⁰ e assumiu a responsabilidades didática, pedagógica e administrativa da faculdade, iniciou-se assim uma vida nova para a instituição.

A rescisão do convênio partiu da Universidade Católica e foi acatada pela Confraria, conforme era estipulado no convênio de criação da extensão assinado em 1968, mesmo esta situação não sendo de inteiro agrado por parte da Confraria. Os dizeres do presidente da Confraria, na correspondência de 12 de novembro de 1984, dirigida à PUC-Minas, evidenciam essa situação:

A deliberação entristeceu-nos profundamente, porque nos sentimos orgulhosos de pertencer à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na qualidade de Mantenedora de uma das Extensões.

Os relevantes serviços prestados pela Pontifícia Universidade Católica, no nosso caso específico, a Pará de Minas, e uma grande região circunvizinha, são imensos e somente o tempo se encarregará de dar-lhe o valor e dimensão que realmente tiveram.

Assim, antes de mais nada, queremos trazer à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na pessoa de Vossa Magnificência, os melhores, os mais sinceros agradecimentos da comunidade de Pará de Minas, em afirmando que a Universidade ocupa lugar de suma importância na história educacional da comuna.

Em 3 de dezembro de 1985, com o desligamento da PUC-Minas, criou-se a Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas e a Confraria tornou-se a única mantenedora, assumindo a responsabilidade direta pela faculdade e seus cursos. Neste mesmo ano, o Conselho Federal de Educação do MEC, pelo voto do Sr. Manoel Gonçalves Ferreira Filho¹¹ sacramentava o seu desligamento da PUC-Minas, tornando-a uma faculdade isolada:

Louvável foi a conduta da Universidade Católica de Minas Gerais que soube amparar as comunidades sediadas na sua área de influência cultural, a fim de elevar o nível dos cursos superiores ministrados por essas entidades locais. Assim foi o caso de Itabira, assim como o de Luz e Pará de Minas, que agora já tem condição de prosseguir sozinha.

Voto, por isso, favoravelmente ao pedido, desligando a Universidade Católica de Minas Gerais da responsabilidade técnico-pedagógica pelos cursos de licenciatura em 1º grau em Letras, Estudos Sociais e Ciências, que passam a ter como suporte a

¹⁰ O Ofício / R / Nº 121 / 84, de 16 de agosto de 1984, comunicou que o Egrégio Conselho Universitário da PUC-MG, através da Resolução 03/84, deliberou suspender as funções técnico-pedagógicas que desempenhava nas extensões no interior do estado.

¹¹ Parecer nº. 798/85 – Conselho Federal de Educação, processo número 23001.000249/85-82.

Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas, a ser mantida pela Confraria Nossa Sra.. da Piedade.

Em 1985, a Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas contava com pouco mais de duzentos alunos e cerca de vinte professores. Depois do desmembramento a instituição elevou a matrícula, que passou de apenas 53, em 1984, para 112, em 1985, um aumento de 211% , como pode ser visto nas TABELAS 9 e 10.

Pelos dados da TABELA 9, percebe-se que de 1972 até 1984, a matrícula sempre foi irregular. A partir de 1985, data em que se deu a desvinculação da PUC-Minas, há um incremento substancial no número de matrículas, que se manteve mais ou menos estável até 1998.

TABELA 9
Evolução das matrículas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria por ano e curso – 1969 a 1984

CURSO	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
CIÊNCIAS	15	11	26	32	27	33	35	50
ESTUDOS SOCIAIS	24	15	20	(*)	31	(*)	(*)	(*)
LETRAS	23	15	15	19	20	26	(*)	(*)
TOTAL	62	41	61	51	78	59	35	50
CURSO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
CIÊNCIAS	53	36	45	46	26	23	40	18
ESTUDOS SOCIAIS	(*)	(*)	34	24	(*)	(*)	(*)	(*)
LETRAS	(*)	(*)	(*)	27	(*)	(*)	(*)	35
TOTAL	53	36	79	97	26	23	40	53

(*) Anos em que não houve vestibular ou demanda para matrículas.

FONTE: Dados obtidos dos livros de matrícula.

A média de alunos matriculados nos primeiros períodos dos cursos, de 1969 a 1984, foi de 53 alunos. No período de 1985 a 1998, essa média subiu para 145 alunos, um incremento de 36,5% (ver TABELA 10). A atuação mais dinâmica da diretoria da faculdade, a partir do desligamento da PUC-Minas fez com que sua atuação se expandisse refletindo assim o aumento de alunos.

TABELA 10
Evolução das matrículas da Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas por ano e curso
– 1985 a 1998

CURSO	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
CIÊNCIAS	34	36	51	(*)	26	43	52
ESTUDOS SOCIAIS	50	105	53	52	30	29	51
LETRAS	28	48	50	50	37	20	51
GEOGRAFIA	(*)	(*)	(*)	29	26	(*)	(*)
HISTÓRIA	(*)	(*)	(*)	18	(*)	(*)	(*)
MATEMÁTICA	(*)	(*)	(*)	30	23	(*)	(*)
TOTAL	112	189	154	179	142	92	154

CURSO	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
CIÊNCIAS	48	50	50	50	50	50	50
ESTUDOS SOCIAIS	31	50	42	47	50	49	50
LETRAS	38	50	46	50	50	49	50
TOTAL	117	150	138	147	150	148	150

(*) Anos em que não houve vestibular ou demanda para matrículas.

FONTE: Dados obtidos dos livros de matrícula.

O número de alunos formandos desde 1971, nesta primeira fase da faculdade, pode ser visto na TABELA 11. O número médio de alunos formandos foi de 42 alunos/ano no período compreendido entre 1971 e 1984.

TABELA 11
Evolução do número de alunos formados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, por ano e curso - 1971 a 1984

CURSO	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
LETRAS	20	11	32	18	21	(*)	(*)
CIÊNCIAS	12	6	48	22	18	(*)	22
ESTUDOS SOCIAIS	21	15	20	26	(*)	(*)	(*)
TOTAL	53	32	100	66	39	0	22

CURSO	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
LETRAS	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
CIÊNCIAS	35	31	23	25	33	29	33
ESTUDOS SOCIAIS	(*)	(*)	20	19	(*)	(*)	23
MATEMÁTICA	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
HISTÓRIA	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
GEOGRAFIA	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
TOTAL	35	31	43	44	33	29	56

(*) Não houve formatura destas turmas nestes anos.

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados dos Livros de Colação de Grau.

Pela TABELA 12, constata-se um aumento significativo no número de alunos formados após o desligamento da PUC-Minas. O número médio de alunos formados foi de 70 alunos/ano no período compreendido entre 1985 e 1998. Houve uma expansão de 167% no

número médio de alunos formados em relação ao período em que a faculdade era extensão da PUC-Minas.

TABELA 12
Evolução do número de alunos formados na Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas, por ano e curso – 1985 a 1998

CURSO	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
LETRAS	(*)	19	59	34	41	9	24
CIÊNCIAS	15	14	(*)	16	14	6	2
ESTUDOS SOCIAIS	(*)	(*)	46	88	2	2	(*)
MATEMÁTICA	(*)	(*)	(*)	(*)	25	(*)	(*)
HISTÓRIA	(*)	(*)	(*)	(*)	16	(*)	(*)
GEOGRAFIA	(*)	(*)	(*)	(*)	31	24	29
TOTAL	15	33	105	138	129	41	55

CURSO	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
LETRAS	13	12	22	30	32	24	27
CIÊNCIAS	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
ESTUDOS SOCIAIS	(*)	(*)	(*)	(*)	1	22	(*)
MATEMÁTICA	(*)	15	11	28	22	(*)	26
HISTÓRIA	20	(*)	(*)	29	(*)	21	14
GEOGRAFIA	(*)	20	24	(*)	29	(*)	20
TOTAL	33	47	57	87	84	67	87

(*) Não houve formatura destas turmas nestes anos.

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados dos Livros de Colação de Grau.

Em 1987, as Licenciaturas Plenas em Português/Inglês, Geografia, História e Matemática foram autorizadas¹² pelo MEC, lembrando que até então eram de licenciatura curta. Isto foi muito importante para a instituição porque a fez firmar-se na formação de professores com habilitação para lecionar no segundo grau, isso possibilitou atender uma demanda reprimida composta pelos formados nas licenciaturas curtas que não podiam lecionar no ensino secundário. A matrícula, em 1988, subiu para 179 alunos, crescimento de 16,23% em relação ao ano anterior, isto se deu porque pessoas que já possuíam licenciatura curta e se matricularam na plena.

¹² Parecer nº. 1.106/87, de 02/12/87.

Em 1988, foi aprovado o Regimento da Instituição¹³. Em 1992, os cursos de Licenciatura Plena, foram reconhecidos¹⁴, isso fez com que a IES se firmasse como uma faculdade na região e gerou certa estabilidade da entrada de alunos nos cursos oferecidos.

De 1985 a 1998, a oferta foi baseada nos cursos de Letras, Ciências e Estudos Sociais, somente em 1988 e 1989 houve matrícula de alunos na plenificação em Geografia, História e Matemática. Esta oferta de vagas foi bastante regular, sendo oferecidas, a partir do reconhecimento em 1992, uma média de 50 vagas em cada curso (Letras, Ciências e Estudos Sociais). A partir de 1998, com a entrada da nova diretoria, a expansão da Faculdade, que já havia sido esboçada pela administração anterior, mas não implementada, passa a ser prioridade. O pedido de autorização para o curso de Administração é feito junto ao MEC e, com isso, abrem-se as portas para um novo período para a Fapam.

Dentro do contexto de evolução dessa fase, a organização criou seu modo de gestão de forma autóctone, mesmo tendo recebido uma influência marcante e norteadora do modo de gestão da Universidade Católica de Minas Gerais, berço da Faculdade de Pará de Minas. A influência dos princípios religiosos e da disciplina, oriundos da formação católica, também foi marcante na formação da cultura da organização. Isso se mostra pela influência de atores organizacionais importantes na formação da faculdade, principalmente pela pessoa de seu “diretor espiritual”, o Cônego Gabriel Hugo da Costa Bitencourt, mas também dos integrantes de sua mantenedora, a Confraria Nossa Sra. da Piedade de Pará de Minas, e dos diretores da instituição. Pode-se dizer que a gestão da Fapam foi pautada nos princípios da ética católica, com sua disciplina e valores próprios.

A Fapam, desde sua criação, preocupou-se com a democratização do acesso. Uma figura de destaque neste sentido foi seu principal idealizador, o cônego Gabriel Hugo da Costa

¹³ Parecer nº. 134/88 – CFE.

¹⁴ Portaria Ministerial nº. 850, de 09/06/92, publicada no Diário Oficial da União em 10/06/92.

Bitencourt, por iniciativa dele, vários alunos que não tinham condições de arcar com os estudos puderam estudar, pois tiveram nele o apoio necessário. O cônego, além de exercer suas atividades como pároco na principal igreja da cidade, também foi professor na faculdade. Além de respeitado na cidade, o cônego sempre teve voz ativa na faculdade e ajudou muitos alunos carentes, fornecendo-lhes bolsas de estudo fundamentais à continuidade dos seus estudos. Essa atitude do cônego fundador tornou-se prática recorrente da Fapam.

Mesmo depois de seu falecimento, o carisma do cônego Hugo continuou vivo na instituição. Ainda hoje, a Fapam oferece bolsas para alunos carentes, escolhidos por seleção interna, segundo critérios próprios. Também conta com uma política de aproveitamento de seus alunos em postos de trabalho em diversos setores, como: biblioteca, informática e departamentos. Esses alunos recebem bolsas de estágio que os ajudam a manter o curso e, além disso, ganham experiência para iniciar a vida profissional.

Um dos aspectos principais do impacto da Fapam no desenvolvimento social da região foi a elevação do nível educacional das pessoas, fato que contribuiu para o aperfeiçoamento da cidadania das mesmas. A Fapam, ao longo das três últimas décadas, formou licenciados e bacharéis que não apenas se tornaram pessoas com maior grau de cidadania, mas também agiram na sociedade de forma a elevar o grau de desenvolvimento social da região. Sua atuação, entretanto, não se restringe a isso, pois essas pessoas são reprodutoras do conhecimento adquirido dentro da faculdade, uma vez que a educação não fica limitada à escola, mas se amplia na família, nas organizações da sociedade civil e para a sociedade como um todo.

A atuação dos professores formados pela Fapam constitui fato relevante, pois, antes da criação da faculdade, muitos dos professores do ensino básico da região não possuíam formação acadêmica adequada. Com os cursos de licenciatura, a Fapam passou a colaborar para a elevação da qualidade do ensino regional, que sofria de sérias deficiências. Formando

professores nos cursos de Ciências, Estudos Sociais e Letras, inicialmente nas licenciaturas curtas e, posteriormente, em Matemática, Ciências Biológicas, Geografia, História e Letras com licenciatura plena, a Fapam ajudou a melhorar o nível do corpo docente das escolas primárias e secundárias não só de Pará de Minas, mas também da região.

Ao elevar o nível de formação dos professores, a Fapam indiretamente atuou na formação dos cidadãos da região, que passaram a ter maior consciência de seus direitos e deveres, o que constitui a base para a democracia e a cidadania. Isso se reflete no perfil demográfico, nas condições de vida, na saúde e nos indicadores sociais, em que a educação tem uma importância relevante.

Nessa primeira fase de sua história, a instituição tornou-se independente de sua criadora – a UCMG, este fato foi importantíssimo para que a faculdade se firmasse e começasse a se desenvolver por conta própria. As matrículas se ampliaram a partir de 1985 e se mantiveram mais ou menos constantes até 1999, quando foi iniciada uma segunda fase para a instituição.

4.2.2 Da criação da Faculdade de Pará de Minas (Fapam) à atualidade (2ª Fase)

Em 1998, o Novo Regimento da Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas, foi encaminhado para aprovação final do Conselho Nacional de Educação (CNE), adequando-o à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB – Lei nº. 9.394/96, alterando a denominação da Instituição de Ensino Superior para Faculdade de Pará de Minas (Fapam). O Novo Regimento¹⁵ foi aprovado, totalmente adequado à nova LDB, e a nova denominação¹⁶ da IES também foi aprovada em 1999. A nova denominação da instituição reflete tanto a

¹⁵ Em 1999, pelo Parecer nº. 320/99 e Portaria nº. 777, de 14 de maio de 1999, do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 1999.

¹⁶ Em 1999, pelo Parecer nº. 777/99, de 10/08/99, e Portaria nº. 1517, do Ministério da Educação, de 19 de outubro de 1999.

proposta de expansão e inclusão de cursos em outras áreas do conhecimento, quanto sua característica marcante de vínculo com a cidade de Pará de Minas e região.

A gestão foi fato marcante na evolução da Fapam e fez com que a instituição passasse, a partir de 1999, de uma escola sem muita expressão a uma escola conhecida e respeitada na região. O tratamento mais profissional dada à gestão da Fapam possibilitou seu crescimento interno, a expansão de cursos, a criação de novos laboratórios e o aumento no número de docentes e discentes.

Pelo estudo realizado na Fapam, pôde-se constatar que a instituição procurou, nos últimos anos, mediante uma gestão de caráter progressivo, ampliar sua atuação, melhorar seus cursos e oferecer maiores oportunidades para os alunos da região. A cultura impregnada na organização não foi a do lucro a qualquer custo; a preocupação maior da gestão organizacional foi o crescimento da instituição, mas com precaução e responsabilidade.

A utilização de termos como liderança, objetivos, estratégias, programas, projetos, implementação e avaliação ressaltam o tratamento de gestão dada às organizações educacionais. Comumente se encontram esses termos no vocabulário dos gestores das instituições privadas de ensino. Muitas universidades, aliás, já utilizam o termo Gestor em vez de Pró-reitor ou Diretor para designar as funções ou cargos de comando. Esse ainda não é o caso da Fapam, o que indica que a lógica de mercado levada ao extremo, que faz com que as instituições de ensino percam suas características básicas, ainda não é marcante na gestão dessa instituição.

As novas demandas e a nova gestão da diretoria, nesta segunda fase, propiciaram à Fapam uma reorganização da oferta de cursos que se deu com mudanças ano a ano. Em 1999, a Fapam iniciou o curso de Administração, após a autorização do MEC¹⁷, com habilitação em Administração de Empresas. O curso de Ciências, que já possuía uma plenificação em

¹⁷ Portaria número nº. 1.283, de 23 de novembro de 1998, do Ministério da Educação.

Matemática, foi desmembrado no curso de Ciências Biológicas – Licenciatura Plena, conforme autorização do MEC¹⁸ em 2000 e, no ano seguinte, a Faculdade de Pará de Minas passou a oferecê-lo. Como pode ser visto na TABELA 13, em 1999, 80 alunos foram matriculados no curso de Administração e, em 2001, 52 alunos foram matriculados em Ciências Biológicas. Em 2002, o Curso de Ciências – Plenificação em Matemática, foi transformado em Curso de Matemática – Licenciatura Plena¹⁹, neste mesmo ano foram matriculados 52 alunos nesse curso.

Na TABELA 13 pode ser observada a evolução das matrículas de alunos ingressantes no 1º período de cada curso a partir de 1999.

TABELA 13
Matrículas no 1º período por ano e curso 1999 a 2005

CURSO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
CIÊNCIAS	50	50	50	(*)	(*)	(*)	(*)
ESTUDOS SOCIAIS	50	50	52	(*)	(*)	(*)	(*)
LETRAS	50	50	52	51	42	46	31
GEO./HIST.	(*)	(*)	(*)	59	50	50	38
MATEMÁTICA	(*)	(*)	(*)	52	51	39	48
ADMINISTRAÇÃO	80	80	84	83	80	86	83
CIÊN. BIOLÓGICAS	(*)	(*)	52	51	51	50	51
DIREITO	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	228	151
ENFERMAGEM	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	75
NUTRIÇÃO	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	57
TOTAL	230	230	290	296	274	499	534

(*) Anos em que não houve vestibular.

FONTE: Dados até 2003 obtidos dos livros de matrícula, e de 2004 e 2005, do sistema informatizado.

Em 2002, foram aprovadas as alterações do Regimento Geral²⁰. Uma das principais mudanças foi a regulamentação de um novo sistema de avaliação, alterando a nota mínima de aprovação para setenta pontos e estabelecendo um número de três provas e três trabalhos por disciplina. Isso tornou a instituição mais séria e profissional quanto à qualidade de seus

¹⁸ Portaria n.º. 1.322, de 23 de agosto de 2000, do Ministério da Educação.

¹⁹ Portaria n.º.870, de 22 de março de 2002, do Ministério da Educação.

²⁰ Portaria n.º.3192, de 21 de novembro de 2002, do Ministério da Educação.

cursos, de seu corpo docente e discente, melhorando desta forma a imagem institucional da faculdade.

Em 2003, o reconhecimento do Curso de Administração – habilitação em Administração de Empresas²¹ foi concedido pelo MEC. Também nesse ano, foi autorizado o curso de bacharelado em Direito²² que passou a ser oferecido em vestibulares semestrais a partir de 2004, inicialmente com 120 vagas por semestre. Em 2004, a Fapam conseguiu a autorização para os cursos de Enfermagem e Nutrição, que passaram a funcionar a partir do primeiro semestre de 2005.

A partir da abertura do curso de Administração, o número de matrículas na Fapam experimentou um movimento de expansão constante devido à abertura dos cursos de Direito, Enfermagem e Nutrição. Esse crescimento da Fapam não pode ser entendido como um fato isolado. A instituição seguiu uma tendência nacional de expansão, possibilitada pelas flexibilizações que a legislação brasileira criou a partir da Constituição Federal de 1988 e da LDB (Lei nº. 9.394/96). O aumento na demanda, a pequena expansão da rede pública de ensino superior e as normas facilitadoras foram, segundo Cunha (2004), fatores que desde o período da ditadura militar impulsionaram as instituições privadas.

O GRÁFICO 2²³ mostra a expansão das matrículas nos cursos superiores na Fapam e no Brasil, de 1969 até 2004. Nota-se um movimento de expansão bastante semelhante, levando-se em conta que os números para o Brasil como um todo ficam mais suavizados, devido ao grande número de instituições que compõem o sistema de ensino superior.

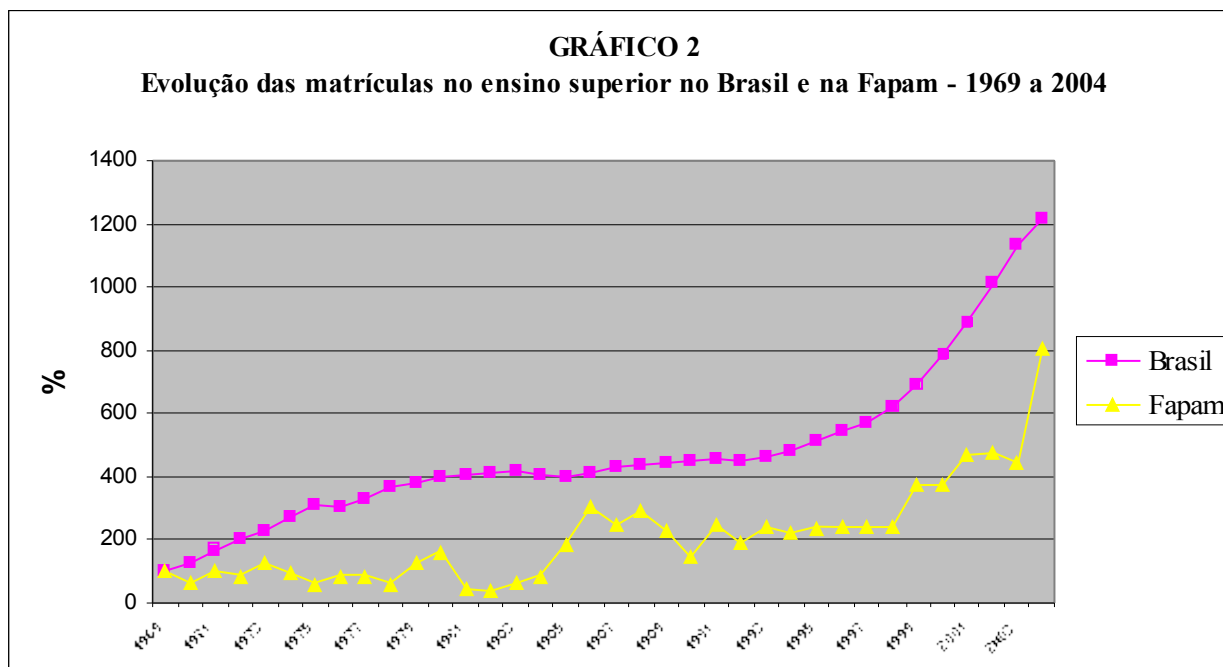
Comparando-se os dois gráficos, conclui-se que o crescimento da Fapam, acompanhou a tendência brasileira de expansão, ou seja, houve um crescimento tanto da oferta quanto da

²¹ Portaria nº. 2981, de 23 de outubro de 2003, do Ministério da Educação.

²² Portaria nº. 3675, de 9 de dezembro de 2003 do Ministério da Educação.

²³ Na construção deste gráfico os dados brutos foram transformados em números-índices simples, cujo ano base foi 1969. Esta opção sanou o problema da comparação entre dois eventos de magnitudes diferentes, visto que o número total das matrículas no Brasil é extremamente maior que o da Fapam. Os dados brutos podem ser vistos nas Tabelas 1 e 2.

demanda pelo ensino superior. A década de 1990 marcou o ápice da expansão das matrículas tanto no sistema de ensino superior no Brasil quanto na Fapam.



FONTE: Elaborado a partir dos dados do INEP/MEC, 1990 e 2005 e dos livros de matrícula da Fapam.

A TABELA 14 exibe o número de alunos formados na segunda fase do desenvolvimento da Fapam, por curso e ano de conclusão, segundo as datas de colação de grau. Nota-se que o crescimento do número de alunos formados é bastante semelhante ao movimento exibido no crescimento do número total de matrículas no 1º período dos cursos da Fapam.

TABELA 14
Evolução do número de alunos formados da Faculdade de Pará de Minas por ano e curso – 1999 a 2005

CURSO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
LETRAS	39	46	42	47	28	(*)	53
MATEMÁTICA	32	23	38	35	31	39	1
HISTÓRIA	20	25	20	17	17	2	28
GEOGRAFIA	30	19	19	24	12	1	16
ADMINISTRAÇÃO	(*)	(*)	(*)	(*)	54	(*)	44
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	1	26
TOTAL	121	113	119	123	142	43	168

(*) Não houve colação de grau dessas turmas nesses anos.

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados dos Livros de Colação de Grau.

Na TABELA 15, faz-se uma comparação entre o total de alunos ingressantes e formados pela faculdade durante os períodos analisados. Calcularam-se o número médio de alunos que ingressaram na instituição anualmente e o número de alunos formados anualmente.

Nota-se uma expansão nítida, pois entre o primeiro período da primeira fase (1969 a 1984) e o segundo período da primeira fase (1985 a 1998) houve um crescimento na ordem de 273,80% na média de alunos ingressantes; entre o segundo período da primeira fase (1985 a 1998) e a segunda fase (1999 a 2005) esse crescimento foi de 232,74%.

A média anual de alunos formados também cresceu, pois entre o primeiro período da primeira fase (1969 a 1984) e o segundo período da primeira fase (1985 a 1998) houve um crescimento na ordem de 191,72%; entre o segundo período da primeira fase (1985 a 1998) e a segunda fase (1999 a 2005) esse crescimento foi de 169,53%.

TABELA 15
Alunos ingressantes e formados pela Fapam por períodos de análise

Períodos de análise		Total de alunos ingressantes no período	Número de ingressantes/ano	Crescimento em relação ao período anterior (%)	Total de alunos formados no período	Número de formados/ano	Crescimento em relação ao período anterior (%)
1ª Fase	1969 a 1984	844	53	-	583	36	-
	1985 a 1998	2022	144	273,80	978	70	191,72
2ª Fase	1999 a 2005	2353	336	232,74	829	118	169,53

FONTE: Elaborado pelo autor a partir dos livros de matrículas e de colação de grau – arquivos da Fapam.

Analisando-se a taxa de evasão²⁴, percebe-se que houve uma elevação da evasão escolar (ver TABELA 16). No período 1969 a 1984 a evasão era da ordem de 30,92%, subiu para 51,63% no período 1985 a 1998 e para 64,77% no último período. Esse aumento da evasão se torna preocupante, pois demonstra que a capacidade total da instituição não é aproveitada ao máximo, fato que pode gerar problemas de cunho financeiro para a organização, visto que a mesma se mantém pelas mensalidades dos alunos.

²⁴ A taxa de evasão foi calculada pela diferença entre o número de alunos ingressantes/ano e o número de alunos formados/ano sobre o número de alunos ingressantes/ano.

TABELA 16
Taxa de evasão da Fapam por períodos de análise

Períodos de análise		Número de ingressantes/ano	Número de formados/ano	Taxa de evasão (%)
1ª Fase	1969 a 1984	53	36	30,92
	1985 a 1998	144	70	51,63
2ª Fase	1999 a 2005	336	118	64,77

FONTE: Livros de matrículas e de colação de grau – arquivos da Fapam.

4.2.3 A situação atual dos cursos da Fapam

A Faculdade de Pará de Minas, em 2006, oferecia nove cursos de graduação: Administração, Direito, Enfermagem, Nutrição, Letras, Ciências Biológicas, História, Geografia e Matemática. Os cursos oferecidos pela Fapam foram avaliados pelo MEC por ocasião do reconhecimento ou da renovação do reconhecimento dos mesmos. A situação dos cursos, pelo antigo Exame Nacional de cursos (Provão) que durou de 1996 a 2003, ficou como descrita na TABELA 17:

TABELA 17
Avaliação dos cursos da Fapam

Curso	2003	2002	2001	2000	1999	1998
	conceito	conceito	conceito	conceito	conceito	conceito
Administração	C	-	-	-	-	-
Geografia	C	-	-	-	-	-
História	C	C	-	-	-	-
Letras	A	B	C	C	B	C
Matemática	C	C	D	D	C	B

FONTE: INEP 2006.

O curso de Ciências Biológicas foi autorizado pelo MEC em 2000 e reconhecido em 2005. O curso de Direito foi autorizado pelo MEC em 2003 e, até 2006, não sofreu o processo de reconhecimento. Os cursos de Enfermagem e Nutrição foram autorizados pelo MEC em 2004 e, até 2006, não sofreram o processo de reconhecimento. Por isso, esses cursos não foram avaliados por ocasião do Exame Nacional de cursos.

A partir de 2003, o Exame Nacional de cursos foi substituído pelo ENADE – Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudantes – que faz parte do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). O objetivo desse exame não é dar nota ao aluno, mas avaliar a qualidade do ensino que está sendo oferecido. Também compõem o Sinaes a Avaliação de Curso e a Avaliação Institucional.

Pelo ENADE, em 2005, os cursos de Ciências Biológicas e Geografia ficaram com conceito 3 e os de História, Letras e Matemática ficaram com conceito 4. O “ENADE conceito” varia de 1 a 5. Os outros cursos não participaram dessa avaliação.

A partir desses dados, pode-se constatar que os cursos da Fapam se encontram numa situação mediana. Segundo a última avaliação no Exame Nacional de cursos, em 2003, todos os cursos tinham conceito C, exceto o curso de Letras que recebeu conceito A. Os cursos que participaram da avaliação do atual ENADE, melhoraram o seu conceito ao atingir as notas 3 e 4, em 2005, quando comparados com os resultados de 2003. Cabe à instituição continuar implementando mudanças constantes no que tange à organização didático-pedagógica, à qualificação do seu corpo docente e das instalações e à melhoria na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

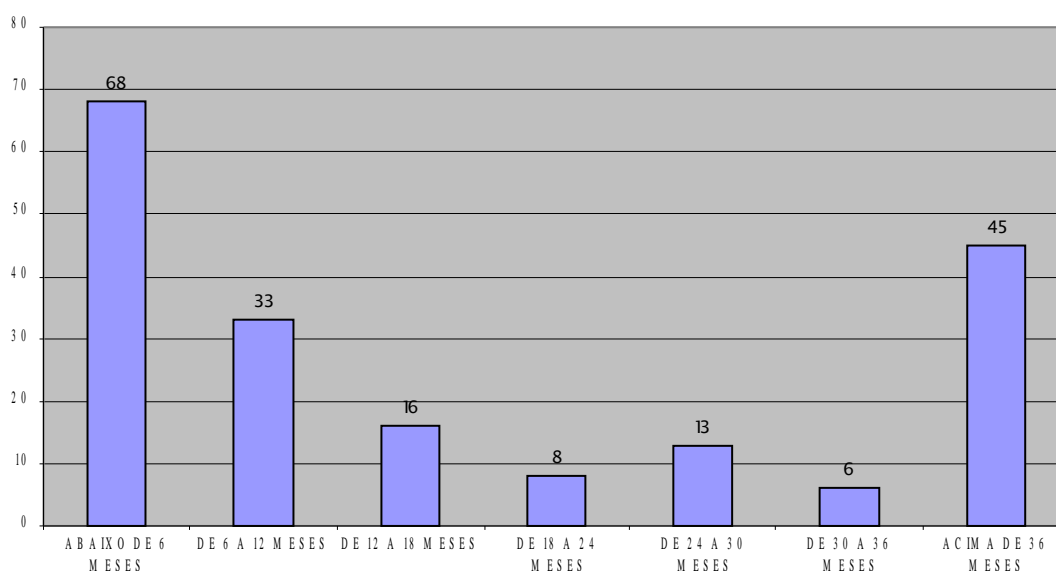
4.3 Os professores e a infra-estrutura da Faculdade de Pará de Minas

A qualificação dos professores é um fator fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento educacional, notadamente no ensino superior. Outro aspecto vital é a infra-estrutura que dá suporte ao ensino, principalmente os laboratórios e a biblioteca. Neste item, analisam-se esses dois fatores fundamentais, iniciando pelos professores e concluindo com a infra-estrutura.

Quanto ao corpo docente que compôs a faculdade, desde sua criação, grande parte era residente em Belo Horizonte. Eles se deslocavam para Pará de Minas para lecionar e retornavam para sua cidade de residência. Atualmente, há também professores que residem em Pará de Minas, muitos deles formados na própria instituição. Isto indica que a instituição começa a criar um corpo docente com ligações mais estreitas com a região e com a própria organização, fato muito importante para definir sua cultura própria.

O levantamento dos professores que trabalharam na instituição permite constatar que um número significativo não era contratado por prazo superior a um semestre letivo. O GRÁFICO 3 mostra o número de professores por intervalos de duração dos contratos de trabalho. Esses dados revelam um aspecto negativo, pois para a formação de cursos bem estruturados é necessário um núcleo básico de professores com dedicação exclusiva e que permaneçam na instituição por um período mais prolongado, de forma a criar uma tradição e uma cultura própria para cada curso e para a instituição como um todo.

GRÁFICO 3
Duração do contrato de trabalho dos docentes admitidos de 1969 a 1997

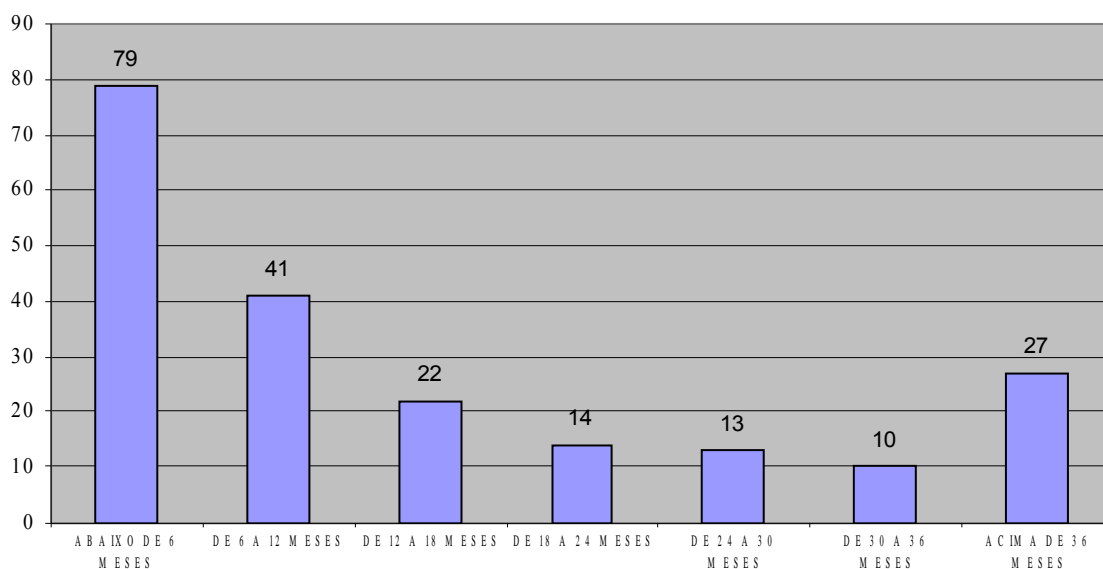


FONTE: Livros de registro de empregados - arquivos da Fapam..

O GRÁFICO 4 mostra a duração dos contratos dos professores a partir de 1998. A situação é bastante semelhante à fase anterior, o que significa que essa realidade não mudou,

ou seja, a rotatividade (*turn-over*) de professores ainda é elevada, visto que a maior parte dos professores trabalhou na faculdade por menos de seis meses.

GRÁFICO 4
Duração do contrato de trabalho dos docentes admitidos a partir de 1998



FONTE: Livros de registro de empregados - arquivos da Fapam..

No entanto, a Fapam tem possibilitado ao seu corpo docente uma qualificação continuada, oferecendo bolsas para cursos de pós-graduação *strictu senso* em nível de mestrado. Essa ação de estímulo à qualificação docente visa a uma manutenção de professores na instituição e a uma melhoria do nível intelectual destes, que, por sua vez, refletirá na qualidade dos cursos oferecidos.

Esforços no sentido de incrementar a pesquisa científica na instituição também passaram a ser uma realidade nos últimos anos. Em 2004, foi criado o Departamento de Iniciação Científica da Fapam (DIC-FAPAM), que visa a incentivar e a financiar a pesquisa, com a concessão de bolsas pela própria instituição (em descontos na mensalidade para os alunos e em horas-aula para os professores).

Também houve melhoria das instalações, com a construção, em 2004, de uma nova biblioteca, mais ampla e com um acervo maior e mais diversificado. Também em 2004, inaugurou-se um novo prédio, em anexo à ala leste e um novo laboratório de informática. Em 2005, com a implantação dos cursos de Nutrição e Enfermagem diversos laboratórios foram criados ou ampliados. Foi construído mais um prédio, na ala oeste, para abrigar as salas de aula dos novos cursos (Direito, Nutrição e enfermagem) e os novos laboratórios.

Os laboratórios construídos ou ampliados foram os de: anatomia/fisiologia/embriologia; citologia/histologia; microbiologia; técnicas dietéticas; química/física; meio-ambiente/botânica; biotério e bioquímica/imunologia/genética.

A estrutura física da instituição é hoje muito maior e melhor do que foi no passado, com pode ser visto pelas imagens constantes na FIGURA 2.



FIGURA 2: Vistas da Fapam

a) Vista da lagoa na década de 80

b) Prédio principal na década de 90

c) Vista aérea em 2005

FONTE: Arquivos da Fapam.

Esse foi o quadro de crescimento da infra-estrutura e desenvolvimento do corpo docente pelo qual a Faculdade de Pará de Minas passou.

4.4 Definição da área de influência da Fapam

Para entender o nível de contribuição da Fapam para a cidade de Pará de Minas e demais cidades da região, quanto ao número de alunos, estabeleceu-se uma taxa de contribuição dada pela razão entre o total de alunos matriculados na instituição sobre o total de pessoas residentes nas cidades da região que freqüentavam curso superior. A TABELA 17 mostra os dados dessa taxa de contribuição, calculada para os anos de 1991 e 2000²⁵. Nota-se uma expansão da contribuição no número de alunos da região durante essa década, pois a taxa passou de 20,80% para 25,63%, o que revela que a atuação da Fapam na região tem se tornado mais expressiva.

Na TABELA 18, apresentam-se os dados dos alunos matriculados no ensino superior e na Fapam por sua procedência comparando dois anos, 1991 e 2000. Pela análise dessa tabela, nota-se que houve um crescimento de 5% das matrículas da Fapam na última década (1991 a 2000). Quando comparado com o total de alunos matriculados no ensino superior nos municípios que formam a área de influência da Fapam, 60% dos alunos da Fapam, em média, são de Pará de Minas, cidade de sua maior influência. Pela TABELA 18, constata-se que é relativamente baixa a influência da Fapam onde existem outras faculdades, como Itaúna e Juatuba. O crescimento mais expressivo da influência da Fapam ocorre em municípios menores como: Maravilhas, que aumenta de 63% para 95%; Pequi, que aumenta de 38% para 92%; e, Papagaios, que aumenta de 53% para 66%. Ocorrem reduções de influência em Igaratinga e Nova Serrana.

²⁵ A tabela foi criada somente para os anos de 1991 e 2000, pois os dados referentes ao total de pessoas que freqüentavam curso superior para 1970 e 1980 não constam nos Censos desses anos.

TABELA 18
Total de alunos do Curso Superior por municípios e por instituição – 1991 e 2000

Municípios	Nº de pessoas que freqüentavam curso superior de graduação		Total de alunos matriculados na Fapam		Taxa de contribuição da Fapam (%)	
	1991 (a)	2000 (c)	1991 (b)	2000 (d)	1991 (b/a)	2000 (d/c)
Pará de Minas	320	643	191	395	59,69	61,28
Itaúna	743	1.203	51	103	6,86	8,56
Papagaios	32	56	17	37	53,13	66,07
Pitangui	152	155	15	32	9,87	20,65
Maravilhas	19	24	12	23	63,16	95,83
Igaratinga	8	34	7	16	87,50	47,06
Juatuba (1)	0	131	0	15	0	11,45
Nova Serrana	10	76	4	13	40,00	17,11
Mateus Leme	180	188	13	12	7,22	6,38
Pequi	13	13	5	12	38,46	92,31
Florestal	26	32	5	11	19,23	34,38
Leandro Ferreira	26	26	4	6	15,38	23,08
São José da Varginha	22	21	4	7	18,18	33,33
Conceição do Pará	16	15	3	4	18,75	26,67
Onça de Pitangui	24	23	2	3	8,33	13,04
Martinho Campos	15	56	1	2	6,67	3,57
Fortuna de Minas	0	0	0	0	0	0
Total	1606	2696	334	691	20,80	25,63

Nota: (1) em 1991 Juatuba pertencia ao município de Mateus Leme

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000 e dos Livros de matrículas da Fapam.

O crescimento da Fapam se deu num contexto de proliferação de instituições de ensino superior que atuam em cidades do oeste de Minas próximas à sua região de influência. São elas: Universidade de Itaúna, em Itaúna; Instituto J. Andrade, em Juatuba; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco (FASF), em Luz; Universidade Vale do Rio Verde (Unincor), em Pará de Minas; Faculdade de Nova Serrana (Fans), em Nova Serrana; Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac), em Bom Despacho; Faculdades integradas do Oeste de Minas (Fadom); Fundação Educacional de Divinópolis (Funedi-UEMG); Faculdade de Ciências Econômicas de Divinópolis (FACED); Universidade José do Rosário Vellano (Unifenas), todas em Divinópolis. Além disso, devem ser consideradas as instituições da capital e região metropolitana.

Relevando-se o número de instituições que atualmente se sobrepõe na região, pode-se evidenciar a alta participação da Fapam, principalmente na cidade de Pará de Minas, sua sede, onde a participação em 2000 foi de 61,28%, e nas cidades de Papagaios, Maravilhas, Igaratinga, Pequi, Florestal e São José da Varginha. Nestas cidades a atuação da Fapam é muito relevante, tornando-a a principal instituição de ensino superior para estas localidades.

A Fapam, ao longo de seus 37 anos de atuação, atendeu principalmente a região compreendida pela cidade de Pará de Minas e seu entorno. Os alunos que constituíram as primeiras turmas do curso de Letras, Ciências e Estudos Sociais eram, em sua maioria, residentes na sede de Pará de Minas e ou nos distritos próximos à sede. Os primeiros cursos eram de licenciatura curta e visavam a formar professores para atuar no então ensino ginásial. Muitos desses alunos já lecionavam, mesmo sem ter nenhuma formação pedagógica, como nos informou uma ex-aluna da primeira turma de Letras²⁶:

Os alunos eram quase todos de Pará de Minas, eram alunos mais velhos junto com alunos muito novos. Os mais velhos já eram professores e buscavam uma titulação para melhorar a remuneração, e os alunos mais novos buscavam uma profissão. Havia muitas professoras leigas que lecionavam na área rural, sem nenhuma formação, algumas só tinham o ensino primário. Muitas destas continuaram os estudos e depois fizeram o curso superior na Faculdade (informação verbal).

A Faculdade de Pará de Minas adotou, desde sua fundação, uma estratégia de atender as necessidades de Pará de Minas e dos municípios vizinhos. A área de influência da Fapam foi definida pela procedência dos alunos e pelo seu número em relação ao total de alunos matriculados.

Pelo levantamento de dados realizado na instituição (TABELA 19), a distribuição de alunos por cidade de residência no primeiro semestre de 2005 mostrava uma concentração de 56,91% na cidade de Pará de Minas. Somando-se Itaúna, Papagaios, Pitangui e Maravilhas, temos um percentual de 84,70% dos alunos matriculados, obtendo-se assim uma **área de atuação principal**. Ressalta-se que Itaúna possui uma universidade contemporânea à Fapam,

²⁶ Informação obtida em entrevista com a Sra. Marília Diniz Gontigo Vilaça, em 06 de março de 2006.

por isso a influencia da mesma sobre esta cidade se sobrepõe à da Universidade de Itaúna.

A denominada **área de atuação intermediária**, compreendida pelas cidades de Igaratinga, Juatuba, Nova Serrana, Mateus Leme, Pequi, Florestal, Leandro Ferreira e São José da Varginha, perfaz um percentual de 12,41% dos alunos matriculados.

O que se definiu como **área de atuação residual**, compreende as cidades de Belo Horizonte, Betim, Conceição do Pará, Onça de Pitangui, Contagem, Martinho Campos e Fortuna de Minas, e perfaz um total de 2,89% dos alunos matriculados. Desta área residual não será levada em conta na análise as cidades de Belo Horizonte, Betim e Contagem, pois são cidades fora da região próxima a Pará de Minas e que sofrem influências modernizadoras de outras universidades, centros universitários e faculdades. As análises que se seguirem serão dadas para Pará de Minas e a região de sua influência.

TABELA 19
Relação de alunos matriculados na Fapam segundo sua residência – 1º sem. 2005

ÁREA DE ATUAÇÃO	MUNICÍPIOS	TOTAL DE ALUNOS	PERCENTUAL DE ALUNOS (%)	FREQ. ACUMULADA (%)
PRINCIPAL	Pará de Minas	729	56.91	56.91
	Itaúna	190	14.83	71.74
	Papagaios	67	5.23	76.97
	Pitangui	56	4.37	81.34
	Maravilhas	43	3.36	84.70
INTERMEDIÁRIA	Igaratinga	27	2.11	86.81
	Juatuba	26	2.03	88.84
	Nova Serrana	22	1.72	90.55
	Mateus Leme	22	1.72	92.27
	Pequi	21	1.64	93.91
	Florestal	19	1.48	95.39
	Leandro Ferreira	11	0.86	96.25
	São José da Varginha	11	0.86	97.11
RESIDUAL	Belo Horizonte	9	0.70	97.81
	Betim	8	0.62	98.44
	Conceição do Pará	8	0.62	99.06
	Onça de Pitangui	6	0.47	99.53
	Contagem	3	0.23	99.77
	Martinho Campos	2	0.16	99.92
	Fortuna de Minas	1	0.08	100.00
TOTAL	20	1281	100.00	-

FONTE: Arquivos da Fapam, coletados pelo autor.

As cidades atendidas pela Fapam encontram-se nas microrregiões de Pará de Minas, Sete Lagoas, Belo Horizonte e Divinópolis. Atualmente as três primeiras pertencem à mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e, a microrregião de Divinópolis, pertence à

mesorregião Oeste de Minas Gerais. Todas essas microrregiões e mesorregiões fazem parte da região Sudeste do Brasil, segundo a classificação dada pelo IBGE no ano de 2001. A indicação da localização geográfica de Pará de Minas e da área de influência da Fapam está exposta nas FIGURAS 6 e 7, nos ANEXOS A e B.

A atuação da Fapam em nível regional é facilitada pelas vias de acesso à Pará de Minas e pela proximidade dos municípios. Os seus alunos provêm das cidades que se encontram num raio de 100 km de distância da sede. As principais vias de acesso rodoviário são as BR-262, BR-381, BR-352 e as MG-050, MG-431, MG-430, MG-423 e MG-060.

Como pode ser visto na FIGURA 8 do ANEXO C, Papagaios, Maravilhas, Pequi e São José da Varginha têm como principais vias de acesso as rodovias MG-431 e 060, que as ligam a Pará de Minas. A Fapam se localiza precisamente na saída de Pará de Minas para essas cidades, o que faz com que ela seja muito atrativa e conveniente para as pessoas que nelas residem. Igaratinga também tem Pará de Minas como a cidade mais próxima e o acesso é facilitado por uma via asfaltada. Isso torna a Fapam a instituição de ensino mais conveniente para as pessoas que residem nessas cidades e desejam cursar o ensino superior. Os alunos chegam à Fapam usando diversos meios de transporte, como automóveis, motos, ônibus e vans fretadas.

Neste capítulo, examinaram-se a ocupação e o povoamento de Pará de Minas através de um breve histórico sobre a região. Em seguida, mostrou-se uma descrição sucinta da evolução do ensino superior na cidade de Pará de Minas e no oeste mineiro pela análise da Faculdade de Pará de Minas e demais instituições localizadas na região.

Entender as características marcantes da educação ao longo do tempo e suas tendências atuais mostrou-se imprescindível para analisar a contribuição da Fapam para a cidade de Pará de Minas e região de forma mais sistêmica. O crescimento da instituição quanto ao número de cursos, de vagas e de sua infra-estrutura não ocorreu isoladamente, mas

acompanhou uma tendência de todo o sistema de educação superior no país e no estado.

Após a contextualização fornecida neste capítulo, que traçou o ambiente no qual a instituição encontra-se inserida, nos capítulos seguintes, segue-se uma análise da contribuição da Fapam para o desenvolvimento regional nos aspectos econômicos, sociais e humanos.

A análise quanto ao desenvolvimento econômico será dada pela interpretação dos efeitos do ensino superior na melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio, cujos efeitos se espalham por toda a economia. Quanto ao desenvolvimento social, será analisada a contribuição da educação superior para a elevação da renda *per capita*, da qualidade de vida, da dinâmica populacional e do acesso à saúde. O desenvolvimento humano será entendido pelo IDH e seus desmembramentos.

5 A FAPAM E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE PARÁ DE MINAS E REGIÃO

Como a educação superior contribui para o desenvolvimento econômico, social e humano de uma região foi a questão geradora desta pesquisa. A educação possui uma relação positiva com o desenvolvimento, pois por meio dela são estabelecidos os pilares que sustentam a progressão dos aspectos econômicos, sociais e humanos para patamares melhores. A educação superior fornecida pela Fapam ao longo de sua história se replicou nas esferas inferiores do ensino, ou seja, no ensino fundamental e no médio.

Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento e o capital intelectual sobrepujam os recursos materiais como fator de desenvolvimento, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. A Fapam, assim como todas as instituições de ensino, tem uma importante missão a cumprir perante suas comunidades locais: contribuir para a elevação do nível educacional das pessoas e, com isso, direta e indiretamente, possibilitar o desenvolvimento econômico, social e humano de suas regiões.

A contribuição da Fapam para o desenvolvimento econômico e social de Pará de Minas e região pode ser medida mais de forma indireta do que direta. De forma indireta, no desenvolvimento industrial, porque a Fapam formou e formou professores ao longo das últimas três décadas do século XX e só recentemente iniciou a formação de gestores que atuam nos setores produtivos.

A Fapam, ao formar professores, contribuiu diretamente na melhoria do ensino fundamental e médio. Conseqüentemente, essa contribuição se reflete na qualificação da mão-de-obra da região que vai atuar em todos os setores produtivos de Pará de Minas e municípios vizinhos. A partir de 2001, ano da formatura da primeira turma do curso de Administração, a

Fapam passou a atuar de forma mais direta, formando profissionais para desempenhar funções nos diversos setores produtivos da economia local.

Neste capítulo, o desenvolvimento econômico será medido analisando-se a evolução dos setores primário, secundário e terciário da economia. A transposição da mão-de-obra do setor primário para o secundário e terciário servirá como um indicador do desenvolvimento econômico, pois mostra como as parcelas da população economicamente ativa deixam de ser empregadas em atividades ligadas à agropecuária, silvicultura e extração vegetal e passam a ser empregadas em atividades industriais, comerciais e de serviços. Também será analisado o crescimento do PIB *per capita* como um indicador econômico.

O desenvolvimento social será medido pelos seguintes indicadores: (1) evolução da educação nas cidades de Pará de Minas e região; (2) rendimento médio do setor formal; (3) grupo de dados que incluem: índice de pobreza, índice de desigualdade, índice de exclusão social, índice de qualidade institucional do município, taxa de crescimento da renda e índice de potencial de desenvolvimento do município; (4) grupo de indicadores sobre demografia, saúde e qualidade de vida; (5) índice de violência e; (6) índice mineiro de responsabilidade social.

Finalmente, analisar-se-á a contribuição da Fapam para o desenvolvimento econômico e social de Pará de Minas e de sua região de influência por uma reflexão sobre a relação entre os indicadores analisados e a educação fornecida pela Fapam nas últimas décadas.

5.1 O desenvolvimento econômico de Pará de Minas e região de influência da Fapam

A educação age indiretamente no crescimento econômico, mas é imprescindível para que ele aconteça. A contribuição da educação na economia se torna algo de difícil mensuração direta através de correlações. Neste item, serão descritos, de forma sintética, o desenvolvimento econômico de Pará de Minas e região.

Nesse estudo, optou-se pela análise dos dados sobre a ocupação da mão-de-obra empregada (pessoas com 10 anos ou mais de idade) nos diversos setores da economia em Pará de Minas e região de influência da Fapam. Estes dados permitem entender a evolução da economia da região através de uma análise que considera o período de atuação da Fapam. As TABELAS 20, 21, 22 e 23 mostram esses dados para as décadas de 1970 a 2000.

A mão-de-obra empregada permite uma visualização temporal que não apresenta os problemas que uma análise feita pelo Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, traria. O indicador PIB traz alguns inconvenientes quando se tem períodos temporais maiores, como as diversas trocas de moedas pelas quais a economia do país passou e as diversas metodologias de mensuração que os órgãos encarregados de gerar o indicador adotavam.

Pode-se notar uma retração da mão-de-obra empregada em atividades do setor primário, como agricultura, pecuária e pesca, de 1970 para 1980. Já em 1991, esse setor volta a crescer, caindo novamente em 2000. Os setores secundário e terciário, em todas as décadas analisadas, apresentaram crescimento. A agropecuária, mesmo tendo se expandido muito nas últimas décadas, não apresentou tanto crescimento no emprego de mão-de-obra quanto a indústria e a prestação de serviços. Interpretando esses dados, infere-se que as atividades consideradas urbanas cresceram mais que as tidas como rurais, visto que os setores secundários e terciários cresceram mais do que o setor primário.

TABELA 20
Setor de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, segundo os municípios – 1970

Municípios	Setor de atividade																	
	Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca		Atividades industriais		Comércio de mercadorias		Prestação de serviços		Transportes, comunicações e armazenagem		Atividades sociais		Administração pública		Outras atividades		Total	
	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%
Pará de Minas	2.282	24,56	3.117	33,55	695	7,48	1.427	15,36	439	4,73	618	6,65	188	2,02	524	5,64	9.290	100,00
Itaúna	2.255	19,29	4.338	37,12	809	6,92	1.971	16,86	573	4,90	933	7,98	200	1,71	608	5,20	11.687	100,00
Papagaio	1.070	60,83	89	5,06	164	9,32	215	12,22	60	3,41	101	5,74	12	0,68	48	2,73	1.759	100,00
Pitangui	1.239	35,38	937	26,76	266	7,60	288	8,22	181	5,17	247	7,05	130	3,71	214	6,11	3.502	100,00
Maravilhas	972	76,12	110	8,61	59	4,62	37	2,90	13	1,02	48	3,76	27	2,11	11	0,86	1.277	100,00
Igaratinga	776	62,18	319	25,56	56	4,49	36	2,88	8	0,64	30	2,40	4	0,32	19	1,52	1.248	100,00
Nova Serrana	1.225	58,25	541	25,73	49	2,33	99	4,71	42	2,00	48	2,28	51	2,43	48	2,28	2.103	100,00
Mateus Leme	1.976	51,10	697	18,02	142	3,67	406	10,50	274	7,09	231	5,97	68	1,76	73	1,89	3.867	100,00
Pequi	614	67,92	96	10,62	42	4,65	60	6,64	18	1,99	34	3,76	34	3,76	6	0,66	904	100,00
Florestal	757	65,20	103	8,87	56	4,82	100	8,61	17	1,46	108	9,30	18	1,55	2	0,17	1.161	100,00
Leandro Ferreira	999	79,67	94	7,50	42	3,35	20	1,59	28	2,23	48	3,83	8	0,64	15	1,20	1.254	100,00
São José da Varginha	647	82,32	40	5,09	4	0,51	31	3,94	13	1,65	29	3,69	22	2,80	0	0,00	786	100,00
Conceição do Pará	912	75,19	123	10,14	35	2,89	46	3,79	21	1,73	29	2,39	33	2,72	14	1,15	1.213	100,00
Onça de Pitangui	632	84,95	32	4,30	4	0,54	19	2,55	24	3,23	13	1,75	16	2,15	4	0,54	744	100,00
Martinho Campos	2.369	78,31	119	3,93	94	3,11	127	4,20	81	2,68	113	3,74	63	2,08	59	1,95	3.025	100,00
Fortuna de Minas	485	76,14	36	5,65	13	2,04	28	4,40	3	0,47	22	3,45	27	4,24	23	3,61	637	100,00
Total da região	19.210	43,21	10.791	24,27	2.530	5,69	4.910	11,04	1.795	4,04	2.652	5,97	901	2,03	1.668	3,75	44.457	100,00

FONTE: Elaborado a partir de dados do Censo Demográfico de Minas Gerais - IBGE-1970.

TABELA 21
Setor de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, segundo os municípios - 1980

Municípios	Setor de atividade																	
	Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca		Atividades industriais		Comércio de mercadorias		Prestação de serviços		Transportes e comunicações		Atividades sociais		Administração pública		Outras atividades		Total	
	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%
Pará de Minas	2.569	15,63	6.816	41,47	1.507	9,17	2.325	14,14	959	5,83	1.299	7,90	617	3,75	345	2,10	16.437	100,00
Itaúna	1.625	8,24	9.739	49,38	1.586	8,04	3.356	17,02	1.007	5,11	1.560	7,91	388	1,97	461	2,34	19.722	100,00
Papagaio	1.214	54,27	286	12,78	141	6,30	268	11,98	127	5,68	133	5,95	62	2,77	6	0,27	2.237	100,00
Pitangui	1.088	21,56	1.806	35,79	329	6,52	725	14,37	204	4,04	570	11,30	209	4,14	115	2,28	5.046	100,00
Maravilhas	1.155	67,62	281	16,45	27	1,58	150	8,78	32	1,87	51	2,99	12	0,70	0	0,00	1.708	100,00
Igaratinga	636	38,04	674	40,31	30	1,79	63	3,77	152	9,09	50	2,99	43	2,57	24	1,44	1.672	100,00
Nova Serrana	875	23,58	2.148	57,90	167	4,50	239	6,44	65	1,75	126	3,40	38	1,02	52	1,40	3.710	100,00
Mateus Leme	2.107	32,36	2.181	33,50	412	6,33	846	12,99	364	5,59	368	5,65	163	2,50	70	1,08	6.511	100,00
Pequi	645	67,19	81	8,44	33	3,44	63	6,56	11	1,15	70	7,29	53	5,52	4	0,42	960	100,00
Florestal	669	40,59	235	14,26	47	2,85	220	13,35	31	1,88	412	25,00	13	0,79	21	1,27	1.648	100,00
Leandro Ferreira	679	79,14	46	5,36	21	2,45	33	3,85	26	3,03	35	4,08	14	1,63	4	0,47	858	100,00
São José da Varginha	477	84,57	24	4,26	4	0,71	17	3,01	7	1,24	32	5,67	3	0,53	0	0,00	564	100,00
Conceição do Pará	721	68,21	149	14,10	23	2,18	59	5,58	9	0,85	52	4,92	44	4,16	0	0,00	1.057	100,00
Onça de Pitangui	549	65,91	114	13,69	31	3,72	60	7,20	23	2,76	17	2,04	15	1,80	24	2,88	833	100,00
Martinho Campos	2.016	65,16	253	8,18	135	4,36	292	9,44	88	2,84	139	4,49	144	4,65	27	0,87	3.094	100,00
Fortuna de Minas	462	66,86	56	8,10	13	1,88	64	9,26	31	4,49	27	3,91	33	4,78	5	0,72	691	100,00
Total da região	17.487	26,20	24.889	37,29	4.506	6,75	8.780	13,15	3.136	4,70	4.941	7,40	1.851	2,77	1.158	1,73	66.748	100,00

FONTE: Elaborado a partir de dados do Censo Demográfico de Minas Gerais - IBGE-1980.

TABELA 22
Setor de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, segundo os municípios – 1991

Municípios	Setor de atividade																			
	Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca		Atividades industriais		Comércio de mercadorias		Prestação de serviços		Transportes, comunicações e armazenagem		Atividades sociais		Administração pública		Serviços auxiliares da ativ. Econômica		Outras atividades		Total	
	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%
Pará de Minas	4.255	16,74	8.976	35,31	2.941	11,57	4.365	17,17	1.352	5,32	1.545	6,08	627	2,47	812	3,19	546	2,15	25.419	100,00
Itaúna	2.261	8,13	11.740	42,21	3.423	12,31	4.942	17,77	1.284	4,62	2.273	8,17	853	3,07	613	2,20	426	1,53	27.815	100,00
Papagaio	964	19,88	2.044	42,14	278	5,73	802	16,54	144	2,97	253	5,22	84	1,73	129	2,66	152	3,13	4.850	100,00
Pitangui	1.460	17,85	2.992	36,59	814	9,95	1.100	13,45	355	4,34	694	8,49	369	4,51	205	2,51	188	2,30	8.177	100,00
Maravilhas	849	41,70	446	21,91	134	6,58	289	14,19	91	4,47	130	6,39	61	3,00	17	0,83	19	0,93	2.036	100,00
Igaratinga	633	23,02	1.129	41,05	230	8,36	280	10,18	268	9,75	100	3,64	74	2,69	13	0,47	23	0,84	2.750	100,00
Nova Serrana	802	8,70	6.239	67,70	647	7,02	505	5,48	231	2,51	424	4,60	107	1,16	176	1,91	84	0,91	9.215	100,00
Mateus Leme	2.696	26,46	2.651	26,02	810	7,95	1.881	18,46	565	5,55	631	6,19	463	4,54	230	2,26	262	2,57	10.189	100,00
Pequi	801	56,17	164	11,50	49	3,44	158	11,08	21	1,47	160	11,22	71	4,98	0	0,00	2	0,14	1.426	100,00
Florestal	772	37,04	490	23,51	110	5,28	242	11,61	43	2,06	283	13,58	112	5,37	23	1,10	9	0,43	2.084	100,00
Leandro Ferreira	711	61,35	155	13,37	55	4,75	113	9,75	9	0,78	85	7,33	31	2,67	0	0,00	0	0,00	1.159	100,00
São José da Varginha	706	64,07	44	3,99	93	8,44	80	7,26	39	3,54	78	7,08	51	4,63	7	0,64	4	0,36	1.102	100,00
Conceição do Pará	611	46,61	258	19,68	64	4,88	198	15,10	45	3,43	56	4,27	72	5,49	5	0,38	2	0,15	1.311	100,00
Onça de Pitangui	789	69,70	122	10,78	18	1,59	74	6,54	9	0,80	57	5,04	43	3,80	12	1,06	8	0,71	1.132	100,00
Martinho Campos	2.054	45,12	610	13,40	382	8,39	733	16,10	181	3,98	238	5,23	133	2,92	161	3,54	60	1,32	4.552	100,00
Fortuna de Minas	588	56,38	152	14,57	22	2,11	142	13,61	9	0,86	54	5,18	55	5,27	12	1,15	9	0,86	1.043	100,00
Total da região	20.952	20,10	38.212	36,65	10.070	9,66	15.904	15,25	4.646	4,46	7.061	6,77	3.206	3,08	2.415	2,32	1.794	1,72	104.260	100,00

FONTE: Elaborado a partir de dados do Censo Demográfico de Minas Gerais - IBGE-1991.

TABELA 23
Setor de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, segundo os municípios - 2000

Municípios	Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca		Ativ. Industriais		Construção		Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos		Alojamento e alimentação		Transporte, armazenagem e comunicação		Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	
	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%
Pará de Minas	2865	9,49	7100	23,51	2591	8,58	5816	19,26	1457	4,82	1859	6,15	1407	4,66
Itaúna	1947	5,83	8822	26,42	2555	7,65	6253	18,73	1068	3,20	1832	5,49	1826	5,47
Papagaios	762	14,78	1724	33,45	183	3,55	727	14,11	152	2,95	240	4,66	132	2,56
Pitangui	1377	15,16	1814	19,98	719	7,92	1254	13,81	453	4,99	621	6,84	292	3,22
Maravilhas	539	23,70	350	15,39	202	8,88	384	16,89	63	2,77	75	3,30	35	1,54
Igaratinga	619	19,06	1134	34,91	174	5,36	408	12,56	90	2,77	259	7,97	79	2,43
Nova Serrana	709	3,57	12980	65,43	1274	6,42	1710	8,62	251	1,27	424	2,14	544	2,74
Mateus Leme	1686	18,27	2321	25,15	626	6,78	1181	12,80	304	3,29	358	3,88	404	4,38
Pequi	687	40,36	98	5,76	168	9,87	152	8,93	52	3,06	39	2,29	14	0,82
Florestal	624	29,60	239	11,34	141	6,69	211	10,01	52	2,47	60	2,85	47	2,23
Leandro Ferreira	509	35,22	262	18,13	84	5,81	136	9,41	34	2,35	79	5,47	31	2,15
São José da Varginha	745	55,68	24	1,79	106	7,92	71	5,31	23	1,72	26	1,94	33	2,47
Conceição do Pará	586	36,13	235	14,49	136	8,38	146	9,00	38	2,34	70	4,32	24	1,48
Onça de Pitangui	861	66,38	64	4,93	56	4,32	60	4,63	24	1,85	53	4,09	17	1,31
Martinho Campos	1444	29,61	780	15,99	338	6,93	734	15,05	106	2,17	214	4,39	168	3,44
Fortuna de Minas	406	41,18	88	8,92	132	13,39	36	3,65	8	0,81	4	0,41	14	1,42
Total da região	16366	12,81	38035	29,76	9485	7,42	19279	15,09	4175	3,27	6213	4,86	5067	3,97

FONTE: Elaborado a partir de dados do Censo Demográfico de Minas Gerais - IBGE-2001.

TABELA 23 - *Cont.*

Setor de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, segundo os municípios - 2000

Municípios	Administração pública, defesa e seguridade social		Educação		Saúde e serviços sociais		Outros serviços coletivos, sociais e pessoais		Serviços domésticos		Ativ. mal definidas		Total	
	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%
Pará de Minas	976	3,23	1771	5,86	856	2,83	826	2,73	2621	8,68	59	0,20	30204	100,00
Itaúna	1275	3,82	1969	5,90	898	2,69	1284	3,85	3396	10,17	261	0,78	33386	100,00
Papagaios	143	2,77	317	6,15	116	2,25	113	2,19	540	10,48	5	0,10	5154	100,00
Pitangui	471	5,19	772	8,50	254	2,80	290	3,19	686	7,55	78	0,86	9081	100,00
Maravilhas	109	4,79	132	5,80	24	1,06	43	1,89	295	12,97	23	1,01	2274	100,00
Igaratinga	69	2,12	99	3,05	31	0,95	58	1,79	223	6,87	5	0,15	3248	100,00
Nova Serrana	327	1,65	353	1,78	71	0,36	403	2,03	645	3,25	147	0,74	19838	100,00
Mateus Leme	390	4,23	414	4,49	272	2,95	222	2,41	999	10,82	53	0,57	9230	100,00
Pequi	104	6,11	100	5,88	44	2,59	37	2,17	197	11,57	10	0,59	1702	100,00
Florestal	153	7,26	248	11,76	26	1,23	46	2,18	197	9,35	64	3,04	2108	100,00
Leandro Ferreira	77	5,33	58	4,01	22	1,52	31	2,15	122	8,44	0	0,00	1445	100,00
São José da Varginha	60	4,48	99	7,40	19	1,42	40	2,99	65	4,86	27	2,02	1338	100,00
Conceição do Pará	113	6,97	69	4,25	39	2,40	27	1,66	122	7,52	17	1,05	1622	100,00
Onça de Pitangui	45	3,47	38	2,93	14	1,08	8	0,62	57	4,39	0	0,00	1297	100,00
Martinho Campos	224	4,59	259	5,31	82	1,68	104	2,13	381	7,81	43	0,88	4877	100,00
Fortuna de Minas	55	5,58	53	5,38	22	2,23	13	1,32	138	14,00	17	1,72	986	100,00
Total da região	4591	3,59	6751	5,28	2790	2,18	3545	2,77	10684	8,36	809	0,63	127790	100,00

FONTE: Elaborado a partir de dados do Censo Demográfico de Minas Gerais - IBGE-2001.

Na TABELA 24, sintetizaram-se os dados das tabelas anteriores, buscando uma padronização da divisão dada aos setores, visto que existe uma variação na divisão dos setores da economia adotada pelo IBGE nos Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000, devido às mudanças de metodologia adotada nos Censos. Na tabela a seguir, as diversas atividades foram agrupadas por setores da economia.

TABELA 24

Evolução dos setores da economia, por mão-de-obra empregada (pessoas com 10 anos ou mais), Pará de Minas e região

Anos	Regiões	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
		Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%
1970	Pará de Minas	2.282	24,56	3.117	33,55	3.891	41,88	9.290	100,00
	Região de influência	16.928	48,14	7.674	21,82	10.565	30,04	35.167	100,00
1980	Pará de Minas	2.569	15,63	6.816	41,47	7.052	42,90	16.437	100,00
	Região de influência	14.918	29,65	18.073	35,92	17.320	34,43	50.311	100,00
1991	Pará de Minas	4.255	16,74	8.976	35,31	12.188	47,95	25.419	100,00
	Região de influência	16.697	21,18	29.236	37,08	32.908	41,74	78.841	100,00
2000	Pará de Minas	2.865	9,49	9.691	32,09	17.648	58,43	30.204	100,00
	Região de influência	13.501	13,83	37.829	38,76	43.665	44,75	97.586	100,00

Fonte: Elaborado a partir de dados dos Censos Demográficos de Minas Gerais - IBGE-1970 a 2000.

Com essa nova tabela pode-se verificar a evolução da mão-de-obra empregada e sua dinâmica. Em Pará de Minas houve uma queda abrupta do setor primário, que passou de 24,56% para 9,49% do total de mão-de-obra empregada de 1970 a 2000; o setor secundário que em 1970 representava 33,55% da mão-de-obra cresceu em 1980 e 1991, mas decresceu em 2000 chegando a 32,09%; o setor terciário foi o que mais cresceu, passando de 41,88% para 58,43%, de 1970 a 2000. Na região de influência da Fapam, de 1970 a 2000, houve queda somente do setor primário, que passou de 48,14% para 13,83%, o setor secundário cresceu de 21,82% para 38,76% e o terciário, de 30,04% para 44,75%.

Um dos indicadores de desenvolvimento econômico é a passagem de uma economia predominantemente agrícola para uma economia industrial e de serviços. Pelos dados da TABELA 24, constata-se que ocorre a transposição da mão-de-obra do setor primário para o secundário e terciário, demonstrando claramente o desenvolvimento econômico da região.

Outro indicador para medir a contribuição da Fapam ao desenvolvimento de Pará de Minas e da região é o Produto Interno Bruto *per capita*. Há apenas dados disponíveis para o período de 2000 a 2003. A TABELA 25 traz os dados da evolução do PIB *per capita* em Pará de Minas e na região fazendo o contraponto com os de Minas Gerais e do Brasil.

Pela TABELA 25, constata-se que a situação média da região superou o PIB *per capita* de Minas Gerais nos anos de 2002 e 2003, principalmente devido ao aumento expressivo nos municípios de Juatuba (atuação da Ambev), Maravilhas (extração de ardósia) e São José da Varginha (plantação de tomates). O PIB *per capita* de Pará de Minas superou os de Minas Gerais em todos os anos, mas ficou abaixo do Brasil também em todo o período. Pará de Minas e sua região de influência tiveram um crescimento mais expressivo do que Minas Gerais e o Brasil, neste período.

Tabela 25

PIB <i>per capita</i> a preços correntes dos Municípios da região (R\$)					
Municípios e regiões	PIB <i>per capita</i>				% crescimento 2003/2000
	2000	2001	2002	2003	
Pará de Minas	6261	6643	7292	8616	37,61
Itaúna	5976	6328	7058	8361	39,91
Papagaios	3771	4589	5281	5957	57,97
Pitangui	4729	4367	4993	5931	25,42
Maravilhas	3361	3557	4840	5708	69,83
Igaratinga	5289	5530	5624	5863	10,85
Juatuba	17870	20170	26871	28311	58,43
Nova Serrana	5235	5055	5327	6072	15,99
Mateus Leme	6009	6584	5923	6840	13,83
Pequi	4294	4352	5421	5808	35,26
Florestal	3488	3673	4365	4800	37,61
Leandro Ferreira	3271	3467	4274	4096	25,22
São José da Varginha	5679	6933	13928	15537	173,59
Conceição do Pará	7689	6476	6920	9724	26,47
Onça de Pitangui	4401	4830	5261	6450	46,56
Martinho Campos	4136	4016	4204	5361	29,62
Fortuna de Minas	4466	4317	5127	5263	17,85
Região Pará de Minas	5643	5935	7218	8159	44,59
Minas Gerais	5888	6215	6775	7709	30,93
Brasil	6430	6896	7631	8694	35,21

Fonte: IBGE,2005.

Notas: Valores em Reais. Em 2003 dados sujeitos a revisão.

No capítulo anterior, foi mostrado como a economia de Pará de Minas e região se desenvolveu durante sua história. O crescimento populacional, juntamente com o

deslocamento crescente das parcelas da população rural para a urbana, das atividades do setor primário para as dos setores secundários e terciários, demonstrou o desenvolvimento econômico da região. Por fim, não se deve esquecer que a Fapam também é um empreendimento econômico que gera emprego, renda e atrai recursos para Pará de Minas e região e que termina, de várias formas, melhorando a economia local.

5.2 O desenvolvimento social de Pará de Minas e região de influência da Fapam

O primeiro indicador analisado para o desenvolvimento social de Pará de Minas e região consiste na evolução da qualidade da educação oferecida nas cidades da região. O percentual de docentes com ensino superior completo que atuam no ensino médio na região de Pará de Minas (TABELA 26), no período entre 1999 e 2003, cresceu 12,05%, enquanto no Estado o crescimento foi de 11,58%. As cidades de Papagaios, Maravilhas, Igaratinga, Mateus Leme, Leandro Ferreira e Onça de Pitangui demonstraram um crescimento muito elevado (acima de 25%). Nessas cidades, a atuação da Fapam na formação dos professores é mais contundente, pelo menos nesses últimos anos disponíveis para análise.

Nem todos os alunos formados pela Fapam nas licenciaturas acabam por atuar como professores na região. Entretanto, o aumento do percentual de professores com curso superior completo evidencia a contribuição que a Fapam dá à região, principalmente em municípios como Papagaios, Maravilhas, Igaratinga, Mateus Leme, Leandro Ferreira, Conceição do Pará, Onça de Pitangui, Martinho Campos e Fortuna de Minas, que têm Pará de Minas como a cidade mais próxima com cursos de licenciatura.

TABELA 26
% de docentes com ensino superior completo no ensino médio por municípios – 1999 a 2003

Municípios	1999	2000	2001	2002	2003	% de crescimento 2003/1999
Pará de Minas	84,28	85,02	78,65	77,63	78,08	-7,36
Itaúna	83,40	85,77	85,35	85,33	83,52	0,14
Papagaios	70,83	82,14	85,00	91,43	94,59	33,55
Pitangui	69,29	62,12	65,91	60,42	68,94	-0,51
Maravilhas	58,33	67,86	60,87	73,68	77,78	33,34
Igaratinga	56,00	61,54	80,95	85,19	72,41	29,30
Juatuba	65,08	62,89	55,13	52,05	66,67	2,44
Nova Serrana	78,50	86,79	71,05	81,82	76,58	-2,45
Mateus Leme	70,10	75,38	85,51	83,78	88,31	25,98
Pequi	95,00	94,74	80,95	93,33	100,00	5,26
Florestal	84,62	86,36	91,78	93,83	81,4	-3,81
Leandro Ferreira	66,67	83,33	86,96	86,67	90,00	34,99
São José da Varginha	87,50	95,24	93,33	92,86	92,31	5,50
Conceição do Pará	56,25	61,54	55,00	70,37	65,38	16,23
Onça de Pitangui	50,00	52,63	56,25	76,47	66,67	33,34
Martinho Campos	59,62	44,44	56,10	60,98	65,85	10,45
Fortuna de Minas	47,06	73,33	48,00	66,67	56,52	20,10
Média da região	69,56	74,18	72,75	78,38	77,94	12,05
Média de Minas Gerais	66,59	69,08	71,97	73,90	74,30	11,58

FONTE: Dados do Atlas da Educação em Minas Gerais.

Um segundo indicador para analisar a contribuição da Fapam para o desenvolvimento social pode ser medido pelo rendimento médio do setor formal da economia. O PIB mede o total da riqueza gerada no município, mas não sua distribuição aos trabalhadores. Pelo PIB, a riqueza pode ser transferida para as sedes das empresas em outras localidades ou se concentrar nos estratos sociais mais elevados da população. Na TABELA 27 são apresentados os dados sobre os rendimentos dos empregados do setor formal da economia.

Os dados foram obtidos dividindo-se o total da renda do setor formal da economia pelo número de empregados no setor. Os dados disponíveis referem-se a 2000, 2001, 2002 e 2003 e foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho.

TABELA 27
Rendimento médio do setor formal (R\$)

Municípios e regiões	2000	2001	2002	2003	% crescimento 2003/2000
Pará de Minas	569,07	579,1	569,87	551,4	-3,11
Itaúna	690,3	720,96	706,16	678,02	-1,78
Papagaios	322,31	378,34	377,87	380,98	18,20
Pitangui	501,94	523,31	518,5	507	1,01
Maravilhas	371,48	402,19	408,78	410,85	10,60
Igaratinga	444,4	468,37	467,77	462,37	4,04
Juatuba	1.029,57	969,56	985,77	771,18	-25,10
Nova Serrana	371,69	408,53	405,12	395,17	6,32
Mateus Leme	608,13	613,16	634,21	615,76	1,25
Pequi	447,49	444,6	431,8	406,57	-9,14
Florestal	420,18	464,53	469,22	450,03	7,10
Leandro Ferreira	509,67	498,44	515,07	507,13	-0,50
São José da Varginha	456,41	485,77	469,24	452,8	-0,79
Conceição do Pará	533,51	589,17	588,24	603,19	13,06
Onça de Pitangui	413,38	510,15	483,61	459,97	11,27
Martinho Campos	350,28	381,63	372,68	403,87	15,30
Fortuna de Minas	358,39	442,21	459,85	420,39	17,30
Média da região	494,01	522,35	521,40	498,63	0,94
Média de Minas Gerais	490,95	512,35	502,97	486,63	-0,88

FONTE: IMRS, 2005.

Nota: Os valores correntes dos rendimentos foram convertidos em valores de 2004 pelo INPC.

Pela TABELA 27, percebe-se que os rendimentos médios dos trabalhadores em Pará de Minas e sua região de influência ficaram acima da média do estado nos quatro anos analisados. Entretanto, em Pará de Minas o rendimento médio caiu 3,11%. Na região de influência da Fapam, o crescimento foi de 0,94%, melhor que o de Minas Gerais que caiu 0,88%.

A renda é uma variável diretamente proporcional ao nível de escolaridade das pessoas. A elevação do grau de escolaridade das pessoas faz com que a renda destas também aumente. A Fapam ao elevar o grau de escolaridade das pessoas que trabalham na região, contribui direta e indiretamente para o aumento da riqueza e da remuneração do trabalho e, conseqüentemente, dos rendimentos das pessoas como empresários, técnicos e operários. A melhoria da educação cria um “círculo virtuoso” de desenvolvimento, em que mais educação gera mais renda e mais renda gera melhor qualidade de vida, mais desenvolvimento e maior

demanda por educação.

O rendimento médio do setor formal da economia, apresentado na TABELA 27, além de ser um indicador social, ao ser analisado juntamente com a evolução do PIB *per capita* (TABELA 25) pode ser um bom indicador de desenvolvimento regional, na medida em que os dados de 2000 a 2003 de Pará de Minas são superiores à média mineira e brasileira.

Neste melhor desempenho há uma contribuição positiva da educação no aumento de renda. No entanto, quando se comparam os dados das tabelas do PIB *per capita* com os dados do rendimento médio, tendo-se referência Pará de Minas, constata-se que o PIB *per capita* de 2000 a 2003 sempre foi significativamente crescente e o rendimento médio tem decrescido em 2002 e 2003 para o nível igual e inferior ao de 2000. Se este dado for verdadeiro, a educação é um fator que melhora a produção da riqueza na região e a sua distribuição quando comparada com outras regiões mineiras, mas não tem tido a mesma eficácia na distribuição da renda intra-região.

O aumento do PIB e da renda também influencia positivamente o desempenho da economia regional como um todo, aumentando o nível de consumo das pessoas, de qualidade de vida e de crescimento de todos os setores em seu conjunto.

O terceiro grupo de indicadores utilizados neste capítulo para demonstrar o desenvolvimento social de Pará de Minas e região, foram os coletados por Paulo Haddad (2004)²⁷ para medir as forças e fraquezas dos municípios mineiros. Foram eles: (1) Índice de Pobreza; (2) Índice de Desigualdade; (3) Índice de Exclusão Social; (4) Índice de Qualidade Institucional dos Municípios (IQIM); (5) Taxa de Crescimento da Renda; (6) Índice do Potencial de Desenvolvimento do Município (IPDM); conforme dados da TABELA 28. Cabe ressaltar que os dados foram considerados para o ano 2000, não tendo disponíveis séries históricas para a região.

²⁷ Os índices foram inspirados em Haddad (2004) e foram calculados no estudo das áreas deprimidas do Brasil elaborado pelo Consórcio Monitor/Boucincas e Campos para o Ministério do Planejamento.

O Índice de Pobreza mede a porcentagem de chefes de família abaixo da linha de pobreza, que foi fixado em um salário mínimo nominal. Ele é um bom indicador social para analisar a contribuição da Fapam, pois quanto maior o nível educacional menor deverá ser o índice de pobreza. Esse índice varia de 0 a 1 e a média para a região foi de 0,570. Sendo assim, a região está em um patamar não muito bom em termos absolutos, mas, se comparada aos demais municípios do estado, sua posição é relativamente boa. Pará de Minas se encontra entre os cem melhores municípios de Minas Gerais quanto ao Índice de Pobreza.

O Índice de Desigualdade reflete a situação social do município e é calculado pela razão entre a quantidade de chefes de família que ganham acima de 10 salários e o número de chefes de família que ganham abaixo disso, também varia de 0 a 1. Assim como o índice de Pobreza, é um bom indicador do desenvolvimento social e serve para evidenciar a má distribuição da renda. Para a região, esse índice foi de 0,072, o que representa um alto nível de desigualdade social, pois quanto mais próximo de 1, nesse índice, melhor. A desigualdade social – uma realidade no Brasil – é também marcante na região estudada. A elevação do nível educacional da população pode levar a uma distribuição da renda mais igualitária, ao passo que a remuneração dos trabalhadores tende a ser mais homogênea quando os níveis educacionais são elevados.

O Índice de Exclusão Social, que foi de 0,502 para a região, é mensurado por meio de uma combinação de aspectos relacionados a um padrão de vida digno, grau de conhecimento e risco juvenil, e também varia de 0 a 1. Portanto, o índice está longe da excelência (1,0), e as cidades da região ainda têm muito que fazer para diminuir a exclusão social. O índice mostra como a educação pode contribuir para a melhoria das condições de vida, visto que sua composição leva em conta o número médio de anos de estudo dos chefes de família, a partir disso pode-se perceber a importância da Fapam para diminuir a exclusão.

O Índice de Qualidade Institucional do Município, que varia de 1 a 6, foi de 3,138 para

a média da região. Nesse índice, quanto maior, melhor a situação do município, ele abrange três conjuntos de sub-indicadores com peso idêntico: **grau de participação** (existência de conselhos, conselhos instalados, conselhos paritários, conselhos deliberativos, conselhos que administram Fundos), **capacidade financeira** (existência de consórcios, receita corrente/dívida, poupança real *per capita*) e **capacidade gerencial** (IPTU/ano da planta, IPTU/adimplência, instrumentos de gestão, instrumentos de planejamento). O índice não inclui a educação de forma direta em sua mensuração, mas como mede o grau de qualidade da gestão pública e da participação social, conclui-se que a educação atua indiretamente em sua melhoria, pois quanto maior a educação das pessoas maior a participação social das mesmas.

O Índice do Potencial de Desenvolvimento do Município foi mensurado a partir de 21 variáveis observadas nos 5.507 municípios brasileiros pelo Consórcio Monitor/Boucintas e Campos para o projeto de Atualização dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, coordenado pelo Ministério do Planejamento. Este índice foi construído para avaliar o potencial de desenvolvimento dos municípios brasileiros como um dos componentes que permitem delimitar as áreas economicamente deprimidas do País. O índice da região da Fapam foi de 113,79, ficando acima do índice médio (= 100).

Pela análise desses indicadores constatou-se que a situação social da região de Pará de Minas encontra-se numa situação levemente superior à média do estado. Relativamente, a região demonstra um desenvolvimento social melhor do que o de outras regiões do estado, como Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte de Minas, Vale do Rio Doce, Central Mineira, Noroeste de Minas e Zona da Mata.

TABELA 28
Indicadores econômicos, sociais e político-administrativos

Municípios e regiões	Índice de Pobreza	Índice de Desigualdade	Índice de Exclusão Social	IQIM	2000/1991 Taxa de Crescimento da Renda	Potencial de Desenvolvimento
Pará de Minas	0,671	0,122	0,555	2,880	9,26	143,05
Itaúna	0,703	0,139	0,573	3,770	10,56	146,19
Papagaios	0,548	0,089	0,489	2,590	6,59	94,38
Pitangui	0,603	0,080	0,523	3,090	10,19	132,12
Maravilhas	0,495	0,058	0,474	3,070	-0,16	93,79
Igaratinga	0,635	0,037	0,503	3,220	6,03	101,77
Juatuba	0,534	0,065	0,473	3,950	6,84	108,38
Nova Serrana	0,722	0,071	0,546	3,000	18,20	127,60
Mateus Leme	0,539	0,072	0,495	3,390	10,53	116,93
Pequi	0,475	0,075	0,473	2,740	3,92	110,34
Florestal	0,640	0,093	0,532	3,510	4,31	120,44
Leandro Ferreira	0,560	0,061	0,486	2,930	13,13	96,63
São José da Varginha	0,417	0,036	0,460	2,830	0,81	107,75
Conceição do Pará	0,482	0,045	0,481	2,990	9,49	100,16
Onça de Pitangui	0,549	0,070	0,453	3,200	16,82	102,13
Martinho Campos	0,560	0,069	0,505	3,260	14,77	116,14
Fortuna de Minas	0,560	0,049	0,519	2,930	7,26	116,70
Média da Região	0,570	0,072	0,502	3,138	8,74	113,79

FONTE: Adaptado a partir de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano e Haddad (2004).

Um quarto grupo de indicadores para medir a contribuição da Fapam ao desenvolvimento social de Pará de Minas e região, provém de dados sobre demografia, saúde e qualidade de vida nos municípios. Para medir a contribuição da educação em todos os níveis do desenvolvimento social não basta considerar o crescimento demográfico, se ele não vier acompanhado pelo crescimento da qualidade de vida das pessoas pode até ser um indicador de subdesenvolvimento. O acesso a bens e serviços, à saúde, à educação e ao emprego são imprescindíveis para indicar um elevado patamar de desenvolvimento social.

O aumento da esperança de vida e a redução da mortalidade infantil são dois indicadores de desenvolvimento social que estão ligados à melhoria na educação, no acesso aos serviços médicos e de saneamento básico. Os indicadores de esperança de vida ao nascer (número médio de anos que as pessoas vivem) e de mortalidade infantil (número de crianças que não sobrevivem por cada 1.000 nascidas vivas) pontuam a contribuição da Fapam ao

desenvolvimento social de Pará de Minas e região. A educação eleva o nível de consciência das pessoas em todos os sentidos, especialmente nos aspectos sanitários.

Na TABELA 29, comparam-se os dados sobre esperança de vida ao nascer e mortalidade até um ano de idade de 1991 e 2000. Pelo exame dos dados, constata-se que em Pará de Minas, sede da Fapam, a esperança de vida ao nascer, em 1991 e 2000, era superior à média da região e do Estado de Minas Gerais e que, de 1991 a 2000, houve um aumento da esperança de vida na ordem de 7,72% um crescimento superior à média da região e do Estado. Parte da melhoria deste indicador de desenvolvimento social deve ser atribuída à influência da educação ministrada pela Fapam e à ação dos educadores por ela formados que atuam na região. Da mesma maneira, a média da região de influência da Fapam sobre a média do estado, neste indicador, é outra evidência da melhora trazida pela educação, entre outros fatores.

A mortalidade infantil em Pará de Minas, de 1991 a 2000, caiu 37,86%; a redução média na região foi de 26,87% e, no Estado, foi de 21,59% no mesmo período. É bem provável que na redução da mortalidade infantil, maior em Pará de Minas e na região do seu entorno do que a média do Estado, haja a contribuição significativa, direta e indireta, da elevação da escolaridade e da educação na região como um todo, comprovando a contribuição positiva da Fapam no desenvolvimento social regional.

TABELA 29
Melhoria dos Indicadores de longevidade e mortalidade em Pará de Minas, região e em Minas Gerais

Municípios	Esperança de vida ao nascer		% crescimento	Mortalidade até 1 ano de idade		% crescimento
	1991	2000		1991	2000	
Pará de Minas	69,4	74,76	7,72	25,75	16	-37,86
Itaúna	68,85	75,22	9,25	27,2	14,95	-45,04
Papagaios	68,02	68,43	0,60	33,96	33,62	-1,00
Pitangui	69,4	75,21	8,37	25,75	14,97	-41,86
Maravilhas	66,06	71,22	7,81	35,09	25,1	-28,47
Igaratinga	66,87	69,62	4,11	32,68	29,84	-8,69
Juatuba	64,06	69,87	9,07	41,44	29,06	-29,87
Nova Serrana	70,87	75,37	6,35	22,12	14,62	-33,91
Mateus Leme	64,25	68,19	6,13	40,84	34,42	-15,72
Pequi	67,62	72,15	6,70	30,55	22,54	-26,22
Florestal	68,91	74,76	8,49	27,03	16	-40,81
Leandro Ferreira	61,79	69,77	12,91	49,42	29,38	-40,55
São José da Varginha	69,4	73,9	6,48	25,75	18,05	-29,90
Conceição do Pará	66,87	73,5	9,91	32,68	19,03	-41,77
Onça de Pitangui	69,4	74,38	7,18	25,75	16,89	-34,41
Martinho Campos	67,12	69,92	4,17	31,98	28,9	-9,63
Fortuna de Minas	62,49	65,91	5,47	46,87	42,5	-9,32
Média Região Fapam	67,14	71,89	7,07	32,64	23,87	-26,87
Minas Gerais	66,36	70,55	6,31	35,39	27,75	-21,59

FONTE: Adaptado dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Além da educação, a elevação da esperança de vida ao nascer e a diminuição da mortalidade infantil são fruto de um acesso maior aos serviços de saúde e melhora das condições de saneamento básico. Entretanto, deve-se lembrar que a educação promove uma mudança cultural nas pessoas, cria nelas uma consciência de que podem levar a uma vida mais digna. Desperta nelas a consciência da maternidade responsável que inclui o uso de métodos contraceptivos e cuidados e práticas de higiene pessoal que aumentam a esperança de vida ao nascer e ajudam na redução da mortalidade até um ano de idade. Os estudos da Organização Mundial da Saúde têm mostrado que quanto maior o grau de instrução da população de um país ou região, mais facilmente se operam essas mudanças de comportamento e melhoram os níveis de saúde e de qualidade de vida.

A atuação dos professores no ensino básico foi e é imprescindível para incutir nos jovens a importância de certos valores e comportamentos necessários à mudança social dos

hábitos individuais e coletivos de uma região. A importância da Fapam na formação de professores que atuam e atuaram no ensino fundamental e médio na região paraminense foi marcante, pois, a partir de sua criação, professores com melhor qualificação passaram a ministrar aulas melhores, elevando o nível de informação e de conscientização da população da cidade e de sua área de influência.

Além da educação e dos serviços médicos, aumentou no período de 1991 a 2000, o acesso a serviços prioritários como água encanada, energia elétrica e coleta de lixo como revelam os dados da TABELA 30. As duas cidades que possuem um melhor desempenho nestes indicadores, que são superiores à média da região e do Estado, são Pará de Minas e Itaúna, indicando que há uma correlação entre acesso à água encanada, energia elétrica e coleta de lixo com aumento da esperança de vida e redução da mortalidade (TABELA 30) e com a educação. O aumento do nível de escolaridade torna o cidadão mais exigente, cria uma pressão sobre a melhora de qualidade de vida e por novos serviços por parte do poder público e das empresas concessionárias destes serviços.

Pode-se imaginar que Pará de Minas e Itaúna tenham um melhor acesso a esses três serviços porque a elevação do nível de educação, em todos os níveis, venha da década de 1970, e que seus efeitos sejam cumulativos. O crescimento percentual dos serviços nas cidades da região de influência da Fapam pode ser explorado como decorrência da educação que, ao elevar o nível de consciência do cidadão, pressiona por maior qualidade de vida pela ampliação da oferta de serviços básicos essenciais à saúde e que indiquem maior conforto.

O destaque fica para o percentual de domicílios com serviço de coleta de lixo disponível, que passou de 46,01% para 89,14% na região de influência da Fapam. No entanto, é o único que permanece abaixo da média do estado (92,25%).

TABELA 30
Crescimento do acesso aos serviços prioritários em Pará de Minas, região e Estado - 1991 e 2000

Municípios e regiões	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada		% crescimento	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira		% crescimento	Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo		% crescimento
	1991	2000		1991	2000		1991	2000	
	Pará de Minas	92,49		97,24	5,14		84,55	96,16	
Itaúna	92,44	98,39	6,44	83,37	97,27	16,67	91,59	99,13	8,23
Papagaios	65,98	87,75	32,99	67,57	86,86	28,55	25,51	86,19	237,87
Pitangui	84,97	95,75	12,69	75,15	94,45	25,68	66,56	91,01	36,73
Maravilhas	64,85	86,16	32,86	64,04	88,4	38,04	35,2	74,47	111,56
Igaratinga	83,08	96,6	16,27	75,15	94,7	26,01	66,54	95,23	43,12
Juatuba	85,68	89,76	4,76	64,73	88,92	37,37	20,63	76,39	270,29
Nova Serrana	88,88	97,52	9,72	82,05	96,06	17,07	77,35	97,54	26,10
Mateus Leme	75,09	87,9	17,06	61,39	87,43	42,42	48,48	68,12	40,51
Pequi	70,47	93,3	32,40	67,42	88,45	31,19	24,76	91,16	268,17
Florestal	88,35	96,68	9,43	74,17	95,93	29,34	83,69	97,8	16,86
Leandro Ferreira	64,53	91,45	41,72	59,89	90,36	50,88	33,13	90,38	172,80
São José da Varginha	80,99	90,47	11,71	71,14	91,84	29,10	9,38	86,22	819,19
Conceição do Pará	79,75	94,65	18,68	66,36	92,19	38,92	26,5	96,65	264,72
Onça de Pitangui	65,72	94,1	43,18	62,53	92,86	48,50	14,53	92,44	536,20
Martinho Campos	70,32	88,64	26,05	66,34	92,16	38,92	35,57	83,61	135,06
Fortuna de Minas	67,38	87,56	29,95	55,26	87,78	58,85	46,33	92,12	98,83
Média Região Fapam	77,7	92,58	19,15	69,48	91,87	32,23	46,01	89,14	93,74
Minas Gerais	73,81	87,2	18,14	62,39	83,62	34,03	71,21	92,25	29,55

FONTE: Adaptado dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Um quinto indicador de desenvolvimento social foi o índice de violência. De novo, parece haver uma relação positiva entre elevação da educação e a redução de homicídios. Na TABELA 31, expõem-se os dados de óbitos provocados por causas externas em Pará de Minas e nos municípios de influência da Fapam segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)²⁸

²⁸ Dados levantados pelo SIM – Ministério da Saúde – DataSUS, segundo o Código Internacional de Doenças (CID 10:X85-Y09).

TABELA 31
Óbitos por causas externas – Região de Pará de Minas
Grande grupo CID10: X85-Y09 - agressões

	2000	2001	2002	2003
Pará de Minas	10	8	-	5
Itaúna	3	4	3	5
Papagaios	2	1	3	3
Pitangui	-	-	4	1
Maravilhas	-	1	-	-
Igaratinga	-	-	-	1
Juatuba	2	-	5	5
Nova Serrana	1	3	2	5
Mateus Leme	2	4	7	7
Pequi	1	-	1	-
Florestal	1	-	-	1
Leandro Ferreira	-	-	-	-
São José da Varginha	-	-	-	-
Conceição do Pará	-	-	-	1
Onça de Pitangui	-	-	-	-
Martinho Campos	2	2	2	1
Fortuna de Minas	-	-	-	-
Total da região	24	23	27	35
Total de Minas Gerais	2056	2344	2977	3822

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Pelo exame da TABELA 31, constata-se que os homicídios caem pela metade em Pará de Minas e permanecem mais ou menos estacionários em Itaúna. Aumentam em Juatuba, Mateus Leme e Nova Serrana, municípios que atraem muitos migrantes. O aumento de homicídios, de 2000 a 2003, na região de influência da Fapam (45,83%) foi bem menor que o de Minas Gerais (85,89%). É possível que este dado reflita novamente a positividade da educação e o desenvolvimento social, pois sua elevação gera maior sociabilidade, respeito ao outro e menor violência.

Por fim, um sexto indicador de desenvolvimento social foi o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP) no esforço de medir anualmente a responsabilidade social dos municípios mineiros e fazer comparações entre eles. Na construção do IMRS, os indicadores de cada tema são transformados em índices, com valores entre 0 e 1, pela fórmula geral: $(\text{Valor observado} - \text{pior valor}) / (\text{melhor valor} - \text{pior valor})$. O índice de cada tema é obtido por meio da média ponderada dos índices dos indicadores que o compõem. Da mesma forma, calculam-se o índice de cada dimensão (média ponderada dos índices dos temas que a compõem) e o IMRS (média ponderada dos

índices das dimensões). Os pesos definidos para cada dimensão e indicador, bem como os valores-limite da fórmula de normalização (pior e melhor) utilizados, estão registrados na TABELA 35, ANEXO D ²⁹.

O IMRS visa medir o nível de desenvolvimento de cada município, representado por informações de um conjunto de indicadores sociais: educação, saúde, segurança pública, emprego e renda, demografia, gestão, habitação, infra-estrutura, meio ambiente, cultura, lazer e desporto. ³⁰

O exame da TABELA 32, que contém os dados do IMRS vem confirmar as evidências anteriores de que há uma correlação positiva entre melhoria na educação e maior desenvolvimento social. Nos dois municípios onde existem instituições de ensino superior e os efeitos da qualificação de professores têm se derramado sobre os níveis dos ensinos fundamental e médio, os dados do IMRS são significativamente superiores. Os municípios de Itaúna e Pará de Minas, que possuem instituições de ensino superior a mais tempo, mostraram índices superiores às médias da região de influência da Fapam, do Estado de Minas Gerais e da microrregião de Belo horizonte.

Os efeitos da melhoria da educação superior sobre os demais níveis, iniciaram-se antes em Itaúna do que em Pará de Minas e se deram com mais intensidade nesses do que nos municípios circunvizinhos.

Finalmente, os efeitos educacionais positivos medem-se pelos melhores resultados do IMRS nos municípios que formam a área de influência da Fapam. A média de desempenho é superior à média mineira em 2000, 2002 e 2004 e é muito próxima da microrregião de Belo Horizonte que é a mais desenvolvida do Estado.

²⁹ A FJP optou pela utilização dos registros administrativos, que apresentam periodicidade curta e constituem a única fonte de dados disponível com abrangência municipal.

³⁰ Não se pode desconhecer a precariedade atual destas estatísticas no Brasil. Isso vale também para os municípios mineiros, isso pode afetar seu significado, abrangência e comparabilidade. Porque muitos fatos administrativos tendem a não serem contabilizados e outros o são de forma inadequada. As informações neles baseadas podem distorcer as comparações municipais, mas, por outro lado, são as únicas que dispomos. (IMRS, 2005).

TABELA 32
Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Pará de Minas e região de influência da Fapam

Município	2000	2002	2004
Pará de Minas	0,693	0,661	0,684
Itaúna	0,705	0,670	0,698
Papagaios	0,599	0,609	0,611
Pitangui	0,624	0,639	0,635
Maravilhas	0,610	0,582	0,588
Igaratinga	0,651	0,635	0,603
Juatuba	0,690	0,701	0,705
Nova Serrana	0,651	0,664	0,629
Mateus Leme	0,645	0,624	0,613
Pequi	0,677	0,628	0,663
Florestal	0,656	0,652	0,665
Leandro Ferreira	0,654	0,614	0,617
São José da Varginha	0,632	0,624	0,625
Conceição do Pará	0,541	0,553	0,522
Onça de Pitangui	0,527	0,523	0,564
Martinho Campos	0,634	0,634	0,630
Fortuna de Minas	0,589	0,600	0,656
Média da região de Pará de Minas	0,630	0,622	0,627
Média Mesorregião Jequitinhonha	0,515	0,516	0,512
Média Microrregião BH	0,640	0,637	0,630
Média de Minas Gerais	0,591	0,587	0,587

FONTE: IMRS, 2005.

5.3 A contribuição da Fapam ao desenvolvimento econômico e social de Pará de Minas e região de influência

Em síntese, a contribuição da Fapam ao desenvolvimento, nos seus 37 anos de formação de professores, pôde ser medida pelos vários indicadores apresentados e discutidos nesse capítulo.

Há uma relação direta e indireta entre melhoria na educação e maior desenvolvimento econômico e social, como foi analisado pela revisão da literatura feita no segundo capítulo. Partindo dessa suposição, procurou-se, neste item, medir a contribuição da Fapam ao desenvolvimento social de Pará de Minas e da região de sua influência.

Em síntese, essa pesquisa mostrou que há uma relação positiva entre a ação da Fapam ao melhorar o nível de qualificação dos professores que se estenderam para o ensino fundamental e médio em Pará de Minas e nos municípios de sua área de influência. Os efeitos

positivos da Fapam fizeram-se sentir direta e indiretamente no desenvolvimento econômico e social. No desenvolvimento econômico, a contribuição da Fapam foi comprovada por diversos indicadores: a mudança do setor primário para uma economia industrial e de serviços; por um aumento da população urbana comparada com a rural e pela elevação do PIB *per capita*.

Certamente, a positividade desta contribuição será mais bem medida daqui alguns anos. Nossa suposição, baseada na literatura, é que a formação dos professores, ao melhorar o ensino fundamental e médio, contribui para elevar o nível educacional dos cidadãos e dos produtores como um todo. Novas plantas produtivas, ao optar por estabelecerem-se em determinadas cidades, levam em consideração o nível de qualificação da mão-de-obra e o nível intelectual das pessoas e a qualidade da educação nela fornecida em todos os níveis. Se não existir um nível adequado de mão-de-obra, qualificação e um bom sistema de ensino em todos os níveis, diversas empresas que se estabeleceram em Pará de Minas teriam preferido outras praças ou teriam tido maiores dificuldades operacionais para estabelecerem-se e para crescer. A região, ao contar com melhor sistema e nível educacional, passou a ser mais atrativa para novos investimentos e foi capaz de agregar maior valor à sua produção.

A elevação do grau de instrução das pessoas gera um aumento da capacidade produtiva. O aumento de produtividade, tão comumente requerido pelos analistas econômicos para o crescimento e o desenvolvimento sustentável da economia, exige uma elevação da qualidade da mão-de-obra. Diante desse pressuposto, a educação torna-se imprescindível para o desenvolvimento.

Os quatro pilares da educação contemporânea, propostos pela UNESCO, “aprender a ser”, “aprender a fazer”, “aprender a viver juntos” e “aprender a conhecer” constituem pontos fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. Segundo Delors (2000, p. 93), “aprender a fazer não pode, pois, continuar a ter o significado simples de preparar alguém para uma

tarefa material bem determinada, para fazê-lo participar no fabrico de alguma coisa”. Mais e mais as atividades industriais exigem maior domínio cognitivo das pessoas do que simplesmente o conhecimento técnico para operar máquinas ou desempenhar tarefas específicas. Nesse contexto, a competência pessoal sobrepuja a qualificação profissional.

O “aprender a viver juntos” constitui uma forma de a educação contribuir para uma convivência mais harmoniosa entre as pessoas. Isso é essencial para um desenvolvimento social maior. A educação também deve propiciar o “aprender a conhecer”, isto é, criar pessoas com autonomia para aprender coisas novas assim como criar e gerar novos conhecimentos.

Pessoas com maior nível intelectual têm sua capacidade de trabalho aumentada e isso, por sua vez, faz com que a renda também se eleve, o que acaba por aumentar os níveis tanto de consumo quanto de poupança da região. Um aumento do nível de poupança, ou seja, uma acumulação de capital é necessária para a alavancagem do crescimento econômico, e a elevação do consumo faz com que a economia torne-se dinâmica e variada, configurando um “círculo virtuoso”.

A escolaridade tem grande importância na determinação dos rendimentos. A taxa de retorno da educação é maior para as pessoas que ultrapassam os 10 anos de escolaridade, ou seja, pessoas formadas em nível superior podem aumentar sua renda. A educação também é imprescindível para o crescimento dos setores secundário e terciário da economia. As tecnologias empregadas nos setores produtivos cada vez mais exigem uma mão-de-obra qualificada e com capacidade de aprendizado.

A Fapam, tanto pelo que já contribuiu na formação de professores, quanto pela formação de profissionais nas áreas de Administração, Direito e Saúde, nas quais passou a atuar nos últimos anos, mostra-se imprescindível para o desenvolvimento regional.

No próximo capítulo, continua-se analisando a contribuição da Fapam, via melhoria da educação em todos os níveis, medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

6 A FAPAM E O DESENVOLVIMENTO HUMANO DE PARÁ DE MINAS E REGIÃO

No capítulo anterior, demonstrou-se a contribuição da Fapam ao desenvolvimento econômico e social de Pará de Minas e região pela elevação do nível da escolaridade geral. Para aprofundar essa relação positiva entre a educação ministrada pela Fapam, que tem se estendido qualitativamente para todos os níveis, e o desenvolvimento, utilizar-se-á uma nova modalidade de indicador criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) – o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O desenvolvimento, segundo Paulo Haddad (2004, p.7), “é sustentável quando se consegue, em sua concepção e implementação, um equilíbrio entre crescimento econômico sustentado, melhor distribuição da renda e da riqueza, e qualidade adequada do meio ambiente”. A participação da comunidade é imprescindível para que o desenvolvimento de uma região seja sustentável ao longo do tempo. As obras de infra-estrutura econômica e social são importantes para o desenvolvimento, mas, por si só, não são suficientes. Faz-se necessária a participação efetiva das pessoas. Ainda segundo Paulo Haddad: “O desenvolvimento somente ocorre quando é a expressão das aspirações dos diferentes grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los” (HADDAD, 2004, p.7). A educação forma o capital humano e social que é fundamental e necessário à promoção do desenvolvimento local, regional e nacional.

Nesse capítulo, serão analisados os efeitos diretos e indiretos da educação ministrada pela Fapam no despertar da consciência coletiva e dos princípios de cidadania. Inicia-se pela apresentação da metodologia do IDH e do IDHM, para estudar seu significado e para usá-los como indicadores para medir os efeitos da melhoria da educação no desenvolvimento de Pará de Minas e da região. Serão apresentados, a seguir, os dados referentes ao IDHM de Pará de

Minas e dos municípios que compõem a região de influência da Fapam. Posteriormente, eles serão analisados e interpretados em comparação com a média regional e do estado. Finalmente, far-se-á uma síntese do capítulo, resumindo a contribuição da Fapam no desenvolvimento humano da cidade e região.

6.1 Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³¹ e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado pela ONU na década de 90, por uma equipe liderada por Mahbub Ul Haq³², como uma primeira tentativa de mensuração quantitativa do conceito de desenvolvimento humano. O cálculo do índice baseia-se no somatório de três dimensões: o acesso à educação; o direito a uma vida longa e saudável; e o direito a um padrão de vida decente. Amartya Sen, Prêmio Nobel da Economia em 1998, no prefácio do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1999, comenta as dificuldades de se reunir num único índice as dimensões quantitativas e qualitativas do desenvolvimento. Não disfarçou seu ceticismo ao afirmar:

Devo reconhecer que não via, no início, muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. [...] Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantará) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente.³³

³¹ Dados obtidos por meio do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

³² Economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998), com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998.

³³ Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 28 ago 2005.

Por fim, reconheceu sua a importância ao escrever:

[...] Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano.³⁴

O Índice de Desenvolvimento Humano é obtido por meio de uma média aritmética das três dimensões: Educação, Longevidade e Renda. Cada dimensão é composta por um conjunto de indicadores que as explicita. Assim, para medir a Educação, os indicadores selecionados são: as taxas de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade e de matrículas nos níveis de ensino fundamental, médio e superior. A Longevidade é mensurada por um indicador único: a esperança de vida ao nascer. Para a aquilatar a Renda, usa-se o PIB *per capita*, convertido em dólares pela paridade do poder de compra (PPC), usando-se os fatores de conversão fornecidos pelo Banco Mundial. A dimensão Renda sintetizaria a capacidade da população de adquirir os bens e serviços e, em certa medida, representa a possibilidade de acesso a outras dimensões de consumo não contempladas pelas outras dimensões do IDH de forma explícita.

Há muito tempo estabeleceu-se a prática de avaliar o bem-estar de uma população e, conseqüentemente, de classificar os países ou regiões, pelo tamanho de seu PIB *per capita*. Entretanto, o progresso humano e a evolução das condições de vida das pessoas não podem ser medidos apenas por sua dimensão econômica.

Por isso, os estudiosos e a ONU buscam constantemente medidas socioeconômicas mais abrangentes, que incluam também outras dimensões fundamentais à vida e à condição humana. O IDH é um esforço e uma contribuição nessa busca.

Cada dimensão do IDH varia de 0 a 1 e o próprio IDH também. Assim, quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou da região em

³⁴ Cf. nota 30.

questão. O IDH é um índice único, obtido de índices parciais pelo uso da seguinte fórmula:

$$\text{Índice} = \frac{\text{valor observado} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Note-se que os valores-limites (máximo e mínimo) não coincidem com o pior e o melhor valor observado; são parâmetros relativamente estáveis, definidos pelo PNUD. Com base nesses e nos valores observados para o país ou a região em questão, calculam-se os índices de Longevidade, Educação e Renda.

O Índice de Longevidade de um país (IL_i), medido pela esperança de vida ao nascer (V_i), provém da aplicação direta da fórmula geral descrita acima:

$$\text{Índice de Longevidade} = IL_i = \frac{V_i - 25}{85 - 25}$$

Para a aplicação da fórmula básica, adotam-se como pior e melhor valores para a esperança de vida, respectivamente, 25 e 85 anos.

Para obter o Índice de Educação de um país (IE_i), proveniente da taxa de alfabetização de adultos (A_i) e da taxa combinada de matrícula (M_i), transformam-se, em primeiro lugar, as duas variáveis em índices, usando a fórmula geral e tomando 0% e 100% como os valores-limites, mínimo e máximo:

$$\begin{aligned} \text{Índice de Alfabetização} &= IA_i = \frac{A_i - 0}{100 - 0} = \frac{A_i}{100} \\ \text{Índice de Matrícula} &= IM_i = \frac{M_i - 0}{100 - 0} = \frac{M_i}{100} \end{aligned}$$

Em seguida, o resultado final será fruto da combinação dos dois índices, com os seguintes pesos:

$$\text{Índice de Educação} = IE_i = \frac{2}{3} IA_i + \frac{1}{3} IM_i = \frac{2IA_i + IM_i}{3}$$

A construção do Índice de Renda (IR_i) de um país, cujo PIB per capita é Y_i , é um

pouco mais complexa. Parte-se da hipótese de que a contribuição da renda para o desenvolvimento humano apresenta-se de forma decrescente. Essa hipótese é incorporada ao cálculo do IDH por meio de função logarítmica. Assim, o Índice de Renda de um país (IR_i), com PIB *per capita* (Y_i), é dado por:

$$\text{Índice de Renda} = IR_i = \frac{\ln(Y_i) - \ln(100)}{\ln(40.000) - \ln(100)}$$

O maior valor é \$40.000 PPC e o menor, \$100 PPC. Todos os valores são em dólar, com base na “Paridade Poder de Compra”, para garantir comparabilidade entre países. O valor da taxa de dólar (PPC) é dado pelo Banco Mundial.

Obtidos cada um dos índices parciais, pode-se calcular o Índice de Desenvolvimento Humano de um país (IDH_i). Ele será um somatório dos índices de longevidade (IL_i), educação (IE_i) e renda (IR_i) dividido por três. Na verdade, o IDH é a média aritmética simples dos três índices:

$$IDH_i = \frac{IL_i + IE_i + IR_i}{3}$$

Para concluir a explicitação do cálculo e do uso do IDH, é bom lembrar que ele varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 mais alto será o nível de desenvolvimento humano do país. Com base no IDH, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabeleceu três grandes categorias para classificar o desenvolvimento dos países e para poder compará-los entre si. São elas:

0 < IDH ≤ 0,5 – Baixo Desenvolvimento Humano;

0,5 < IDH ≤ 0,8 – Médio Desenvolvimento Humano;

0,8 < IDH ≤ 1 – Alto Desenvolvimento Humano.

Passa-se, a seguir, a explicitar-se como calcular o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Em Minas Gerais, a Fundação João Pinheiro partiu do IDH adotado pela ONU para calcular o nível de desenvolvimento humano dos municípios mineiros. As dimensões utilizadas são as mesmas do IDH (Educação, Longevidade e Renda), embora haja alguns indicadores diferentes em sua apuração. As duas metodologias têm o mesmo propósito – medir o grau de desenvolvimento humano – os indicadores escolhidos para medir o IDH municipal (IDHM) são mais adequados porque permitem avaliar as condições de desenvolvimento de núcleos sociais pequenos.

Para avaliar a dimensão Educação, o cálculo do IDHM considera dois indicadores, com pesos diferentes: a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade (com peso dois) e a taxa bruta de frequência à escola (com peso um). Calcula-se o primeiro indicador pelo percentual de pessoas com mais de 15 anos que têm a capacidade de ler e escrever um bilhete simples (ou seja, adultos alfabetizados). Pelo calendário do Ministério da Educação, se a criança não se atrasar na escola fundamental, ela completará esse ciclo aos 14 anos de idade. Por isso, a medição do analfabetismo começa a ser feita a partir dos 15 anos. O segundo indicador para medir a educação provém do somatório de pessoas (independentemente da idade) que frequentam o curso fundamental, o secundário e o superior dividido pelo total da população compreendida na faixa etária de 7 a 22 anos, por localidade. Nessa conta, os alunos dos cursos supletivos de primeiro e de segundo graus, das classes de aceleração e de pós-graduação universitária também são incluídos. Apenas as classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito deste cálculo.

Para a avaliação da dimensão Longevidade, o IDHM considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer, que indica o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano de referência deverá viver. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida local.

Para a avaliação da dimensão Renda, o critério usado é a renda municipal *per capita*, ou a renda média de cada residente. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero). No caso brasileiro, o cálculo da renda municipal *per capita* é feito a partir das respostas ao questionário expandido do Censo – um questionário mais detalhado do que o universal aplicado a uma amostra dos domicílios visitados pelos recenseadores. Os dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio dessa amostra são estendidos ao total da população municipal e usados para calcular a renda a ser usada na construção do IDHM.

Uma vez escolhidos os indicadores, são calculados os índices específicos de cada uma das três dimensões analisadas: IDHM-E, para educação; IDHM-L, para longevidade; IDHM-R, para renda. Os valores de referência, mínimo e máximo de cada categoria, variam de 0 a 1, respectivamente. Os subíndices de cada município serão valores proporcionais dentro dessa escala: quanto melhor o desempenho municipal naquela dimensão, mais próximo o seu índice estará de 1. O **IDHM de cada município** é fruto da média aritmética simples desses três subíndices:

$$\text{IDHM} = \frac{\text{IDHM-E} + \text{IDHM-L} + \text{IDHM-R}}{3}$$

A dimensão Educação teve um incremento considerável durante a década de 90. Isso se refletiu na elevação, de forma geral, do IDHM não só de Minas Gerais como do Brasil inteiro. Em Minas Gerais o indicador com ganhos mais significativos foi a frequência bruta à escola, que passou de 62% para 79%. Também a taxa de alfabetização da população acima de 15 anos teve grande melhora, passando de 82% para 88%.

A dimensão Longevidade, dada pela esperança de vida ao nascer, é um valioso instrumento de mensuração das condições de saúde da população, incorporando distintas

mudanças no comportamento dos indivíduos e sintetizando o padrão de mortalidade da população segundo os seus vários grupos etários.

A dimensão Renda, calculada a partir da renda *per capita* média, traz um inconveniente, pois não reflete a desigualdade da distribuição dessa renda, dado que é calculada pela renda total dos residentes no município dividida pelo número de habitantes.

O IDHM será usado como parâmetro para avaliar o desenvolvimento da Pará de Minas e dos municípios vizinhos, verificando seu crescimento de 1991 a 2000, os dois anos com dados disponíveis, e comparando-os com a média do Estado. Por fim, vale ressaltar que o IDHM e o IDH só passaram a ser mensurados a partir da década de 90.

6.2 A contribuição da Fapam para o desenvolvimento humano de Pará de Minas e região

O IDHM dos municípios será tomado como parâmetro para medir o desenvolvimento de Pará de Minas e região, por ele também será aferida a contribuição da Fapam ao desenvolvimento humano, tendo como referência direta a melhoria na educação e, indireta, a melhoria nos demais indicadores – esperança de vida e renda. Antes de se passar à análise dos dados, algumas explicações se fazem necessárias.

Para o IDHM-Educação, calcula-se a taxa bruta de freqüência combinada, que é o somatório da quantidade de pessoas de todas as idades que freqüentam o curso fundamental, médio e superior dividido pelo total de pessoas na faixa etária de 7 a 22 anos. Calculam-se:

- O número total de pessoas que freqüentam o fundamental. Incluem-se os cursos não seriados equivalentes, como o supletivo de primeiro grau, mas não a classe de alfabetização.
- O número total de pessoas que freqüentam o ensino médio e cursos não seriados

equivalentes, como o supletivo.

- O número total de pessoas que freqüentam o curso superior ou de pós-graduação.

A taxa é chamada de bruta pelo fato de ter no numerador toda a população que está freqüentando a escola e, no denominador, uma faixa etária específica (7 a 22 anos), que deveria ser a população na idade escolar, supondo que não ocorressem repetências ou entrada de pessoas na escola em idade mais avançada.

Feitas essas ressalvas, será preciso levar em consideração que, na comparação entre municípios ou numa comparação intertemporal para um mesmo município, um índice menor não necessariamente implica uma situação pior. Porque esse resultado menor poderá ser devido, por exemplo, a programas escolares que visem a adequar a série e a idade (as classes de aceleração no fundamental e as classes de suplementação no ensino médio). Quando isto ocorre, o resultado menor poderá ser fruto da diminuição do número de pessoas que freqüentam um nível escolar por estarem acima da idade-padrão esperada para o mesmo. Isto pode provocar uma queda no número total de pessoas freqüentando a escola e, portanto, um índice de desempenho relativamente menor sem que isso signifique alteração no padrão educacional da população.

A taxa bruta de freqüência à escola entra com peso 1/3 no cálculo do IDHM-Educação e a taxa de alfabetização, que consiste no percentual de pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizadas (conseguem ler e escrever um bilhete simples), é atribuído um peso de 2/3.

Os dados do IDHM, de Pará de Minas, municípios da região de influência da Fapam e de Minas Gerais, estão resumidos na TABELA 33 e referem-se aos anos de 1991 e 2000. A análise dos dados confirma a importância da educação no desenvolvimento humano regional. A seguir apresenta-se a análise da tabela.

Em 1991, todos os municípios – Pará de Minas, Itaúna e adjacências – apresentaram um índice médio de desenvolvimento humano; em 2000, destaca-se Itaúna e Pará de Minas, que atingiram o nível de alto desenvolvimento humano. Nestas cidades, funcionam dois sistemas de ensino superior desde o final da década de 1960, e seus efeitos positivos sobre o ensino fundamental e médio recaem nas suas várias modalidades previstas pelo IDHM. Nova Serrana também atingiu o nível de desenvolvimento considerado alto, essa cidade teve um crescimento muito grande na sua economia, principalmente devido à expansão da indústria de calçados e, em 2001 foi criada uma IES na mesma.

Em primeiro lugar, quanto à dimensão Educação do IDHM, em 1991, somente Itaúna estava no patamar de alto desenvolvimento. Já em 2000, todos os municípios da região passaram para alto desenvolvimento do quesito Educação, com exceção de Onça do Pitangui que ficou com 0,798, quase atingindo o nível de alto desenvolvimento.

Em segundo lugar, a melhoria da educação reflete uma melhoria da qualidade e nas condições de vida que são medidos no IDHM pela longevidade. Em 1991, todos os municípios – Itaúna, Pará de Minas e circunvizinhos – apresentaram um desempenho médio de desenvolvimento humano quanto à dimensão longevidade. Em 2000, oito municípios em dezessete haviam melhorado sua performance, passando ao nível superior no quesito longevidade, com destaque para Itaúna e Pará de Minas, municípios com instituições de ensino superior.

Em terceiro lugar, o mesmo salto de qualidade não se verificou no indicador renda. Só Maravilhas ficou estacionária em termos de crescimento de renda de 1991 a 2000. Todos os demais municípios experimentaram um *upgrading* quanto à renda, embora nenhum município tenha passado à categoria de alto grau de desenvolvimento de 1991 a 2000. Mas, mesmo quando se considera o desempenho dos municípios quanto à renda, verifica-se que Itaúna e Pará de Minas, onde existem os dois sistemas de ensino superior, o desenvolvimento é

significativamente superior aos demais. Também Nova Serrana apresentou crescimento quanto à renda devido ao dinamismo de sua economia na década.

Por fim, quando se considera o IDHM de 1991 e de 2000, verifica-se que os dois municípios: Itaúna e Pará de Minas são os que passaram à categoria mais elevada de desenvolvimento humano.

TABELA 33
IDHM de Pará de Minas, municípios da área de influência e Minas Gerais

Municípios e regiões	IDHM-Educação		IDHM-Longevidade		IDHM-Renda		IDHM		% crescimento IDHM 2000/1991
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
Pará de Minas	0,785	0,883	0,74	0,829	0,659	0,72	0,728	0,811	11,40
Itaúna	0,817	0,899	0,731	0,837	0,663	0,733	0,737	0,823	11,67
Papagaios	0,676	0,805	0,717	0,724	0,637	0,679	0,677	0,736	8,71
Pitangui	0,769	0,856	0,74	0,837	0,618	0,681	0,709	0,791	11,57
Maravilhas	0,745	0,823	0,684	0,77	0,623	0,622	0,684	0,738	7,89
Igaratinga	0,735	0,821	0,698	0,744	0,614	0,651	0,682	0,739	8,36
Juatuba	0,745	0,858	0,651	0,748	0,568	0,646	0,655	0,751	14,66
Nova Serrana	0,733	0,803	0,764	0,839	0,643	0,76	0,713	0,801	12,34
Mateus Leme	0,754	0,843	0,654	0,72	0,608	0,672	0,672	0,745	10,86
Pequi	0,76	0,86	0,71	0,786	0,638	0,663	0,703	0,77	9,53
Florestal	0,727	0,876	0,732	0,829	0,65	0,678	0,703	0,794	12,94
Leandro Ferreira	0,697	0,811	0,613	0,746	0,579	0,655	0,63	0,737	16,98
São José da Varginha	0,753	0,841	0,74	0,815	0,62	0,625	0,704	0,76	7,95
Conceição do Pará	0,745	0,815	0,698	0,808	0,569	0,623	0,671	0,749	11,62
Onça de Pitangui	0,68	0,798	0,74	0,823	0,559	0,653	0,66	0,758	14,85
Martinho Campos	0,736	0,819	0,702	0,749	0,589	0,676	0,676	0,748	10,65
Fortuna de Minas	0,744	0,837	0,625	0,682	0,563	0,63	0,644	0,716	11,18
Média da Região	0,741	0,838	0,702	0,782	0,612	0,669	0,685	0,763	11,39
Minas Gerais	0,672	0,791	0,668	0,742	0,556	0,623	0,632	0,719	13,69

FONTE: Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Na TABELA 34, detalham-se os dados do componente Educação, que forma o IDHM de Pará de Minas, municípios da área de influência e Minas Gerais nos anos de 1991 e 2000.

Primeiramente, deve-se registrar o excepcional desempenho de Pará de Minas e de Itaúna no que concerne à taxa de alfabetização. Estes municípios já apresentam um alto nível de desenvolvimento e conseguiram melhorar o escore de 1991 a 2000. Outro dado interessante quanto a esse quesito é que todos os municípios da região de influência da Fapam atingiram alto grau de desenvolvimento. Não há dúvidas que esse excelente desempenho se deve à melhoria na educação superior proveniente da ação da Fapam e de outras IES na

qualificação dos professores e no “efeito derrame” sobre os níveis do ensino fundamental e médio. A alta taxa de alfabetização é outro indicador da qualidade elevada da educação fundamental e do adequado desempenho dos professores nesse nível de ensino.

Em segundo lugar, quanto à taxa bruta de freqüência à escola, que mede a razão entre todas as faixas etárias matriculadas nos três níveis de ensino sobre o total de pessoas de 7 a 22 anos, pode-se perceber o bom desempenho de todos os municípios da região. Este componente entra no cálculo do IDHM com peso 1/3. Para melhor compreendê-lo, será dada a análise da taxa de matrícula nos três níveis do ensino, a seguir.

A taxa bruta de freqüência ao ensino fundamental ultrapassou os 100% em toda a região, em 2000. Isso é possível, pois a taxa é calculada pela razão entre o total de pessoas que freqüentam este nível e o total da faixa etária entre 7 e 14 anos. Pode-se afirmar que, quanto a este nível de ensino o acesso é total para as pessoas na faixa etária adequada.

A taxa de freqüência bruta ao ensino médio foi a que mais cresceu, passando de 23,41% para 80,78% na média da região, enquanto que no Estado o crescimento foi de 20,61% para 66,96%. Isso explica a alta demanda que surgiu para o ensino superior na década de 1990, a elevação de concluintes no ensino médio possibilitou a expansão conseqüente do ensino superior. A Fapam e a Universidade de Itaúna se beneficiaram desta nova demanda, ampliando o número de cursos e de vagas oferecidas. Também surgiram na região, nessa década, o Instituto J. Andrade, em Juatuba e a Faculdade de Nova Serrana.

Com isso, a taxa de freqüência ao ensino superior, que cresceu na região em patamares semelhantes ao do estado como um todo, se elevou substancialmente. A taxa nesse nível de ensino ainda é muito baixa se comparada aos outros níveis de ensino, mas seria ainda pior sem a atuação da Fapam e das demais IES da região.

TABELA 34

Indicadores utilizados no IDHM - Educação de Pará de Minas, municípios da área de influência e Minas Gerais, 1991 e 2000

Municípios e regiões	Taxa de alfabetização		Taxa bruta de frequência à escola		Taxa bruta de frequência ao fundamental		Taxa bruta de frequência ao ensino médio		Taxa bruta de frequência ao ensino superior	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Pará de Minas	89,16	93,11	57,06	78,76	95,12	122,39	30,02	84,88	5,44	8,92
Itaúna	89,83	92,95	65,39	83,67	105,5	119,84	33,72	111,61	12,09	16,65
Papagaios	78	84,98	46,73	71,48	86,78	112,71	24,2	60,31	2,6	4,54
Pitangui	86,31	89,51	58,09	77,93	99,36	120,18	27,19	79,04	7,29	7,61
Maravilhas	83,44	88,27	56,7	70,33	97,1	112,1	33,7	57,42	2,77	4,28
Igaratinga	85,64	88,72	49,35	69,01	92,12	114,48	15,7	60,01	1,86	4,96
Juatuba	80,5	88,4	62,53	80,69	104,49	121,78	23,79	103,13	4,24	7,04
Nova Serrana	86,12	92,21	47,51	56,61	92,4	103,77	16,21	54,99	0,75	1,64
Mateus Leme	81,25	88,31	63,62	76,23	98,07	121,2	37	77,12	7,68	7,79
Pequi	85,15	88,5	57,8	80,9	99,87	113,25	27,18	126,19	3,42	6,04
Florestal	82,4	90,86	53,2	81,07	91,68	114,39	20,42	105,71	4,45	6,66
Leandro Ferreira	75,96	84,71	57,16	73,9	93,9	114,17	22,95	68,08	4,52	7,14
São José da Varginha	86,84	87,55	52,14	77,06	91,35	114,35	18,34	111,05	3,88	4,69
Conceição do Pará	82,33	87,64	58,7	69,09	96,54	112,51	23,47	57,48	3	4,56
Onça de Pitangui	77,78	84,14	48,49	71,17	83,73	119,32	11,79	64,39	3,39	3,88
Martinho Campos	84,13	87,45	52,57	70,71	92,86	107,17	12,43	70,56	1,53	5,68
Fortuna de Minas	83,93	87,77	55,23	75,54	98,05	117,6	19,91	81,37	1,31	3,86
Média da Região	83,46	88,53	55,43	74,36	95,23	115,37	23,41	80,78	4,13	6,23
Média de Minas Gerais	73,61	81,78	54,45	73,73	90,85	115,90	20,61	66,96	3,42	6,81

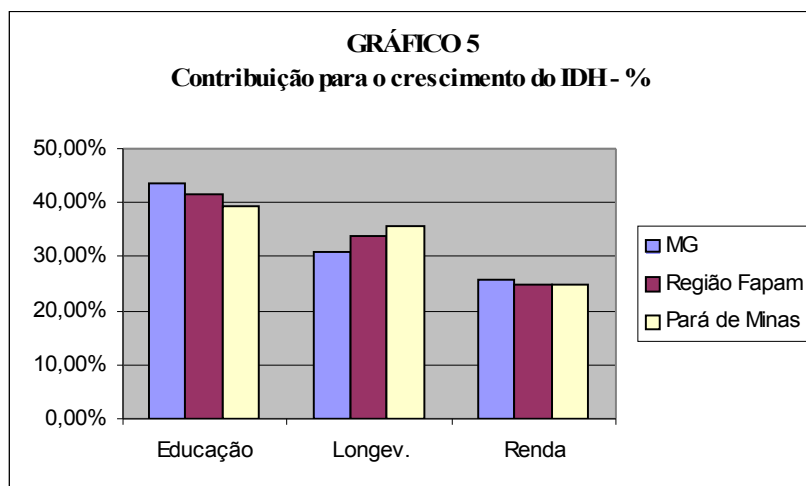
FONTE: Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

O IDHM médio da região de influência da Fapam passou de 0,685 para 0,763 de 1991 para 2000. No mesmo período, o crescimento das dimensões Educação, Longevidade e Renda do IDHM, foram na ordem de 0,097, 0,080 e 0,057, respectivamente. Isso significa que a Educação contribuiu com 41,63% do crescimento do IDH da região, enquanto a Longevidade contribuiu com 33,91%, e a Renda, com 24,46%. Assim sendo, o que mais contribuiu para o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano da região foi a Educação.

Para a cidade de Pará de Minas, a Educação contribuiu com 39,41% do crescimento do IDHM, enquanto a Longevidade contribuiu com 35,79%, e a Renda, com 24,80%.

Esse movimento foi parecido com o demonstrado por Minas Gerais no mesmo período. O IDH de Minas Gerais cresceu 10,90%, passando de 0,697 para 0,773. A dimensão

que mais contribuiu para esse crescimento foi a Educação, com 43,4%, seguida pela Longevidade, com 30,7%, e pela Renda, com 25,9%. O GRÁFICO 5 sintetiza esses dados.



FONTE: Elaborado a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

Nesse período, o hiato de desenvolvimento humano, entendido pela distância do IDH real ao ideal (1-IDH), foi reduzido em 25,1%. A redução desse hiato para a região de atuação da Fapam foi de 24,76%, e para Pará de Minas foi de 30,51% .

Os mapas das FIGURAS 3, 4 e 5 permitem uma comparação visual dos componentes do IDHM dos municípios mineiros, eles permitem uma percepção geral da situação da região de influência da Fapam perante o resto do Estado. O círculo vermelho indica nos mapas a posição aproximada da região de atuação da Fapam.

Pela FIGURA 3, percebe-se que a cidade de Pará de Minas e sua região de influência estão localizadas, dentro do Estado, numa área de maior nível educacional. Todos os municípios estão no nível considerado de alto IDH-E.

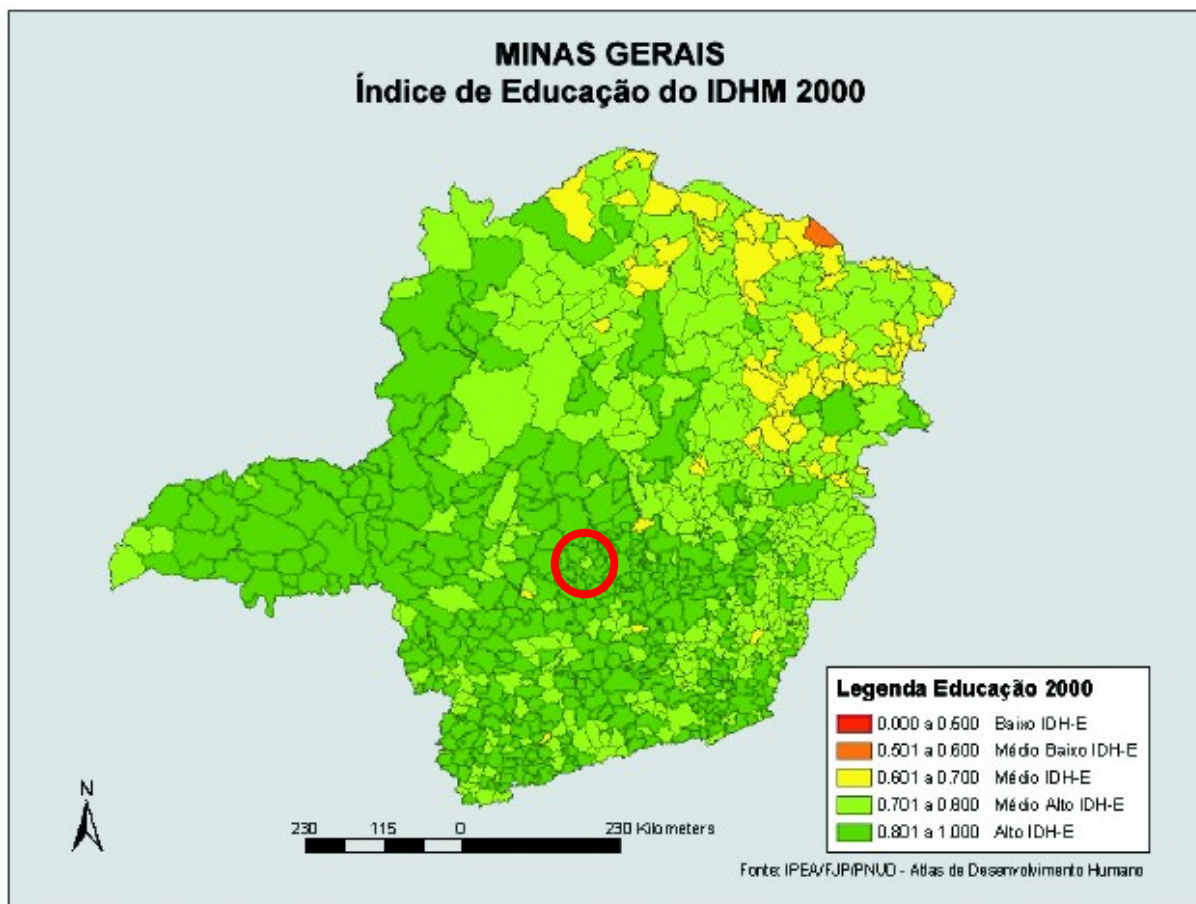


FIGURA 3 – Índice de Educação do IDHM.
FONTE: Haddad, 2004, p.17.

A FIGURA 4 exibe a visão geral do componente Longevidade para os municípios de Minas Gerais. Os índices, para este, caem sensivelmente em relação à Educação, e as áreas ao norte e nordeste do Estado ficam em patamares evidentemente inferiores. A região de influência da Fapam fica dentro do considerado médio-alto e alto IDH-L.

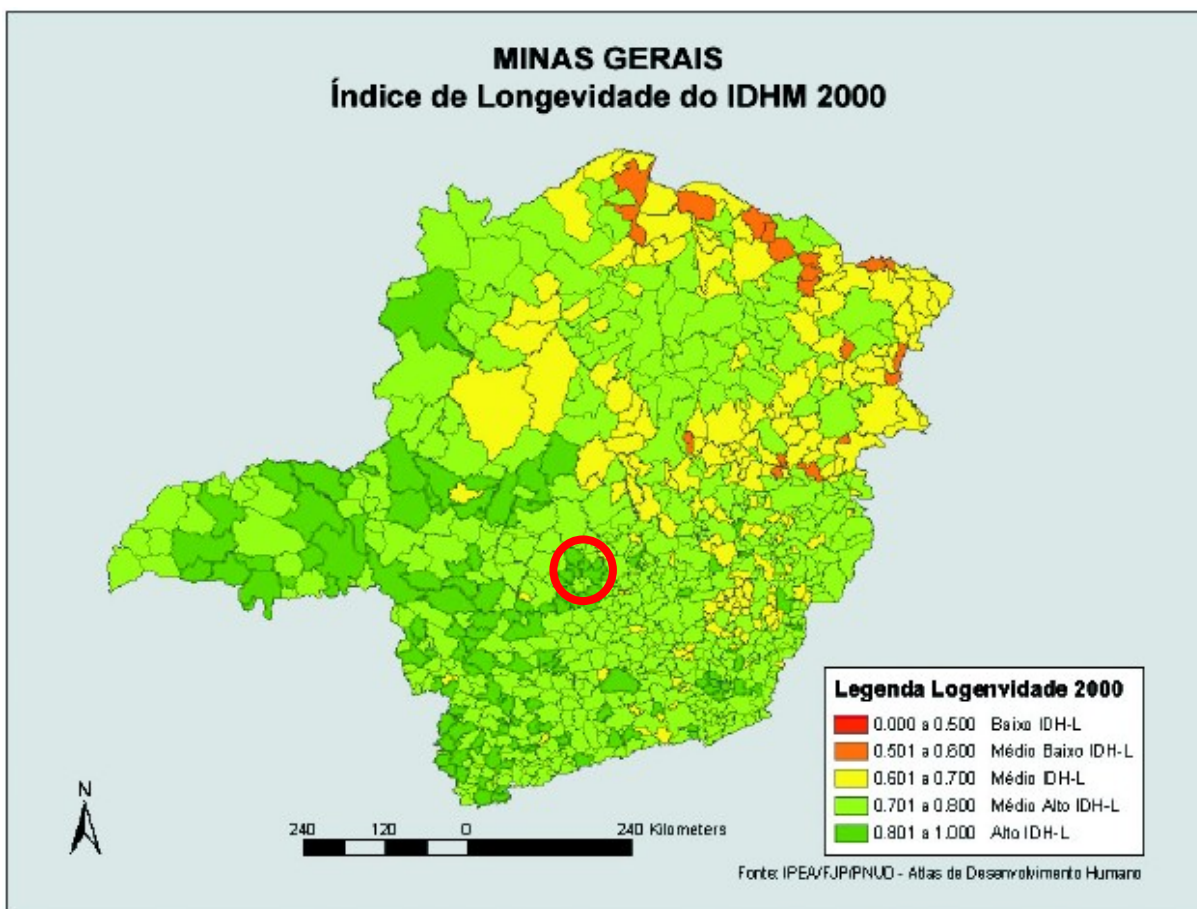


FIGURA 4 – Índice de Longevidade do IDHM.
FONTE: Haddad, 2004, p.17.

Dos itens que compõem o IDHM, a renda é o que se encontra nos piores níveis nos municípios mineiros, como foi visto na análise dos dados das TABELAS 32 e 33. A FIGURA 5 ilustra esta situação. Nela pode-se ver nitidamente como Minas Gerais possui uma renda municipal *per capita* deficiente e mal distribuída. Pela figura fica evidente a depressão das áreas ao norte e nordeste.

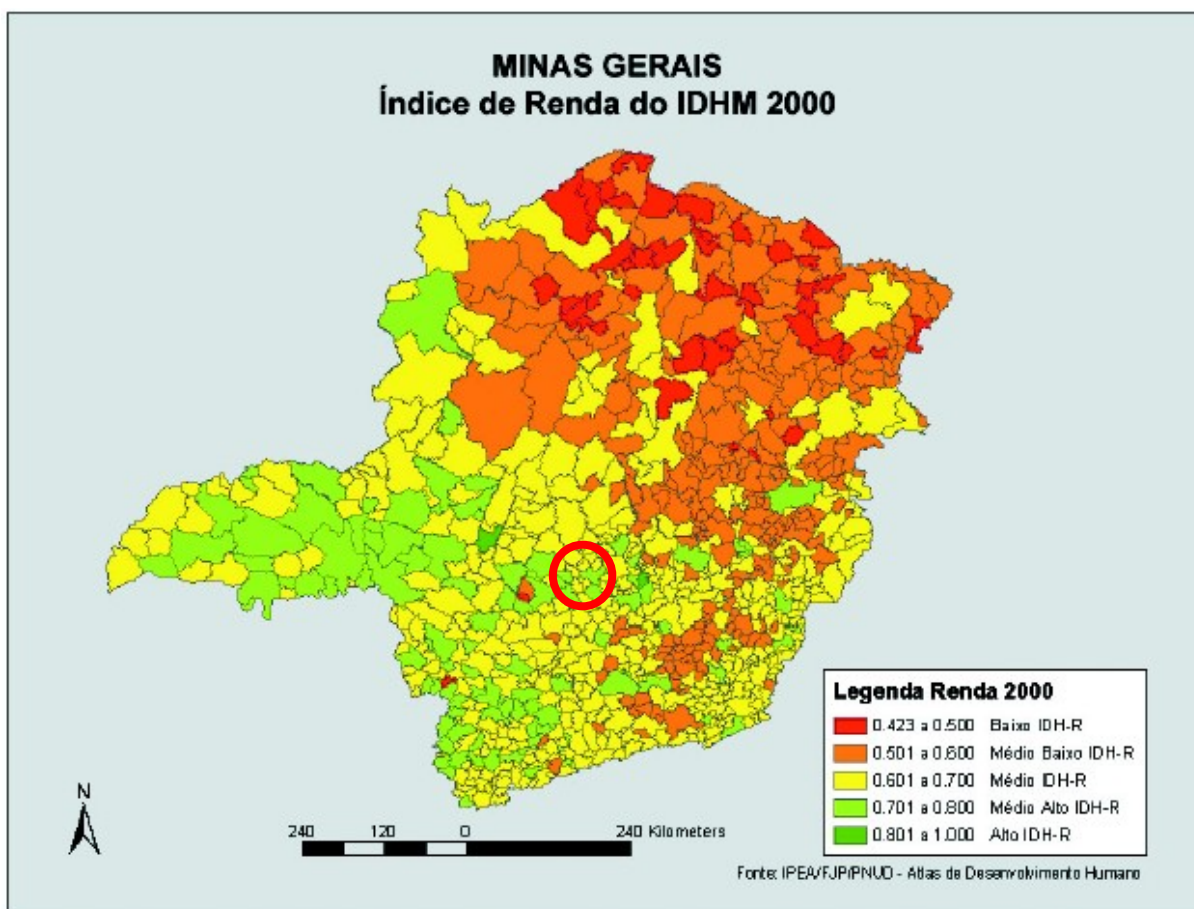


FIGURA 5 – Índice de Renda do IDHM.
FONTE: Haddad, 2004, p.16.

Comparando-se as FIGURAS 3, 4 e 5, nota-se que a educação é o componente do IDHM que apresenta índices mais elevados. A Longevidade vem em segundo patamar e a Renda, em último. Fica bem evidente também que as regiões Norte, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri são as menos desenvolvidas, no que diz respeito ao IDH.

A participação da Fapam no número de estudantes de ensino superior da região cresceu de 20,80% em 1991, para 25,63% em 2000, como foi mostrado no quarto capítulo dessa dissertação. Considerando que a dimensão Educação foi a que mais contribuiu para a elevação do IDH da região neste mesmo período, que passou de 0,685 para 0,763, pode-se inferir que a Fapam contribuiu para a elevação do IDH regional.

A atuação da Fapam impactou no desenvolvimento humano da região de forma muito positiva, como pode ser comprovado pela análise dos Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios e seus desmembramentos aqui estudados. A Fapam contribuiu para a elevação do nível educacional na região tanto diretamente, por meio da formação de pessoas com terceiro grau completo, como indiretamente, por meio da atuação dos professores formados nos cursos de licenciatura, que reproduzem os conhecimentos adquiridos dentro da faculdade nas escolas em que lecionam.

O desenvolvimento do ser humano se dá pela aprendizagem, e pode ser entendido como o processo pelo qual a pessoa se torna capaz de fazer, no campo teórico ou prático, aquilo que antes não era capaz de realizar. Com a educação fornecida pela Fapam nas últimas décadas, as pessoas da região puderam elevar seu poder de visão conceitual e teórico sobre o mundo a seu redor, entendendo melhor as diversas situações econômicas, políticas e sociais. Uma população com elevado nível educacional acaba por possuir capacidade maior de sociabilidade e respeito pela diversidade. Como prescreve a UNESCO (2002), a educação é fundamental para a convivência e a tolerância no mundo atual.

A Fapam formou, desde 1971, ano de formatura da primeira turma, até 2005, 2.390 alunos. Com exceção de 98 alunos formados em Administração, nos anos de 2003 e 2005, todos os outros eram de licenciaturas. Portanto, a característica principal da Fapam é a formação de professores. Esses licenciados, depois de formados, em sua maioria, atuam nas escolas do ensino básico da região. A qualidade do ensino fornecido pela Fapam repercute na qualidade do ensino em geral da região, pois professores bem formados irão formar melhores alunos, preparando-os para a vida social e tornando-os cidadãos mais plenos.

Os números a respeito da educação em Pará de Minas e região ainda estão longe da excelência. Muito ainda deverá ser feito para se chegar aos patamares encontrados nos países mais desenvolvidos. Entretanto, a relevância da atuação da Fapam no desenvolvimento

humano da região pôde ser verificada tanto pela análise dos dados quanto pela percepção dos entrevistados.

Como foi mostrado neste capítulo, a Educação foi a dimensão que mais contribuiu para a elevação do IDH. É verdade que a Fapam não é a única responsável pelo desenvolvimento da região e, também, que este não se mostrou em escalas demasiadamente elevadas. No entanto, a Fapam, como única instituição de ensino superior em Pará de Minas até 2005, e com elevada participação sobre o número de universitários desta cidade e das cidades de seu entorno (principalmente Maravilhas, Papagaios, São José da Varginha, Pequi e Igaratinga), foi primordial para o desenvolvimento humano da região.

É fato incontestável a importância que a educação tem para a promoção do desenvolvimento em todas as suas abordagens. A Fapam nasceu e cresceu visando a suprir uma demanda local por educação em uma região onde a atuação do poder público não se fez suficiente. Os depoimentos dados pelos entrevistados e a documentação analisada permitiram reconstruir a história da instituição, uma história que foi norteadada pela sua função social como verdadeira instituição de ensino, promotora da cidadania e do desenvolvimento humano.

O crescimento da Fapam se deu de forma cautelosa e até mesmo lenta, como foi demonstrado no quarto capítulo, e a responsabilidade perante os alunos e a cidade de Pará de Minas e região foi norteadora das ações da instituição. Todas as decisões quanto à abertura e à manutenção de cursos foram tomadas respeitando-se as características regionais e a cultura da organização. Até mesmo cursos com baixo número de alunos matriculados são mantidos até sua conclusão, honrando assim os compromissos que a instituição tem perante a sociedade. A Fapam, assim como as instituições mais antigas da região, tem uma história junto às comunidades locais que deve ser reconhecida, principalmente por não se ter pautado pelo simples interesse pelo lucro, mas por um compromisso social elevado e pela intenção real de promover o desenvolvimento humano, social e econômico da região.

A contribuição da educação para o desenvolvimento da região também aparece nas avaliações das pessoas entrevistadas para este estudo, o que corrobora a afirmação de que a educação fornecida pela Fapam nas três últimas décadas teve um impacto muito positivo no desenvolvimento humano da região.

A comunidade reconhece o papel positivo da Fapam no desenvolvimento local. Isto está bem expresso na fala de um ex-aluno da Fapam que à época da entrevista era o diretor da Escola Estadual Fernando Otávio e vereador de Pará de Minas:

A contribuição da Fapam se dá tanto direta quanto indiretamente. Nós recebemos aqui na nossa escola muitos estagiários da Fapam, porque a área deles é específica, em grande parte são pessoas que vão trabalhar no magistério, em função dos cursos que a Fapam ministra. A gente vê, pelos estagiários que a gente recebe, uma grande preocupação com a formação dos alunos, pela orientação que eles recebem dos seus professores. Agora, a Fapam trazendo os cursos Administração, Direito, Enfermagem e Nutrição, a expansão está indo além, abrindo novos horizontes. Então, com certeza, há muita contribuição, e essa expansão é muito positiva.³⁵

O reconhecimento da população em relação à importância da atuação da Fapam na região de Pará de Minas, ilustrado pelo depoimento anterior, repete-se entre os entrevistados e é voz corrente na cidade. O entrevistado afirma também que a maioria dos professores que atuam na sua escola e, por extensão nas demais da região, é oriunda da Fapam, essa é a grande contribuição ao desenvolvimento da região.

A criação da Fapam criou oportunidades para que as pessoas que residiam na região pudessem obter formação docente sem ter a necessidade de deslocarem-se para outras cidades como Itaúna, Luz, Divinópolis, Belo Horizonte ou outras. Estudar em outras cidades aumenta a despesa familiar e isto poderia diminuir o número de docentes devidamente habilitados atuantes na região. A criação da Fapam facultou e facilitou o acesso ao curso superior para os moradores da região. A ação dos professores por ela formados elevou o índice do ensino fundamental e médio de Pará de Minas e de sua área de influência, como os dados apresentados neste capítulo demonstraram.

³⁵ A entrevista com o Sr. Marcos Aurélio dos Santos, ex-aluno da Fapam, diretor da Escola Estadual Fernando Otávio e vereador municipal de Pará de Minas foi feita pelo autor no dia 24 de abril de 2006 em Pará de Minas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi avaliar a contribuição da Fapam para o desenvolvimento econômico, social e humano da cidade de Pará de Minas e das cidades de sua de influência. Partiu-se da suposição que há uma relação positiva entre educação e desenvolvimento, como a literatura especializada tem demonstrado. Neste estudo, analisou-se o efeito-derrame que a melhoria do ensino superior voltada à formação de professores teve sobre o ensino fundamental e médio e, do seu conjunto, sobre o desenvolvimento local e regional.

No segundo capítulo, para analisar a correlação entre melhoria da educação e desenvolvimento, foram discutidos inicialmente os conceitos de crescimento, progresso, desenvolvimento e as semelhanças e diferenças entre eles. Analisou-se a relação de causalidade positiva entre educação e desenvolvimento, onde foram expostos os indicadores a serem usados na pesquisa para medir a contribuição da Fapam ao desenvolvimento econômico, social e humano de Pará de Minas e região.

No terceiro capítulo, fez-se uma breve síntese da evolução do ensino superior no Brasil e em Minas Gerais, especialmente de 1930 em diante. Desde 1807, quando o ensino superior é instaurado no Brasil, passou pelas seguintes fases de expansão:

Durante a primeira fase, de 1807 a 1930, acontece a implantação das escolas superiores, ainda no Brasil Colônia, com a chegada de Dom João VI ao Brasil. As primeiras escolas foram isoladas e se concentravam na formação de profissionais nas áreas do Direito, Medicina e Engenharias e carregavam um caráter muito dogmático, herdado do antigo sistema da metrópole que já se encontrava ultrapassado na Europa. Este sistema de ensino superior prevaleceu inclusive após a independência e se estendeu até a proclamação da República em 1889. A Constituição da República descentralizou o ensino superior e possibilitou a criação

de instituições privadas. Entre 1889 e 1918, 56 escolas superiores são criadas no país, a maioria privada. Durante a década de 1920, Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro, Anísio Teixeira na Bahia e Francisco Campos em Minas Gerais se esforçam por mudanças na educação brasileira. A universidade, implantada no Paraná em 1912 e em 1920 no Rio de Janeiro, começa a surgir realmente no país.

A segunda fase da educação superior no Brasil, que vai de 1930 a 1985, é subdividida em quatro períodos. O primeiro inicia-se no governo Vargas que é marcada pela Reforma Francisco campos. Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros questiona a elaboração de um plano educacional para o Brasil e as discussões que marcaram esse período acabaram por influenciar o texto da nova constituição de 1934, que cria a atribuição da União para definir um Plano Nacional de Educação e, em 1937, fica criado o Conselho Nacional de Educação. O segundo período, de 1937 a 1945, foi marcado pelo Plano Quinquenal de Educação do ministro Capanema e pelo “Manifesto dos Mineiros”, de 1943, e pelo fim do Estado Novo. No terceiro período, de 1945 a 1964, o Brasil passa pela redemocratização e pelos Planos de Metas de Juscelino Kubitschek. A primeira LDB foi criada em 1961. O quarto período compreende o regime militar, que se estendeu de 1964 a 1985, trata a educação como uma ferramenta para o desenvolvimento e são criadas as escolas técnicas de segundo grau, de caráter profissionalizante. O ensino superior privado ganha força durante esse período.

A última fase analisada se estende de 1986 a 2005. Com o fim do regime militar e do processo de redemocratização, o ensino superior ganha força e se expande de maneira surpreendente, principalmente no setor privado. A década de 1990 é marcada pelo crescimento da oferta de vagas, pela interiorização das instituições e pela criação de cursos, principalmente no setor privado.

Minas Gerais segue um processo de evolução do sistema de ensino superior semelhante ao ocorrido no país. As primeiras escolas superiores são criadas em Ouro Preto,

com a transferência da capital para Belo Horizonte algumas escolas são ali implantadas, mas somente em 1927 a Universidade de Minas Gerais foi criada. Federalizada em 1949, a universidade ganha força e, em 1965, passa a adotar o nome de Universidade Federal de Minas Gerais. No interior do estado, o sistema federal e estadual também se expande, mas nada comparado com o crescimento das instituições privadas. No segmento privado, várias faculdades e universidades são criadas, entre elas a Universidade Católica de Minas Gerais que, em 1968, resolve criar algumas extensões no interior com cursos de licenciatura curta. Entre as cidades que receberam as extensões da Universidade Católica estava Pará de Minas, este foi o passo inicial para a criação da Faculdade de Pará de Minas.

A partir desta contextualização, entendeu-se melhor o crescimento da Fapam que pode ser explicado não só pelas mudanças internas pelas quais a instituição passou, como a desvinculação da PUC-Minas, a troca de gestores e o aumento de investimentos internos, mas também pelo cenário no qual a instituição fazia parte.

No capítulo quarto, apresentou-se uma breve história sobre Pará de Minas, traçando sinteticamente como se deu a ocupação e desenvolvimento da cidade, desde seus primórdios até à época da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria que futuramente se tornaria a Fapam. Este histórico teve como objetivo contextualizar a região onde a instituição está localizada e identificar suas características iniciais. Com isso, mostrou-se a expansão da área de influência de Pará de Minas sobre os municípios vizinhos.

O estudo do desenvolvimento de Pará de Minas e região foi realizado pela análise da evolução de Pará de Minas até o fim da década de 1960, que coincide com o início das atividades da Fapam, com objetivo duplo: situar o crescimento da demanda pelo ensino superior e, servir de base para a mensuração da contribuição da Fapam ao desenvolvimento local e regional.

No mesmo capítulo, foi apresentada a história da Fapam em duas fases. A primeira

designa sua fase inicial que vai de 1969 a 1998. Esta fase é caracterizada da seguinte forma:

a) pelo período em que era uma extensão da UCMG e pelo predomínio da oferta de cursos de licenciatura curta que se destinavam a formar professores para atuar no ensino fundamental da região; b) pelo período a partir da rescisão do convênio com a PUC-Minas (ex UCMG), em 1984, quando passa a adotar o nome de Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas até 1998, ano que marca a entrada de uma nova administração. Na segunda fase, de 1999 até 2005, inicia-se um processo de crescimento e instalação de novos cursos e a instituição passa a denominar-se Faculdade de Pará de Minas (Fapam).

A primeira fase foi subdividida em dois períodos: de 1969 a 1984, quando a instituição ainda era uma extensão da Universidade Católica de Minas Gerais, e de 1985 a 1998, período em que a instituição se torna independente e passa a ter como mantenedora a Confraria Nossa Sra. da Piedade da Paróquia de Nossa Sra. da Piedade de Pará de Minas. Em 1998, com a entrada da nova diretoria, inicia-se um processo de mudança da visão e da gestão da instituição que culmina com a abertura de novos cursos de bacharelado, a começar pelo curso de Administração, em 1999.

O entendimento dessa evolução interna da faculdade foi relevante para verificar o aumento do nível de participação da instituição no total de estudantes de nível superior na região. A participação da Fapam na região, que era de 20,80% em 1991, passou para 25,63% em 2000.

Nesta primeira fase, de 1971 a 1998, a instituição formou 1.561 alunos nos cursos de Ciências, Letras, Estudos Sociais, Matemática, História e Geografia. Grande parte dos alunos das primeiras turmas era constituída por professores do ensino básico da região que ainda não possuíam curso superior, outra parte era constituída por pessoas que procuravam os cursos de licenciatura curta para tornarem-se professores.

Nos primeiros anos, os alunos eram oriundos da sede de Pará de Minas e dos seus

distritos. Gradualmente, a região de atuação da faculdade estendeu-se para os municípios ao redor de Pará de Minas. A atuação imediata destes professores no ensino de primeiro e segundo grau da região possibilitou o aumento da matrícula destes cursos a partir de 1971, além de uma melhoria da qualidade do ensino e da formação dos alunos nas escolas primárias e secundárias.

Na segunda fase de análise da instituição, que vai de 1999 a 2005, a Fapam formou 829 alunos nos cursos de Letras, Matemática, História, Geografia, Administração e Ciências Biológicas. O número médio de alunos formados por ano, que na primeira fase foi de 56 alunos/ano passou, na segunda fase, para 118 alunos/ano. A expansão da Fapam e a abertura de novos cursos possibilitaram o aumento do total de alunos matriculados e formados. A Fapam passou a atuar também na formação de profissionais para o mercado de trabalho e não mais somente na formação de professores.

A área de influência da Fapam é formada por Pará de Minas e pelas cidades donde procede a maior parte de seus alunos. Além da sede, a influência da Fapam se estende em círculos que configuram áreas de maior para menor influência. O primeiro é constituído pelas seguintes cidades: Itaúna, Papagaios, Pitangui e Maravilhas. O segundo, por: Igaratinga, Juatuba, Nova Serrana, Mateus Leme, Pequi, Florestal, Leandro Ferreira e São José da Varginha. O terceiro círculo de influência da Fapam é constituído por: Conceição do Pará, Onça de Pitangui, Martinho Campos, Fortuna de Minas, Belo Horizonte, Contagem e Betim. Estas três últimas cidades não foram consideradas na análise, pois nelas a influência da Fapam é mais diluída e pouco significativa em relação às demais cidades.

A influência da Fapam nos municípios vizinhos a Pará de Minas é facilitada pela sua localização no entroncamento de um sistema rodoviário que viabiliza o acesso, e pela vontade das pessoas da região em estudar e qualificar-se. As rodovias MG 431 e 060 viabilizam a vinda à Fapam dos alunos de Papagaios, Maravilhas, Fortuna de Minas, Pequi, São José da

Varginha e Itaúna. Da mesma forma, as rodovias BR 352 e 262 permitem o acesso à Fapam dos alunos de Martinho Campos, Pitangui, Onça de Pitangui, Conceição do Pará, Leandro Ferreira, Nova Serrana, Igaratinga, Mateus Leme, Juatuba e Florestal.

Considerando-se o sistema rodoviário de acesso a Pará de Minas, conclui-se que para os alunos que provém de Papagaios, Maravilhas, Pequi, São José da Varginha (MG-431 e 060) e Igaratinga (MG-430) a localização da Fapam é mais favorável do que as faculdades de Itaúna ou Divinópolis. Além disso, há outras facilidades: muitas prefeituras disponibilizam o transporte ou parte de seu custo sob a rubrica investimentos em educação, como determina a Constituição Federal de 1988, a existência de outros meios de transporte facilita, a baixo custo, sua cotização pelos interessados.

O quinto e sexto capítulos foram destinados à análise da contribuição da Fapam ao desenvolvimento econômico, social e humano de Pará de Minas e da região de sua influência. Diversas regiões do país experimentaram um crescimento econômico que trouxe consigo o deslocamento da população das atividades rurais para as urbanas. Isso fez surgir novas necessidades culturais, mercadológicas e econômicas, exigindo a criação de novas estruturas educacionais que respondessem às demandas decorrentes de tal cenário. O caso de Pará de Minas e região não foi diferente, parcelas crescentes da população economicamente ativa passaram das atividades do setor primário para os setores secundário e terciário da economia.

A principal conclusão que se chegou foi que a Fapam contribuiu para o desenvolvimento local, sobretudo por meio da formação de professores que atuaram e ainda atuam no ensino básico da região. A educação básica é a que mais contribui para o crescimento econômico, elevando a capacidade tanto das pessoas quanto do país. A atuação da Fapam foi de extrema importância para a qualificação dos professores que lecionam nas escolas do ensino básico da cidade de Pará de Minas e das cidades da região que foram definidas neste estudo. Os professores formados pela Fapam reproduzem os conhecimentos

adquiridos e os repassam aos seus alunos. Dessa forma, cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres são formados e, além disso, eleva-se a capacidade de trabalho dessas pessoas, tornando a região mais atrativa aos investimentos econômicos e produtivos.

O maior aporte que a educação pode fornecer para a economia de uma região se dá no ensino básico, isto é, nos cursos fundamental e médio. A Fapam não contribuiu para o crescimento da região de forma direta, por exemplo, por meio do desenvolvimento tecnológico (a instituição não registrou nenhuma patente ou pesquisa com resultado expressivo que gerasse alguma inovação tecnológica relevante). Entretanto, sua atuação foi essencial para tornar as escolas da região providas de um corpo docente apto e possuidor de formação condizente com os parâmetros exigidos para uma educação de boa qualidade. E somente por meio de uma educação que possibilite a cidadania e liberdade das pessoas, uma região ou um país pode se livrar do subdesenvolvimento.

Pessoas livres e capazes de desenvolver suas potencialidades são imprescindíveis para que uma economia prospere, pois as organizações modernas exigem um capital humano capaz de exercer as atividades complexas do mundo contemporâneo, competitivo e baseado no conhecimento. A massificação do ensino não leva ao pleno desenvolvimento. Aumentar quantitativamente as taxas de escolaridade, o número de cursos, de instituições e de alunos por turma, por si só, não acarretará o crescimento econômico e social. A qualidade dos cursos é mais importante.

Não basta ter uma grande quantidade de pessoas formadas, mas é necessário que estas sejam bem formadas. Esse é o papel primordial da educação básica. Uma educação básica de boa qualidade está intimamente relacionada com a qualidade que se terá no ensino superior. Neste sentido, pode-se afirmar que a Fapam, ao melhorar o nível de qualificação dos professores do ensino fundamental e médio, criou um “ciclo virtuoso” de desenvolvimento econômico, social e humano em Pará de Minas e região, verificada por vários indicadores e

pelo IDHM, conforme exposto no sexto capítulo.

O desenvolvimento não se limita à expansão da capacidade produtiva, mas é também um processo social e cultural. A elevação da capacidade humana em seu nível intelectual e cultural possibilita o crescimento econômico sustentável e uma melhor convivência entre as pessoas e destas com o planeta. Pela presente pesquisa constatou-se que a educação, em todos seus níveis, constitui a base para o desenvolvimento social.

O desenvolvimento humano foi analisado a partir de 1991, ano em que o IDH começa a ser mensurado. Dessa análise constatou-se que a educação teve papel importantíssimo na elevação do índice, sendo ainda necessário o aumento dos componentes Renda e Longevidade para que o IDH atinja níveis realmente satisfatórios. Entretanto, a educação é um dos pontos de partida para o aumento da riqueza e, também, para a correta distribuição desta em todas as camadas sociais.

Por fim, constatou-se que a instituição teve suas raízes no atendimento às necessidades locais. Sua atuação foi definida regionalmente, desde o início de suas atividades até a atualidade. Sua importância para o desenvolvimento da região foi comprovada pelos índices apresentados e pela percepção qualitativa resultante da pesquisa. Tal fato serviu como suporte empírico para o reconhecimento do papel relevante que a educação tem para o desenvolvimento.

Se a instituição optar por aumentar os investimentos na qualificação de seus quadros internos e na pesquisa científica, apoiando o crescimento do conhecimento científico e tecnológico poderá de forma mais incisiva contribuir para o desenvolvimento regional. Assim, a educação edificará o desenvolvimento sustentável tão necessário para a elevação da qualidade de vida das pessoas.

Finalizando, destacam-se os desafios que a instituição deve enfrentar: elevar constantemente a qualificação de seu corpo docente e de sua infra-estrutura; atender às

demandas locais por meio da criação e manutenção de cursos de graduação e de educação continuada que estejam sintonizados com as necessidades locais; desenvolver a pesquisa e a extensão de forma mais eficiente; sobreviver perante a forte competição do setor privado de ensino que se expande sobre sua área de influência e, finalmente; contribuir para o pleno desenvolvimento humano da região.

Esse é o primeiro estudo a analisar a contribuição da Faculdade de Pará de Minas na promoção do desenvolvimento local. Ele serve de marco para se reconhecer a positividade do que foi construído enquanto instituição de ensino, comprometida com o desenvolvimento regional e também no que tange aos resultados obtidos nesta caminhada. O estudo serve de referência para pensar e construir o amanhã: novas iniciativas no sentido do desenvolvimento do ensino superior, na formação de novos talentos e na promoção do desenvolvimento econômico, social e humano da região.

Finalmente, o estudo pode servir de referência para outras pesquisas sobre a contribuição de outras instituições acadêmicas na promoção do desenvolvimento econômico, social e humano em suas respectivas regiões e sobre a relação entre educação e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria da Conceição Diniz. *Avicultura familiar integrada à Agroindústria: um estudo de caso em Pará de Minas e São José da Varginha*. 2003. 124 f. Dissertação (Mestrado em geografia) - UFMG/ICG, Belo Horizonte.
- ATLAS da Educação de Minas Gerais. Versão 1.0. Belo Horizonte: FJP, 2005. Disponível em: < <http://www.educacao.mg.gov.br/site/>>. Acesso em: 15 set. 2005.
- ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Versão 1.0.0 [S.l.]: PNUD, IPEA, FJP, 2003. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 1 jul. 2005.
- BAER, Werner. *A economia brasileira*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Nobel, 2002.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - BDMG. *Minas Gerais do séc. XXI*. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. 10 v. il.
- BDI – Banco de Dados Integrados de Pará de Minas. Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Urbano – Prefeitura de Pará de Minas, 2006.
- BOK, Derek. *Universities in the marketplace: the commercialization of higher education*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2003. 233 p. Resenha de: MASIERO, Gilmar. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, out./dez. 2003.
- BRASIL. *Lei n.º 9.394*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dezembro de 1996.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. *50 anos de Ciência Econômica no Brasil: Pensamentos, Instituições e Depoimentos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. Cap. 1, p. 17-69.
- BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- CALDERÓN, Adolfo Ignácio. Repensando o Papel da Universidade. *RAE – Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 44, n. 2, p. 104-108, abr./jun. 2004.
- CASTRO, Cláudio de Moura. *Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, MEC, 1976.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. *Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Héglio (Org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 211-222.
- COUTINHO, Afrânio. *Universidade, instituição crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977. (Coleção Retratos do Brasil).

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. (Coleção Educação em questão).

CUNHA, Luiz Antônio. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n.88, p. 795-817, Especial – Out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 18 jul. 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação e sociedade no Brasil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais: órgão da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 7-24, 1º sem. 1981.

CURY, C. R. J.; HORTA, J. S. B.; BRITO, V. L. A. *Medo à liberdade e compromisso democrático: LDB e Plano Nacional de Educação*. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER MG. *Mapa rodoviário de Minas Gerais*. Disponível em: <http://www.der.mg.gov.br/html/mapa_rodoviario/RM.gif>. Acesso em: 14 jun. 2005.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 11. ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FERNANDES, Florestan. Universidade e desenvolvimento. In: IANNI, Octavio (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986. Cap. 5, p.170-197. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de estatísticas e informações. Mudanças no padrão da distribuição etária: o rápido envelhecimento da população mineira. *Informativo CEI - Demografia*. Belo Horizonte, nov. 2002. Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/produtos/cei/informativo_envelhecimento.pdf>. Acesso em: 8 set. 2005.

FURTADO, Celso. *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas).

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GIROLETTI, Domingos A. *Fábrica: convento e disciplina*. 2.ed. rev. Brasília: Editora UnB, 2002.

HADDAD, Paulo R. Força e fraqueza dos municípios de Minas Gerais. *Cadernos BDMG*. Belo Horizonte, n.8, abr. 2004.

HADDAD, Paulo R. Os novos pólos regionais de desenvolvimento no Brasil. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). *Estabilidade e Crescimento: os desafios do Real*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 334-391.

IMRS – Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Versão 1.0. Belo Horizonte: FJP, 2005. Disponível em: <http://www.datagerais.mg.gov.br/int_download.php>. Acesso em: 27 maio. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico 2000: resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 172 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Contas nacionais Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002*. n. 14. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2002/pibmunic2002.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Planejada e orientada por: Jurandir Pires Ferreira, Pres. do IBGE, 29 maio 1959. Rio de Janeiro: IBGE, v. XXVI, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Mapas de Divisões Territoriais*. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/website/divisao/viewer.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP – MEC. *Censo da Educação Superior 2004 – Resumo Técnico*. Versão preliminar. Brasília-DF, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP - MEC. *Evolução do Ensino Superior- Graduação 1980-1998*. Brasília: O Instituto, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP – MEC. Sistema Integrado de Informações da Educação Superior – SIEdSup. <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursosies.asp?pIES=752&pNomeIES=Faculdade+de+Par%E1+de+Minas+%2D+FAPAM>. Acesso em: 26 ago. 2006.

KERLINGER, F.N. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: EPU, 1980.

KON, Anita (Org.). *Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Coleção Debates).

MACHADO NETO, A. L. *Sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1963. (Coleção Brasil hoje).

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Polis, 1987.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. *Técnicas de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, M.C.S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTELLA, Maura. *Decifrando o Economês: 300 perguntas e respostas*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

OLIVEN, A. C. *A parquialização do ensino superior*. Petrópolis: Vozes, 1990. *apud* CUNHA, Luiz Antônio. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n.88, p. 795-817, Especial – Out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 18 jul. 2006.

PORTER, Michael E. *A Vantagem Competitiva das Nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

RELATÓRIO do Desenvolvimento Humano 2004: Liberdade cultural num mundo diversificado. Edição em língua portuguesa. Queluz – Portugal: Mensagem Serviços de Recursos Editoriais, 2004. (publicado para o PNUD).

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RIBEIRO, Renato Janine. *A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RISTOFF, Dilvo, I. Privatização não faz escola. In: TRINDADE, Hélió (Org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 57-60.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SAMPAIO, Helena. *Evolução do Ensino Superior Brasileiro*. Núcleo de Pesquisa do Ensino Superior - USP, 1991.

SCHEINKMAN, José Alexandre. Educação e desenvolvimento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 mar. 2006. Opinião Econômica, Folha Dinheiro, p. B2.

SEITZ, John L. *A Política do Desenvolvimento: uma introdução a problemas globais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SINGER, Paul. *Curso de introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1975.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento e crise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SISTEMA de Estatísticas Educacionais – Edudatabrasil – INEP – MEC. Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2006.

SISTEMA de Informações sobre Mortalidade – Ministério da Saúde – DataSUS. Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>>. Acesso em: 26 maio 2006.

SISTEMA IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2006.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Braúna. São Paulo: Abril cultural, 1983. v. 2. (Coleção Os economistas).

TRIER, Uri Peter. Cenários futuros da educação: uma janela ao desconhecido. In: *Aprender a viver juntos: educação para a integração da diversidade*. Trad. José Ferreira. Brasília: UNESCO, IBE, SESI, UnB, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa Qualitativa. In: *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. *Aprender a viver juntos: educação para a integração da diversidade*. Trad. José Ferreira. Brasília: UNESCO, IBE, SESI, UnB, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *História da UFMG*. Disponível em: <http://www.ufmg.br/conheca/hi_index.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2006.

WERTHEIN, Jorge. A Educação e a Construção do Futuro - O Negócio é Conjugiar Capitais Certos. *Revista Rumos Economia & Desenvolvimento para os Novos Tempos*, ano 27, n. 211, out. 2003. Entrevista.

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio da (Orgs.). *Educação e conhecimento: a experiência dos que avançaram*. Brasília: UNESCO, MEC, 2004.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevistas semi-estruturadas

Para ex-alunos:

I – Identificação pessoal:

1. Qual o nome do Sr.(a)?
2. Qual a idade do Sr.(a)? Sexo:
3. Qual a profissão do Sr.(a)?

II – Formação e experiência profissional:

1. Que curso superior o Sr.(a) concluiu na Fapam?
2. Qual foi o ano de formatura?
3. Qual o histórico profissional do Sr.(a): (fazer uma trajetória da vida profissional do entrevistado).

III – Contribuição da Fapam para o desenvolvimento regional:

1. Qual o peso de cada setor da economia (primário, secundário e terciário) na economia de Pará de Minas em termos percentuais (por estimativa)?

Agropecuária _____

Indústria _____

Serviços _____ Qual desses setores cresceu mais nos últimos anos? _____

2. Qual a influência da Fapam na região?
3. Qual a área de influência de Pará de Minas?
4. Na sua avaliação, qual a contribuição da Fapam no desenvolvimento:
 - a) Das áreas urbanas das cidades?
 - b) Das áreas rurais?
 - c) Da educação?
 - d) Da economia?
 - e) Social?
 - f) Da qualidade de vida das pessoas?
 - g) Da renda?
5. Na sua percepção estas contribuições se restringem a Pará de Minas ou se aplicam também para as cidades da região? Por quê?

IV – Como a Fapam pode contribuir para o desenvolvimento futuro da cidade e da região?

Para ex-funcionários e integrantes da mantenedora (confraria):

I – Identificação pessoal:

1. Qual o nome do Sr.(a)?
2. Qual a idade do Sr.(a)? Sexo:
3. Qual a profissão do Sr.(a)?

II – Formação e experiência profissional:

1. Qual a sua relação com a Fapam ou qual o cargo desempenhado?
2. Até que ano o sr. (a) trabalhou ou manteve relação direta com a Fapam?
3. Como foi instituída a Fapam?
4. Qual foi a relação da Fapam com a Universidade Católica e como se deu sua desvinculação da mesma?
5. Como é a relação da mantenedora com a instituição?
6. Antes da instalação da Fapam a cidade de Pará de Minas carecia de uma faculdade? Por quê?

III – Contribuição da Fapam para o desenvolvimento regional:

1. Qual o peso de cada setor da economia (primário, secundário e terciário) na economia de Pará de Minas em termos percentuais (por estimação)?

Agropecuária _____

Indústria _____

Serviços _____ Qual desses setores cresceu mais nos últimos anos? _____

2. Qual a influência da Fapam na região?
3. Qual a área de influência de Pará de Minas?
4. Na sua avaliação, qual a contribuição da Fapam no desenvolvimento:
 - a) Das áreas urbanas das cidades?
 - b) Das áreas rurais?
 - c) Da educação?
 - d) Da economia?
 - e) Social?
 - f) Da qualidade de vida das pessoas?
 - g) Da renda?
5. Na sua percepção, essas contribuições se restringem a Pará de Minas ou se aplicam também para as cidades da região? Por quê?

IV – Como a Fapam pode contribuir para o desenvolvimento futuro da cidade e da região?

ANEXO A – ÁREA DE ATUAÇÃO POR MESORREGIÕES



FIGURA 6- Mesorregiões
Fonte: Adaptado do IGA.

ANEXO B – DETALHAMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO POR MESORREGIÕES

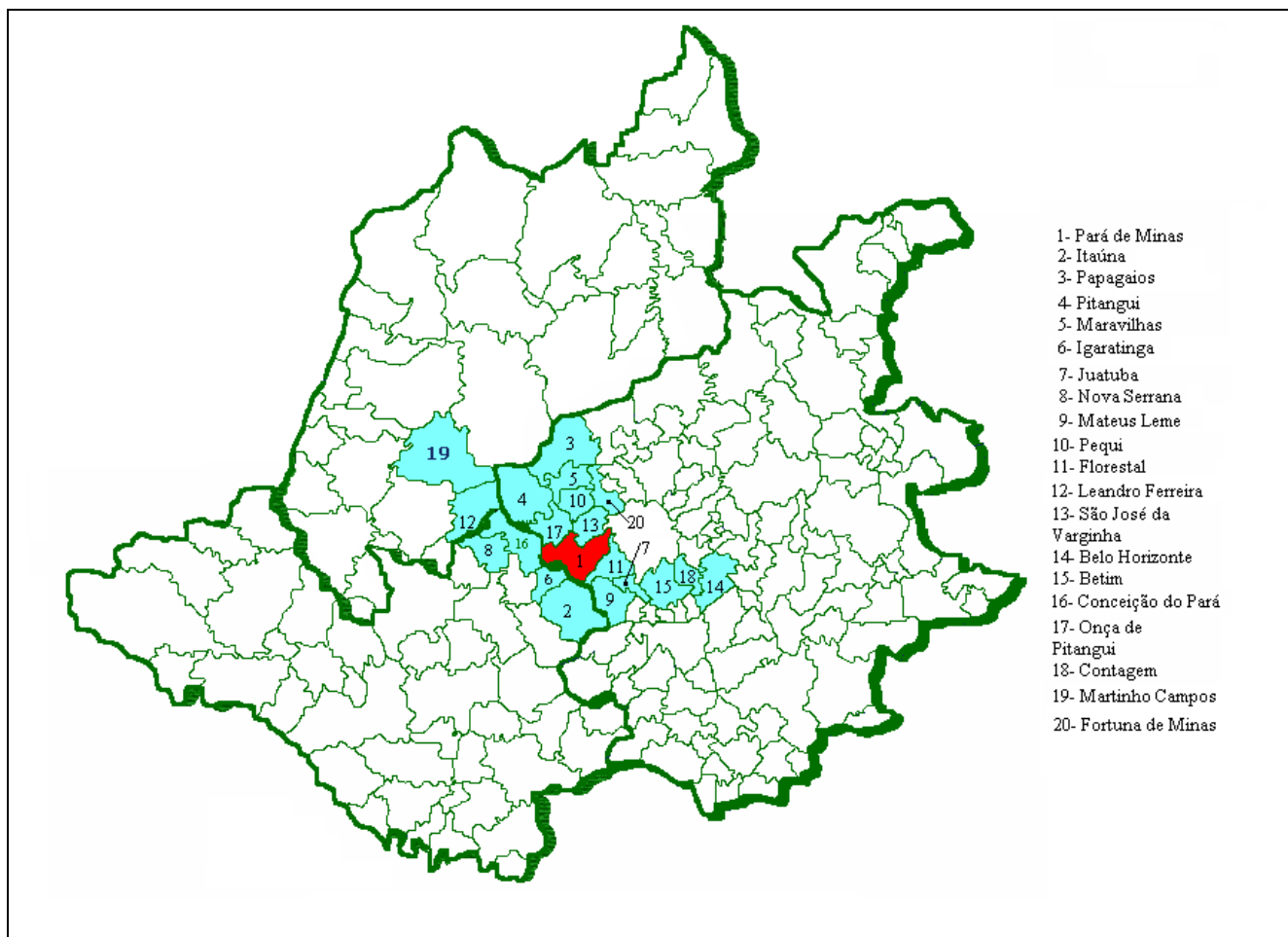


FIGURA 7 – Municípios por Mesorregiões

Fonte: Adaptado do IBGE.

ANEXO C – ACESSOS RODOVIÁRIOS DA REGIÃO



FIGURA 8 - Mapa rodoviário da região
Fonte: DER – MG.

ANEXO D – ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

TABELA 35

Índice Mineiro de Responsabilidade Social

DIMENSÕES		INDICADORES							
Nome	Peso no IMRS	Nome	Peso na dimensão	Peso no índice	Unidade	Transformação	Limite inferior (pior)	Limite superior (melhor)	
Saúde	20,0	Taxa bruta de mortalidade padronizada	25,0	5,0	por mil hab			10	4,5
		% nasc vivos cujas mães realizaram 4 ou mais consultas de pré-natal	10,0	2,0	%			0	100
		Percentual da população atendida por programas de saúde da família	10,0	2,0	%			0	100
		Cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano	10,0	2,0	%			20	100
		Distância percorrida para internação de média complexidade - todos	6,7	1,3	km			300	0
		Percentual de óbitos por causas mal definidas	13,3	2,7	%			100	0
		Gasto per capita com saúde	12,5	2,5	R\$ de 2004	ln		10	1000
		Esforço orçamentário em saúde	12,5	2,5	R\$ de 2004			0	35
Educação	20,0	Taxa de atendimento de crianças e adolescentes de 7 a 17 anos	50,0	10,0	%			0	100
		% alunos da 8ª fundamental acima do nível recomendado em matemática	8,3	1,7	%			0	70
		% 8ª série do fundamental acima do nível recomendado em português	8,3	1,7	%			0	70
		% de alunos da 3ª do médio acima do nível recomendado em matemática	4,2	0,8	%			0	70
		% alunos da 3ª do médio acima do nível recomendado em português	4,2	0,8	%			0	70
		Gasto per capita com educação	12,5	2,5	R\$ de 2004	ln		50	1500
		Esforço orçamentário em educação	12,5	2,5	R\$ de 2004			0	40
		Renda e emprego	15,0	Consumo residencial per capita de energia elétrica	37,5	5,6	KWH	ln	
Rendimento médio do setor formal	12,5			1,9	R\$ de 2004	ln		150	2000
Empregados do setor formal em relação à população de 16 a 64 anos	16,7			2,5	%			0	70
Produto Interno Bruto per capita	33,3			5,0	R\$	ln		1000	40000
Habitação e meio ambiente	15,0			% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	16,7	2,5	%		
		% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada e banheiro	16,7	2,5	%			0	100
		% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com coleta de lixo	16,7	2,5	%			0	100
		Gasto per capita com infra-estrutura e meio ambiente	33,3	5,0	R\$ de 2004	ln		10	1000
		% da população com disposição adequada de lixo	5,6	0,8	%			0	100
		% da população com tratamento de esgoto	5,6	0,8	%			0	100
		% de áreas de proteção ambiental	5,6	0,8	%			0	60
		Segurança pública	10,0	Taxa de Crimes Contra a Pessoa	44,4	4,4	por 100 mil hab	$x^{1/2}$	
Taxa de Crimes Contra o Patrimônio	22,2			2,2	por 100 mil hab	$x^{1/2}$		2000	0
Número de pessoas por policial militar	22,2			2,2		$\ln(100000/x)$		20	600
Número de pessoas por juiz na comarca	11,1			1,1		$100000/x$		0	10
Gestão fiscal	10,0	Cumprimento da legislação fiscal	33,3	3,3				0	1
		Índice de Desenvolvimento Tributário e Econômico	16,7	1,7		$1/(x+1)$		0,1	0,9
		Receita líquida per capita	16,7	1,7	R\$ de 2004	ln		200	1500
		Conselho de Educação atuante	11,1	1,1				0	1
		Conselho de Saúde atuante	11,1	1,1				0	1
		Existência de outros 2 conselhos atuantes, além de Educação e Saúde	11,1	1,1				0	1
Cultura	5,0	Gestão e preservação do patrimônio Histórico	25,0	1,3				0	16
		Existência de bibliotecas	18,8	0,9				0	1
		Existência de pelo menos outros dois equipamentos, exceto biblioteca	18,8	0,9				0	1
		Esforço orçamentário em difusão cultural	18,8	0,9	%	$x^{1/2}$		0	10
		Gasto per capita com difusão cultural	18,8	0,9	R\$ de 2004	$x^{1/5}$		0	150
Desporto e lazer	5,0	Existência de pelo menos um equipamento de esporte e lazer	50,0	2,5				0	1
		Gastos com desporto e lazer	33,4	1,7	R\$ de 2004	$x^{1/5}$		0	1500000
		Esforço orçamentário em desporto e lazer	16,6	0,8	%	$x^{1/2}$		0	10

FONTE: IMRS, 2003

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)